UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Francisco Antonio Maciel Novaes

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Taubaté – SP
2012

Francisco Antonio Maciel Novaes

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.
Linha de pesquisa: Demandas de Formação e Políticas Sociais.
Orientador: Profª. Drª. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP
2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU

N935e Novaes, Francisco Antonio Maciel
A economia solidária como estratégia para a emancipação humana./Francisco Antonio Maciel Novaes.- 2012.
128f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2012.
Orientação: Profª Drª. Elisa Maria Andrade Brisola, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

1. Economia solidária. 2. Emancipação humana. 3. Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular. I. Título.

FRANCISCO ANTONIO MACIEL NOVAES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.
Linha de pesquisa: Demandas de Formação e Políticas Sociais.
Orientador: Profª. Drª. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: _____

Resultado:_____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Elisa Maria Andrade Brisola Universidade de Taubaté

Assinatura_____

Profª. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Assinatura_____

Profª. Drª. Cecília Pescatore Alves Universidade de Taubaté

Assinatura_____

Dedico este trabalho a Deus, meus Pais, Familiares, participantes desta pesquisa e a todos que contribuíram e apoiaram a realização deste.

À minha esposa Marilda e filha Sophia pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Drª. Elisa Brisola, pela habilidade com que orientou o trabalho e que vem me ensinando o exercício da paciência e da persistência, essenciais a um pesquisador.

Às bibliotecárias da Universidade, pela correção das referências bibliográficas.

Ao Prof. Orlando de Paula pela correção gramatical e a todos os Professores do Curso.

Aos sujeitos de pesquisa que possibilitaram a coleta de informações necessárias.

À Universidade de Taubaté, que cedeu sua estrutura para elaboração desse trabalho.

À minha família que me auxilia a persistir.

E, acima de tudo, a Deus.

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar em que medida as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem para a emancipação humana no contexto das transformações do mundo do trabalho operadas no Brasil, nos anos 90, com a consequente diminuição dos postos de trabalho. A fundamentação deste estudo ocorre com base nas mudanças do mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador e na Economia Solidária, que surge, assim, como uma estratégia de sobrevivência. Já as cooperativas populares emergem, no cenário brasileiro, com o objetivo de gerar emprego e renda para os trabalhadores "disfuncionais" ao mundo do trabalho, e a Incubadora de Cooperativas, como ambiente favorável à formação de cooperativas. As Universidades, por sua vez, assumem papel importante no sentido de estimular e oferecer subsídios teóricos, metodológicos e políticos para esses grupos. Para a realização deste estudo, realizou-se uma pesquisa em duas incubadoras: uma, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); outra, na Universidade de São Paulo (USP). A metodologia da pesquisa é qualitativa, com uso da História Oral. Foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro prévio, com duas cooperadas que participam das ações oferecidas pelas incubadoras e dois gestores responsáveis pelas incubadoras. Buscou-se conhecer a trajetória de vida e as experiências sociais dos sujeitos da pesquisa. Os resultados obtidos demonstram que as Incubadoras assumem um importante papel social na vida de muitas(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os), na medida em que possibilitam a autonomia do ponto de vista da renda, ainda que pouca, e colocam, no horizonte, novas formas de consciência e organização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Economia Solidária. Emancipação Humana. Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular. Política social.

ABSTRACT

The present study aimed at investigating the extent to which technology incubators for popular cooperatives contribute to human emancipation in the context of the changing world of work operated in Brazil for 90’s with the consequent job decreasing. The rationale of this study is based on changes in the workplace and its impact on workers' lives and the Solidarity Economy which thus appears as a survival strategy. Since popular cooperatives emerge in the Brazilian scenario with the objective of generating employment and income for "dysfunctional" workers to the world of work and Incubator Cooperatives as an environment conducive to the formation of cooperatives. Universities, in turn, play an important role in encouraging and offer theoretical, methodological and political subsidies for these groups. For this study, we carried out a survey in two incubators: one at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and another at the University of São Paulo (USP). The research methodology is qualitative, with the use of Oral History. The interviews were conducted from a previous script with two cooperators that participate with actions offered by incubators, and two managers who are responsible for the incubators. We tried to know the journey of life and social experiences of research subjects. The results show that the incubators play an important role in social lives of many Brazilian workers, in that allow autonomy in terms of revenue, although little, but they place on the horizon new forms of consciousness and organization of the working class.

Keywords: Solidarity Economy. Human Emancipation. Technological Incubator of Popular Cooperative. Social Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incubadoras tecnológicas..... 17
Quadro 2 – Tempo médio despendido para a procura de trabalho x sexo..... 18

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo médio despendido para a procura de trabalho x sexo..... 18

LISTA DE SIGLAS

ANPROTEC	**Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**
BAD	**Programa Bolsa Auxílio ao Desempregado**
CCQ	**Círculos de Controle de Qualidade**
CGT	**Central Geral dos Trabalhadores**
CNM	**Confederação Nacional de Metalúrgicos**
CNPQ	**Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
COPPE	**Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**
CUT	**Central Única dos Trabalhadores**
DIEESE	**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**
EDUCAFRO	**Educação para Afrodescendentes**
EJA	**Educação de Jovens e Adultos**
EUA	**Estados Unidos da América**

FGV	**Fundação Getúlio Vargas**
FHC	**Fernando Henrique Cardoso**
FINEP	**Financiadora de Estudos e Projetos**
FMI	**Fundo Monetário Internacional**
IBGE.	**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
IPEA	**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**
ITCP	**Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**
OIT	**Organização Internacional do Trabalho**
ONG	**Organização Não Governamental**
PLANFOR	**Plano Nacional de Formação do Trabalhador**
PRONINC	**Programa Nacional de Incubadoras**
RTS	**Rede de Tecnologia Social**
SAMU	**Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**

SAPI	**Sistema de Acompanhamento de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas.**
SDTS	**Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade**
SEBRAE	**Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**
SENAES	**Secretaria Nacional de Economia Solidária**
SERT	**Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado**
UFRJ	**Universidade Federal do Rio de Janeiro**
UFSCAR	**Universidade Federal de São Carlos**
UNESP	**Universidade do Estado de São Paulo**
UNICAMP	**Universidade de Campinas**
UPA'S	**Unidades de Pronto Atendimento**
USP	**Universidade de São Paulo**

SUMÁRIO

1. Introdução..... 14

1.1 O Problema..... 15

1.2 Objetivos 15

1.2.1 Objetivo geral 15

1.2.2 Objetivo específico …..... 15

1.3 Delimitação do estudo..... 15

1.4 Relevância do estudo..... 17

1.5 Organização do trabalho..... 20

2. REVISÃO DE LITERATURA..... 21

2.1 As mudanças do mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador..... 21

2.2 Economia Solidária como estratégia de autonomia e emancipação..... 35

2.3 Emancipação Humana e autonomia..... 43

3. MÉTODO..... 45

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 50

4.1 Narrativa da experiência dos sujeitos de pesquisa..... 50

4.1.1 Resultado da narrativa da experiência dos sujeitos beneficiárias participantes das cooperativas acompanhadas pelas Incubadoras Tecnológica de Cooperativa Popular..... 51

4.1.1.1 Narrativa do sujeito 1..... 51

4.1.1.2 Narrativa do sujeito 2..... 71

4.1.2 Resultado da narrativa da experiência dos gestores das Incubadoras Tecnológica de Cooperativa Popular..... 78

4.1.2.1 Narrativa do sujeito 3..... 79

4.1.2.2 Narrativa do sujeito 4..... 91

CONCLUSÕES APROXIMATIVAS 112

REFERÊNCIAS..... 115

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 120

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE..... 122

Declaração nº 044/11 do Comitê de Ética em Pesquisa – Protocolo CEP/UNITAU Nº 017/11..... 123

MEMORIAL – Francisco Antonio Maciel Novaes..... 124

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária no Brasil está conquistando visibilidade não só com trabalhos científicos em universidades por meio de cursos de graduação, extensão e pesquisa, como também com movimentos populares e experiências de políticas públicas compostas por ações coletivas e autogestionárias.

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares apontam para a interação entre a universidade e a sociedade. A prática da Economia Solidária tem conduzido a sociedade a uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não no capital. Sua base é associativa e cooperativa, voltada para o modo autogerido, e tem, como finalidade, a reprodução ampliada da vida. Esta experiência se deve à visão econômica de geração de trabalho e renda em espaços públicos, na perspectiva de construção de ambiente socialmente justo e sustentável.

A Economia Solidária preconiza o trabalho como meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. Ela possui característica multidisciplinar ao envolver disciplinas de diferentes áreas do conhecimento social, econômico, ecológico, político, jurídico, cultural e tecnológico. Por isso a Economia Solidária está longe de ser chamada de "Terceiro Setor", pois reafirma, com emergência, a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos históricos. Esse conhecimento pressupõe alguns caminhos conceituais, contextos da realidade social e experiências concretas.

Optou-se por estudar as incubadoras tecnológica de cooperativas populares por tratar de uma tecnologia social para a geração de renda e trabalho, tornando possível, portanto, identificar e analisar a Economia Solidária como estratégia de emancipação humana, pela dimensão do conceito, do contexto, das experiências, da metodologia e da política pública. Neste estudo, algumas problemáticas e desafios estarão presentes como a real capacidade de gerar desenvolvimento local sustentável e de apresentar uma forma de emancipação humana frente à economia de mercado.

1.1 O Problema

As mudanças operadas no mundo do trabalho nos anos 80/90 do século XX produziram o desemprego estrutural. Nesse cenário, a Economia Solidária surge como estratégia de sobrevivência de grupos de trabalhadores não inseridos no mercado formal. Pergunta-se: em que medida as incubadoras de cooperativas populares respondem às demandas dos trabalhadores? A Economia Solidária garante trabalho e renda e favorece a autonomia desses trabalhadores?

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender se as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem com orientação, formação, acesso a recursos financeiros ou econômicos, públicos ou privados, e parcerias com instituições governamentais ou não governamentais, para a autonomia e a geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar as experiências dos trabalhadores e gestores de incubadoras populares com a Economia Solidária;
- Identificar em quais aspectos as incubadoras de cooperativas populares possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho;
- Analisar a relação entre as transformações do mundo do trabalho na década de 90 e as experiências de Economia Solidária.

1.3 A delimitação do estudo

Buscou-se por incubadoras tecnológicas de cooperativas populares na cidade de Taubaté e região do Vale do Paraíba e deparou-se com a inexistência de incubadoras dessa natureza. Ampliou-se a busca para o eixo São Paulo e Rio de Janeiro e deparou-se com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (ITCP-UFRJ) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1995, a ITCP foi concebida como um centro de tecnologia cujo objetivo é disponibilizar conhecimentos e recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento, incubação de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. (ITCP-COPPE-UFRJ, 2012).

Ao desenvolver a primeira metodologia de incubação voltada para empreendimentos formados por trabalhadores oriundos de setores considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos dentro da estrutura social dominante, a ITCP-UFRJ tem como desafio planejar e implementar ações que promovam, ao mesmo tempo, crescimento de uma cooperativa como empreendimento econômico e emancipação política e social dos seus associados.

As especificidades do trabalho realizado se devem, em grande parte, ao seu público-alvo - empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica e descapitalizados - e ao duplo caráter do empreendimento cooperativo: uma empresa e uma associação de trabalhadores que articula os aspectos econômicos do negócio com as oportunidades de inserção cidadã, possuindo um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro.

Por sua vez, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP) é um programa de extensão, vinculado a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, que trabalha para o desenvolvimento da Economia Solidária, por meio da formação de trabalhadores, estudantes, profissionais e professores para a organização autogestionária, da incubação de empreendimentos de Economia Solidária, do fomento e apoio à construção de redes e arranjos políticos, econômicos e culturais para o desenvolvimento local autogestionário, do desenvolvimento de pesquisas na universidade e da mobilização e participação nos fóruns de Economia Solidária. (ITCP-USP, 2012).

A ITCP-USP iniciou suas atividades em 1998 com moradores da região do Rio Pequeno-SP, nas proximidades da USP, resultando na formação da Cooperbrilha, referência para a Economia Solidária. Desta experiência, criaram-se os princípios metodológicos que orientam o trabalho de 17 grupos de diversos setores. (ITCP-USP, 2012).

Atualmente, a ITCP-USP é composta por mais de trinta formadores, estudantes de graduação, pós-graduação e graduados de diversas áreas de formação que desenvolvem projetos em todas as regiões do município de São Paulo.

O quadro 1 apresenta uma síntese dos objetivos de duas incubadoras tecnológica de cooperativas populares.

Local/Estado	ITCP - UFRJ – RJ	ITCP - USP – SP
Início	1995	1998
Objetivos	disponibilizar conhecimentos e recursos acumulados na Universidade Pública para gerar, por meio de suporte à formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.	Incubação de empreendimentos de Economia Solidária.
Desafios	planejar e implementar ações que promovam, ao mesmo tempo, crescimento de uma cooperativa como empreendimento econômico e emancipação política e social dos seus associados.	ampliar parcerias com executivos municipais, seguindo a estratégia de construção e desenvolvimento de trabalhos no âmbito de políticas públicas de Economia Solidária.
Público-alvo	empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica e descapitalizados.	empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica e descapitalizados.

Quadro 1 – Incubadoras Tecnológicas
Fonte: Elaborado por Francisco A. M. Novaes, a partir dos sites das incubadoras. (ITCP-USP, 2012; ITCP-COPPE-UFRJ, 2012).

1.4 A relevância do estudo

Este estudo objetivou compreender como as experiências de cooperativas populares contribuem para a emancipação humana, geração de trabalho e renda, tendo em conta as transformações operadas no mundo do trabalho desde os anos 80 do século XX, transformações essas que impactaram os trabalhadores de modo geral, em particular os brasileiros, os quais, diante da crise do emprego, foram obrigados a construir novas estratégias de sobrevivência.

No Brasil, a crise de acumulação do capital, iniciada desde os anos 70, foi geradora, entre outros aspectos, da perda de inúmeros postos de trabalho, sobretudo para aqueles trabalhadores considerados “inadequados” para as novas exigências do mundo do trabalho com a chamada reestruturação produtiva, a qual impôs novas formas de organização ao setor industrial.

Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, essas transformações deixaram marcas significativas com o desemprego às portas de muitos trabalhadores e com dispêndio de tempo na procura de trabalho. Os dados do quadro 2 apresentam esse dispêndio de tempo do ano de 1998 ao ano de 2009, com variação de oito (8) meses a treze (13) meses, sendo esse maior tempo no ano de 2004.

Período	Total/meses	Homens	Mulheres
1998	8	8	8
1999	10	10	10
2000	11	11	11
2001	11	11	11
2002	12	12	12
2003	12	12	12
2004	13	13	12
2005	12	12	13
2006	12	11	12
2007	11	10	12
2008	10	9	10
2009	9	8	9

Quadro 2 - Tempo médio despendido na procura de trabalho x sexo
Fonte: Dieese/ Pesquisa Desemprego/ Região Metropolitana de SP. (DIEESE, 2012).

O gráfico 1, elaborado com os dados do quadro 2, possibilita a visualização desse dispêndio de tempo para obter nova oportunidade de colocação.

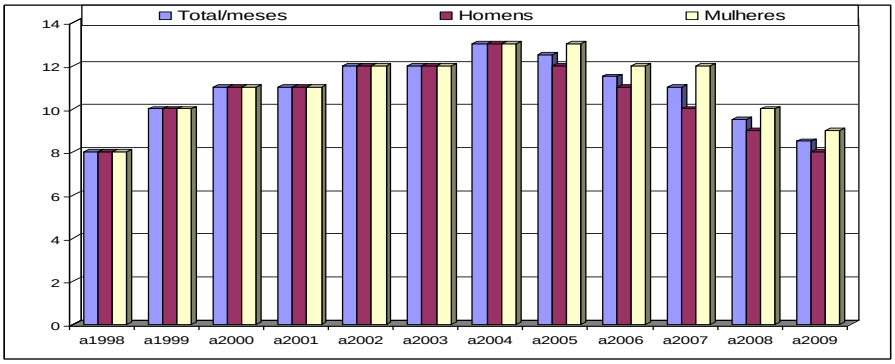

Gráfico 1 - Tempo médio de despendido na procura de trabalho x sexo
Fonte: Dieese/ Pesquisa Desemprego/ Região Metropolitana de SP. (DIEESE, 2012).

O Vale do Paraíba paulista também foi duramente atingido pelo desemprego, em particular, o setor de metalurgia, o qual concentrava um grande número de trabalhadores. Pesquisas revelam que, aproximadamente, 30.000 trabalhadores perderam seus empregos na região, e grande parte deles não retornou ao mercado formal de trabalho, expandindo, em consequência, o mercado informal de trabalho.

Conforme Chahad (1988, p. 381), denomina-se mercado informal de trabalho aquele em que as regras de funcionamento existem com mínima interferência governamental. A dimensão e o funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista. Segundo o autor, o mercado formal de trabalho contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que são objetos de legislação específica que as regula.

Brisola (2005, p. 66) cita que

> O crescimento do mercado informal de trabalho, ao longo do período que se inicia em 1994, significou a diminuição do percentual de trabalhadores com carteira assinada, o que, segundo Dupas (1999), não foi acompanhado por mudanças no imaginário social e, mais especificamente, pelos trabalhadores, que continuam a aspirar o emprego formal e, por conseqüência, todos os direitos trabalhistas a ele associados.

Essa autora afirma que a questão que se põe ao trabalhador desempregado é de, justamente, ter de operar a partir de significados que são construídos no interior de uma programática neoliberal produzida para os interesses do capital e não do trabalho. Por conseguinte, os trabalhadores desempregados, não conseguindo, de maneira imediata, superar a apreensão dos significados que não foram construídos para e por eles, mas para e pelo capital, estão subordinados às condições sociais que lhes são impostas.

Isso implica uma experiência calcada na busca individual e solitária da identidade que lhes é roubada, não apenas pela reestruturação produtiva, mas pela articulação entre uma reestruturação produtiva que, efetivando-se para garantir ganhos extras ao capital, é combinada com a programática neoliberal, que propôs e implementa, não sem resistências, a reforma do Estado.

Por outro lado, o movimento sindical passa a se constituir defensor de postos de trabalho, embora não tenha alcançado êxito em sua nova “plataforma” de lutas, porém foi o segmento de trabalhadores que, em parte, atingiu a condição de cidadania, decorrendo, daí, o aprofundamento das desigualdades sociais.

Posto isso, parece irrefutável a argumentação sobre o caráter de reprodução da desigualdade e da pobreza que está presente na reestruturação produtiva.

Diante do apresentado, conhecer as experiências vividas pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares da UFRJ e da USP torna-se relevante para compreender como elas contribuem, com sua forma e ação, para o estímulo e a criação de novas experiências solidárias, bem como para fortalecer as existentes, a fim de que os

trabalhadores possam utilizar a economia solidária como estratégia para a emancipação humana.

1.5 A organização da dissertação

O capítulo um desta dissertação apresenta a Introdução, que é composta pela apresentação do problema, dos objetivos, da delimitação e relevância do estudo e da organização do trabalho.

O capítulo dois trata da revisão da literatura, composta pela discussão dos temas: as mudanças do mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador, Economia Solidária como estratégia de autonomia e emancipação e emancipação humana e autonomia.

O capítulo três descreve método utilizado para a pesquisa.

O capítulo quatro apresenta os resultados e discussões da pesquisa. É composto pela narrativa da experiência dos sujeitos de pesquisa, pelo resultado da narrativa da experiência dos sujeitos beneficiárias participantes das cooperativas, sujeito 1 e sujeito 2, e pela narrativa da experiência dos gestores das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativa Popular, sujeito 3 e sujeito 4.

Como parte final, são apresentadas as Conclusões Aproximativas, resultado das discussões e das reflexões acerca da Economia Solidária.

Em seguida, são apresentadas as referências e os anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para se trabalhar a economia solidária como estratégia para a emancipação humana, faz-se necessário uma discussão sobre as mudanças do mundo do trabalho e as suas repercussões na vida do trabalhador, a economia solidária como estratégia de autonomia e emancipação e a emancipação humana e autonomia.

2.1 As mudanças do mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador.

Antes de iniciar a discussão sobre os processos que levaram às mudanças do mundo do trabalho, há que se entender o que é trabalho. Conforme Marx (1983 apud LESSA, 2007, p. 131), "trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza".

Nessa concepção, o trabalho constitui o homem e, ao mesmo tempo, é constitutivo do homem. Assim, é inconcebível pensar o homem sem o trabalho à medida que o trabalho é toda atividade humana realizada em conformidade com as necessidades humanas. Entendemos que, pelo trabalho, o homem transforma a natureza e, ao transformá-la, transforma a si mesmo.

A população das pequenas cidades, na busca por novas oportunidades de trabalho e de sobrevivência, migra para as grandes cidades. Segundo Brito (2006, p. 223),

> [...] essa enorme transformação da sociedade brasileira tinha como um dos seus principais vetores a grande expansão das migrações internas. Elas se constituíam no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização.

A migração proporcionou mudanças e aumento populacional nos grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro. Para Brito (2006, p. 223),

> [...] contudo, a maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, deveu-se ao intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e o final dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, incluído o efeito indireto da migração.

Esse aumento populacional caracteriza a transformação e o desequilíbrio na sociedade brasileira. De acordo com Brito (2006, p. 224), a migração para os grandes centros urbanos, em especial Rio e Janeiro e São Paulo, "trata-se de um deslocamento populacional gigantesco,

em um breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira".

Percebe-se claramente que o processo de industrialização motivou essa migração rápida para os grandes centros urbanos. Sobre a concentração e desequilíbrio nos grandes centros urbano, Brito (2006, p. 224) cita que "a grande concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, comandada pelo processo de industrialização no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, ampliou os desequilíbrios regionais e sociais, impulsionando as migrações internas".

Para o autor (p. 224), essas migrações internas "transferiram a população do campo para as cidades, assim como a redistribuíram entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil. Essa maciça redistribuição da população modificou o perfil da própria população urbana".

Brito (2006, p. 224) cita que "em 1970, mais da metade da população urbana já residia em cidades com mais de cem mil habitantes, e um terço naquelas acima de quinhentas mil pessoas". O autor continua: "em 2000, cerca de 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes, mostrando que urbanização e concentração da população nas grandes cidades foram processos simultâneos no Brasil" (p. 224).

Segundo Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 135),

> As desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno (BAENINGER, 1999). A partir dessa perspectiva, os itens "busca por trabalho" e "acesso a serviços sociais" deveriam figurar entre as principais motivações declaradas para a migração.

A década de 1970 presenciou, no Brasil, o processo de migração dos diferentes estados do Brasil para a região sudeste. Brito (2006, p. 223) afirma que "ela se constituía no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização".

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção, na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Nesse contexto, ocorreram várias mudanças, dentre elas, o grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica, que invadiram o universo, conforme Antunes (1998, p. 16-22, p. 31-32).

Para Antunes (1998), esses novos processos de trabalho emergem onde o *cronômetro* e a *produção em série* e *de massa* são substituídos pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

O autor argumenta que são modalidades de desconcentração industrial. Buscam-se por novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a "gestão participativa" e a busca da "qualidade total" são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado.

Segundo Antunes (1998), essas formas transitórias de produção produzem desdobramentos no que diz respeito aos direitos do trabalho, ou seja, estes são desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

Antunes (1998) salienta que esses novos processos de flexibilização, produtividade, inovação e de qualidade atingem o mundo do trabalho, da sociedade e do homem, beneficiando o mercado, a produtividade e os detentores de capital.

Fica claro que todo esse cenário de transformação ocorre para fortalecer o capital e o processo de acumulação, produzindo, como consequência, uma nova realidade composta por desemprego estrutural e distanciamento pleno de qualquer alternativa além do capital.

O autor considera

> [...] perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (ANTUNES, 1998, p. 22).

Para ele (p. 31), "a introdução e expansão do toyotismo[1] na "velha Europa" enfraqueceu ainda mais o que se conseguiu preservar do *welfare state*, uma vez que o modelo

[1] Toyotismo – sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a 2ª Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohono, o sistema foi aplicado na fábrica da Toyota (origem do nome do sistema). O Toyotismo espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas. Principais características: Mão-de-obra multifuncional, bem qualificada e educada para conhecer todos os processos de produção. Sistema flexível de mecanização. A produção deve ser ajustada a demanda do mercado. Uso de controle visual em todas as etapas de produção como forma de acompanhar e controlar o processo produtivo. Aplicação do sistema de qualidade total e *Just-in-time*. Uso de pesquisas de mercado para adaptar os produtos às exigências dos clientes. (PINTO, 2007).

japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática".

A consequência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, à medida que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade das empresas, não levando sequer em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes como, por exemplo, a questão do *desemprego estrutural*, que atualmente esparrama-se por todo o mundo em dimensões impressionantes, segundo o próprio autor.

Os anos 70 foram marcados pela acumulação do capital, pelo aumento da demanda, pelos produtos padronizados e a expansão do trabalho assalariado. Mas, ao final da década, essa dinâmica deu sinal de mudanças com redução dos lucros, devido ao aumento da competitividade pelos novos processos de produção.

Para Antunes (2003, p. 29), "após um longo período de acumulação de capitais que ocorreu durante o apogeu do fordismo[2] e da fase Keynesiana[3], o capitalismo, a partir do início dos anos 70 do século XX, começou a dar sinais de um quadro crítico".

Esses sinais são evidenciados por Antunes (2003, p. 29):

> [...] queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, crise do *welfare state* ou "Estado do bem-estar social" e incremento acentuado das privatizações.

Antunes afirma que a crise estrutural do capital iniciada nos anos 70 levou o capital a desenvolver "práticas materiais de destrutiva auto-regulação ampliada ao ponto de fazer surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas", ou seja, o capital construiu estratégias para o enfrentamento da chamada crise de acumulação. (MÉSZAROS, 1989 apud ANTUNES, 2003, p. 21). Destacam-se a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo.

Essas estratégias e transformações chegam ao Brasil na década de 80.

Para Antunes (2006, p. 17),

> [...] foi durante a década de 80, que ocorreram no Brasil, os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as

[2] Fordismo – padronização dos produtos e fabricação em escala imensa, com redução dos custos e aumento do consumo. (PINTO, 2007).
[3] Keynesianismo – participação dos governos no mercado. (PINTO, 2007).

> empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*, germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica.

O Brasil adotou essas práticas para permanecer em condições de competitividade. Precisou reduzir seus custos e aumentar a produtividade.

Antunes (2006, p. 18) explica que, "nesses primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva se caracterizou pela retração de custos, mediante a redução da força de trabalho, de que foram exemplos os setores automobilísticos e de autopeças, e também os ramos têxtil e bancário, entre outros".

Antunes (2006, p. 18) ressalta que,

> [...] de modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs e dos sistemas de produção *just-in-time* e *Kanban*, entre os principais elementos.

Fica claro que, com a exigência competitiva do mercado, as unidades produtivas implantaram novas tecnologias, compraram novas máquinas e contrataram consultorias especializadas para automação industrial, ações que reduziram drasticamente o emprego. Segundo Barbosa (2007, p. 31), essa prática "levou a redução dos próprios postos de trabalho, em decorrência da modernização tecnológica com restrição ao trabalho vivo".

Para Antunes (2006), essa reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no Brasil por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas. Verificou-se um processo de descentralização produtiva, no qual indústrias tradicionais, como a têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, deflagravam um movimento de mudanças geográficas, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelo Estado.

Para esse autor, o estágio atual do capitalismo brasileiro compõe-se de enormes enxugamentos da força de trabalho que se combina com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. O autor cita que a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes

em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, como se pode constatar na gama compósita e heterogênea presente em nosso universo de pesquisa.

Segundo Antunes (2006, p. 19-20), se por um lado é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como fator de atração para o fluxo de capital estrangeiro produtivo em nosso país – pode-se constituir, em alguma medida, como elemento obstaculizador para o avanço tecnológico, deve-se acrescentar, por outro, que a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor qualificação da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país.

Esses sinais compõem um quadro crítico e uma reestruturação produtiva. Antunes (1998, p. 41) aponta que "o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo sem escala global". Conforme o autor:

> Há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril e de outro, aumenta o sub-proletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1998, p. 41).

Sobre o trabalho precário, Barbosa (2007, p. 40) afirma que:

> É precário o trabalho que se realiza sob uma ou mais das seguintes condições: a) em tempo parcial do dia/semana/mês, com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviço; b) destituído de garantias legais de estabilidade ou proteção conta dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, e licença-maternidade, licença-doença, sem cobertura de acidentes de trabalho, entre outros quesitos.

Diante do exposto, percebe-se que, com o processo de industrialização, o homem vive da venda da sua força de trabalho, mas, sem possuir esses meios de produção, perde a sua condição de vida. Antunes (2004, p. 70) afirma que:

> [...] a classe trabalhadora hoje, compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, – e que são despossuídos dos meios de produção". Importante ressaltar que essa dificuldade de trabalho está nas movimentações que ocorrem no mundo corporativo.

O autor continua ao perceber tendências como: "retração do binômio taylorismo/fordismo, desenvolvimento da *lean production* e das formas de horizontalização do capital produtivo, modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, introdução da máquina informatizada".

Contrariamente ao assalariado, surgem novas formas de trabalho como os trabalhos informais, terceirizados e subcontratados.

Segundo Antunes (2006, p. 70),

> [...] com o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Anteriormente, estes postos de trabalho eram prioritariamente preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoronero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão, entre tantos outros exemplos.

Barbosa (2007, p. 42) expressa que "[...] a informalidade ganha novo sentido e legitimidade. Refere-se à atividade econômica caracterizada por unidades produtivas baseadas no descumprimento das normas e da legislação concernentes a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais". A autora continua: "ocupações destituídas de proteção social, de garantias legais e de estabilidade". Ela chama a atenção pelo fato de "serem atividades de baixa produtividade, instáveis, com baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por familiares e por auto-emprego".

O trabalho feminino surge em um universo informal, conforme observamos em Antunes (2006, p. 70):

> [...] há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado.

Nesse cenário, aparece o chamado terceiro setor.

Conforme Antunes (2004, p. 70),

> [...] há crescente expansão do trabalho no chamado "Terceiro Setor", assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

Entendemos que, com a desconcentração do processo produtivo e a busca pela sobrevivência, aumenta a perspectiva de trabalho na própria residência.

Para Antunes (2006, p. 71),

> A expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo.

Entende-se que todas essas tendências e mudanças apresentadas levaram ao desemprego estrutural e a desigualdades entre pessoas e países.

Para Freeman, (2008, p. 700-701), a incidência do "[...] pesado desemprego estrutural das décadas de 1980 e 1990 esteve associada a uma crescente dispersão dos ganhos daqueles que trabalham, contribuindo para gerar uma crescente desigualdade social em todo o mundo". O autor continua: "até nas economias centralmente planejadas, a introdução das reformas de mercado e dos programas de privatização tem levado a uma polarização entre ricos e pobres".

Referente às disparidades entre as nações desenvolvidas e não desenvolvidas, Rossetti (2008, p. 371) afirma que:

> As nações desenvolvidas e as não desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento podem se identificadas pelo: padrão de vida, estrutura habitacional, taxas de urbanização, proporção da população dedicada às atividades agrícolas, educação, expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil, consumo de calorias per capita, nutrição e eficiências dietéticas, saúde pública e condições sanitárias.

Para esse autor, "a universalização de mais elevados padrões de desenvolvimento humano e social, com redução das distâncias entre os países de diferentes grupamentos, é um dos mais importantes desafios para os formuladores de políticas públicas no terceiro milênio".

Esse autor ressalta também que "[...] nos países de baixos padrões de desenvolvimento, a disponibilidade estrutural de recursos é desfavorável". Ele argumenta:

> Os recursos humanos caracterizam-se por insuficiente capacitação profissional; as condições de saúde e educação são precárias, como agravante decorrente das elevadas taxas de crescimento do contingente. Há baixa disponibilidade de capital por unidade do fator trabalho. Prevalece o atraso tecnológico, e os níveis decorrentes de produtividade e de competitividade dos produtos gerados são comparativamente baixos. (ROSSETTI, 2008, p. 371).

O autor conclui que esses novos padrões, definidos pelas novas exigências da competitividade em escala global, não favorecem, porém, a redução do desemprego involuntário. Contrariamente, implicam a busca por modelos de produção e de gestão intensivos em outros fatores. Em alguns desses países, há disponibilidade de reservas naturais,

mas os potenciais são desconhecidos, a estrutura de propriedade é inadequada e a exploração caracteriza-se por ter caráter predatório.

Em consequência, um novo desafio se somou neste final de século a todos os outros que, de alguma forma, já estavam presentes no sistema global nas décadas precedentes: como conciliar a expansão da produtividade, para atender a um dos mais importantes requisitos da competitividade, com a expansão das oportunidades de emprego para o fator trabalho?

Para enfrentar esse desafio, a Economia Solidária se apresenta como estratégia, tema que será discutido no próximo capítulo. Para Barbosa (2007, p. 144), "nesse universo agressivo do capital mundializado, a fragilização social dos trabalhadores aparece como problema que pode ser enfrentado pela economia solidária".

Conforme a autora:

> Diante da fragilização das condições de subsistência com a precarização do trabalho, a economia solidária indica um campo de socialização capaz de favorecer a agregação e humanizar a vida coletiva, dando sentido à inserção social dos indivíduos. (BARBOSA, 2007, p. 144).

Um desafio que, se não superado, dificultará a superação de pelo menos outros dois: a universalização das condições materiais do bem-estar e a consolidação da nova ordem geopolítica que emergiu da reconfiguração do sistema global. Importante salientar que, além da insuficiente capacitação profissional, da baixa produtividade e da baixa disponibilidade de capital, existe a designação do trabalho informal.

Segundo Barbosa (2007, p. 44), "a Organização Internacional do Trabalho designa como trabalhadores informais aqueles por conta própria (exceto profissionais liberais), os familiares não-remunerados, os que realizam serviços domésticos, os empregadores e empregados de pequenas empresas".

Keegan (2000, p. 31-32) descreve que:

> A economia mundial mudou profundamente desde a Segunda Guerra Mundial, e talvez a mudança fundamental tenha sido o surgimento dos mercados globais. No decorrer da última década, ocorreram várias mudanças notáveis na economia mundial. A possibilidade de sucesso empresarial é muito maior quando planos e estratégias baseiam-se em novas realidades da economia mundial modificada:
> 1) os movimentos de capital, em vez do comércio, vêm se tornando a força propulsora da economia mundial.
> 2) a produção não se encontra mais "acoplada" ao emprego. O emprego tenha caído, a produtividade continua a crescer.
> 3) a economia mundial domina o cenário, e a macroeconomia dos países individuais não mais controla os resultados econômicos.
> 4) acabou a luta de setenta e cinco (75) anos entre capitalismo e socialismo.

Percebe-se claramente a presença da crise global e da crise no Estado.

A crise global da sociedade contemporânea se revela plena, embora não exclusivamente na *crise do Estado de bem-estar* e na *crise do chamado socialismo real*, as duas com formações societárias que, cada uma a seu modo, buscaram soluções para os antagonismos próprios à ordem do capital. A crise do *Welfare State* expressa o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente a compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos, conforme Netto (1995).

A crise do Estado de bem-estar não se reduz ao esgotamento daquele complexo processo que aparece como um *compromisso de classes*. Ela é a expressão de algo muito mais fundamental: a *curva decrescente* da eficácia econômico-social da ordem do capital. A crise do Estado de bem-estar social não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital, mas evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos aos quais o capital foi obrigado naquele arranjo, conforme Netto (1995).

Netto explica que:

> O liberalismo clássico, enquanto sistema – ele mesmo tensionado internamente – de concepções econômico-políticas, teve suas bases sócio-históricas inteiramente derruídas quando a ordem do capital, no último terço do século XIX, ingressou na era do monopólio. Os eixos teórico-culturais que suportaram a vontade política da burguesia revolucionária perdem qualquer vigência na efetividade social: o "livre mercado" passou ao estatuto de retórica, posto que o movimento do capital na era monopólica demande um complexo de regulações excludente de toda referência à velha *mão invisível* – donde um Estado *necessariamente* intervencionista que redefiniu largamente a relação público-privado, redimensionando a conexão política-economia. O *bem público* como implicação *automática* da perseguição individual de fins particulares esvaneceu-se completamente. O *velho liberalismo* entrava para o museu das antiguidades: tanto no plano econômico, entronizando o mercado como a instância societal mediadora por excelência, quanto no plano político, sacralizando o Estado *mínimo*, as concepções mais lidimamente liberais experimentavam um total descompasso com a dinâmica própria à ordem do capital. (NETTO, 1995, p. 74-75).

Interessante observar que os liberais se regozijam com a derrocada do Leste Europeu, contrapondo ao fracasso da economia planejada do "socialismo real" o pretenso sucesso da economia de mercado. Contudo, o autor questiona: o que é, afinal, capitalismo real? Ele não consiste apenas nas luzes que costumam ofuscar contradições intransponíveis. O lado sombrio

parece fazer parte integrante da condição de crescimento do capitalismo, conforme afirmação do autor (1995).

A expansão do capitalismo resulta das grandes navegações e estabelece interligação com todos os continentes, conforme descreve Singer (1987, p. 14).

O capitalismo sempre se realizou a partir da criação de laços de dependência, conforme descreve Netto (1985, p. 76):

1) a colonização da América, no século XVI ao XVIII;

2) o imperialismo na África e Ásia, no século XIX;

3) a implantação das multinacionais nos países não-desenvolvidos, no século XX;

4) e, mais recentemente, os acordos do Fundo Monetário Internacional – FMI têm feito com que a ajuda dos países ricos aos mais pobres os transforme, de fato, em eternos credores, descapitalizados para o pagamento dos juros da dívida. Tais laços de dependência econômica resultam, evidentemente, em dependência política.

Para a autora, quando nos referimos aos países mais ricos do mundo, não encontramos sequer uma dezena entre as 170 nações existentes, ou seja, um dos lados sombrios do capitalismo está, portanto, na má distribuição de renda, com concentração de riqueza em poucos países ricos, e, nestes, nos pequenos grupos de privilegiados. Em decorrência desse fato, continua a autora, não há como evitar os focos de pobreza e miséria, e ainda desemprego, migrações, marginalização de jovens e velhos, surtos inflacionários reprimidos por recessão longa e dolorosa.

Além disso, a autora aponta que, em contraponto à evolução tecnológica, ocorre a destruição do meio ambiente e o desequilíbrio ecológico, pois a lógica do interesse privado geralmente não coincide com o bem coletivo.

Segundo Netto (1985), ao se criticar o "socialismo real", as nações capitalistas contrapõem com orgulho a liberdade individual existente no Ocidente, no entanto, é bom lembrar que se trata de uma liberdade formal, disponível só para os beneficiados do sistema, ou seja, numa sociedade em que há injusta repartição de bens, os contratos de trabalho não são livres quanto se supõe, nem é livre a "opção" do trabalhador pelo desemprego, analfabetismo ou baixos salários.

Com isso, a autora quer dizer que a crítica feita pelos socialistas ao capitalismo continua válida, ainda mais no momento presente, em que o neoliberalismo tende a rejeitar o Estado assistencial – que teoricamente significa a contradição com o livre mercado, mas que bem ou mal tem ajudado a minorar as dificuldades dos trabalhadores, quer dizer, na selva do

“salve-se quem puder”, onde já sabe de antemão que as chances no ponto de partida não são iguais, a tendência é o recrudescimento da questão social.

Ainda segundo Netto (1995), os neoliberais retomam o ideal do Estado minimalista, cuja ação se restringe ao policiamento, justiça e defesa nacional, o que, segundo eles, não implica o enfraquecimento do Estado, mas, ao contrário, o seu fortalecimento, já que se pretende reduzir os seus encargos.

Na década de 80, os governos de Reagan, e depois o de Bush, nos Estados Unidos, e o de Margareth Thatcher, na Inglaterra, foram os representantes da nova onda neoliberal.

Segundo Barbosa (2007, p. 30),

> [...] em termos mundiais, esse processo penalizou o trabalho, diminuindo ou extinguindo conquistas sociais de controle público sobre o seu uso. Além disso, levou a uma redução dos próprios postos de trabalho, em decorrência da modernização tecnológica com restrição ao trabalho vivo. Daí decorreu a forte desestruturação do mercado de trabalho, alavancada pela precarização do emprego e pela elevação das taxas de desemprego, o que deu uma nova legitimidade ao trabalho informal.

No Brasil, a tendência se confirmou nos processos de privatização de organismos estatais e abolição da reserva de mercado. Mas, contrariamente, segundo Moran (1993), esbarra em outras medidas de nítida intervenção estatal como a dos sucessivos planos heterodoxos de controle da economia para conter a inflação.

Conforme Netto (1995), a essência do arsenal do neoliberalismo está concentrada em uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável, e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.

Para o autor, trata-se do mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável que embasa o que veio a ser conhecido como a “tese da indivisibilidade da liberdade”: é a liberdade econômica, só possível sobre o *mercado livre*, que funda a liberdade civil e política. Sem mercado livre, pois, *nenhuma* forma de liberdade.

Segundo Netto (1995), o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo. Diante da miséria, os neoliberais admitem um papel qualquer do Estado: uma renda mínima deveria caber aos pauperizados, através de um mecanismo – gerido estatalmente – do tipo imposto negativo de rendimento, a ser implantado gradualmente.

Para o autor, a proposta neoliberal centra-se na inteira *despolitização* das relações sociais: qualquer regulação *política* do mercado é rechaçada de princípio. A burguesia monopolista e a oligarquia financeira desejam e pretendem, "em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital" (p. 80), ou seja, o que desejam e pretendem não é reduzir a intervenção do Estado, "mas encontrar as condições ótimas para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe" (p. 80).

Conforme Netto (1995), a grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isso, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do "Estado mínimo" pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – "*o Estado máximo para o capital*".

A crise de acumulação do capital afetou os trabalhadores sob outro aspecto ainda: trata-se da crise de Estado de Bem-Estar Social e, consequentemente, as políticas sociais.

Conforme Berhing e Boschetti (2008), "as pressões para uma reconfiguração do papel do Estado capitalista nos 1980 e 1990, e seus impactos para a política social, estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970".

De acordo com Mandel (1982 apud BERHING; BOSCHETI, 2008, p. 116), as variáveis que compõem a lei do valor, e que se comportam de forma parcialmente independentes entre si, se manifestaram ao longo da história do capitalismo, em especial em sua fase tardia e madura, aberta após 1945. Esta última é uma tradução mais adequada para o conceito que o autor desenvolve. Por que maduro? É uma referência ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerado esgotado seu papel civilizatório.

No que se refere à lei do valor, Singer (1987) afirma que:

> [...] existem duas teorias predominantes do valor: a teoria do valor-trabalho, e a teoria do valor-utilidade. A teoria valor-trabalho não se aplica a mercadorias que não possam ser multiplicadas, cuja produção não possa expandir-se. Ela não se aplica a determinados tipos de produtos cuja oferta é muita limitada. A primeira coisa que a teoria valor-trabalho tem de fazer é explicar os próprios custos de produção, que são fundamentalmente os salários dos trabalhadores que produzem as mercadorias, as despesas com matérias-primas, máquinas e equipamentos e instalações em geral. (SINGER, 1987, p. 10).

A teoria valor-trabalho assim se chama porque sustenta que o valor, em última análise, não é mais do que uma manifestação do único custo real de produção, que é o trabalho humano. A teoria valor-utilidade o preço é formado pelos compradores no sistema de leilão especulativo. O consumidor sabe quanto vale a mercadoria para ele.

Berhing e Boschetti (2008, p. 116) destacam que Mandel estava preocupado com os ciclos de expansão e estagnação do capital de uma maneira geral. Contudo, sua pesquisa tem como centro a expansão nos anos de ouro pós-1945 e os sinais de seu esgotamento em fins dos anos 1960, anunciando um longo período de estagnação. Mandel (1982 apud BERHING; BOSCHETTI, 2008, p.116) parte do princípio dialético fundamental da crítica marxista da economia política de que não existe produção sem perturbações, ou melhor, não se configuram tendências de equilíbrio no capitalismo. É inerente ao mundo do capital seu desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, um vínculo estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nos ciclos de reprodução do capital, pode-se perceber um incremento tecnológico, o qual engendra primeiro, pela via da convergência tecnológica, uma possibilidade de nivelamento, e, na sequência, de queda da taxa de lucros, em função da diminuição do diferencial de produtividade do trabalho.

Essas tendências vão encontrar contraposição nas renovadas estratégias de extração de superlucros, dentre as quais o aumento permanente da composição orgânica do capital, por meio de inovações tecnológicas.

Berhing e Boschetti (2008) lembram a crise clássica de superprodução nos anos de 1974-1975, expressão das tendências de longo prazo fundadas na lei do valor.

O já presente agravamento do problema do desemprego pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão de obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central, são elementos que estão na base da queda da demanda global e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma óptica marxista, no início dos anos de 1970.

A inflação reduzida já não era estimuladora da demanda global, ao contrário, desencadeou a busca de valores-refúgio pela via da especulação financeira. (BERHING; BOSCHETTI, 2008).

A expansão do crédito associada à inflação, por outro lado, acelerou processos privados e públicos de endividamento. Diante das dificuldades de conter a espiral da crise, a depender da opção política e social dos governos (MANDEL, 1990 apud BERHING; BOSCHETTI, 2008), iniciou-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista, os chamados ajustes estruturais. Um elemento que ganhou visibilidade nessa crise foi a sutil perda de hegemonia econômica dos EUA, que não significou perda de

influência militar e política, decorrente de um aumento da competitividade da parte do Japão e Alemanha, como economias centrais polarizadoras de regiões inteiras.

Sobre o assunto discutido sobre os novos processos e suas consequências para o trabalho, ressaltamos Barbosa (2007, p. 48), quando cita: "é claro que a alternativa à crise pela via da desvalorização da força de trabalho é uma receita conhecida na história do capitalismo". A autora continua: "a expansão do capital ao longo desses séculos não só extinguiu formas econômicas não aceitas aos interesses de acumulação, mas também subordinou formatos sobreviventes a sua lógica mercantil".

Barbosa (2007, p. 48) refere-se aos modelos de organização e regulação social, ainda não homogeneizados, e indaga "sobre práticas econômicas não convencionais ao formato capitalista e sobre sua participação nas relações sociais de seu tempo". Sobre essa indagação, a autora cita duas alternativas: 1) as atividades de subsistência que pouco interessam ao capital; 2) as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, conformando uma atualizada e rentável maneira de acumulação capitalista, de modo subordinado (p. 48).

Ficou claro que nos últimos anos, o mundo passou por mudanças com a presença do desemprego estrutural, reestruturação do capital, redução dos postos de trabalho em decorrência da modernização tecnológica, especialização flexível, diversificação de produtos presença de tecnologia informacional e microeletrônica, produção horizontal por contratação de terceiros, valorização do capital por meio da inovação que permite fragilização e exploração do trabalho. Diante dessas mudanças do mundo do trabalho, a Economia Solidária pode apresentar um modo de produzir diferente a lógica do capital. Para Barbosa (2007, p. 27), "a Economia Solidária pode apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção diferente".

2.2 Economia Solidária como estratégia de autonomia e emancipação.

Com a incapacidade do capitalismo em resolver as consequências do conflito da acumulação de capital, a Economia Solidária, assim como o trabalho informal, surge no cenário mundial e brasileiro na década de 1990, estimulada por entidades civis e governamentais voltadas para programas de geração de renda e trabalho, portanto, como uma estratégia de sobrevivência diante da crise do emprego. Barbosa (2007, p. 89) chama a atenção quanto ao formato jurídico-institucional que é "assumido como cooperativa ou associação autogerida".

Sobre a economia e as relações humanas, Leboutte (2003, p. 31) cita que "a economia está no centro das atividades e relações humanas, mesmo que envolvam capitais financeiros, ou seja, não mercantis". O autor continua: "É a base das atividades de transformação da natureza em produtos e serviços e destes em benefícios para a sociedade".

Para o autor, "o capital tem aí uma função social interna, mas não é o centro, não é o objetivo final, muito menos propriedade de uma ou outra pessoa, mas do empreendimento, do seu conjunto, coletivo".

Aqui chama a atenção o fato de o autor considerar o empreendimento como conjunto coletivo, contradizendo a consideração de uma propriedade como individual, como base para acumulação de capital.

Para Barbosa (2007, p. 21),

> [...] a desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social como conseqüências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos sociais aos trabalhadores do centro e periferia capitalistas. Deles decorre a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que na parte latina das Américas, recebeu o nome de *economia solidária*.

Percebe-se que os trabalhadores buscam por alternativas e iniciativas que gerem trabalho e renda. A autora continua: "o termo economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica, na medida em que carrega duas imprecisões: uma por segmentos diferenciados e autônomos e outra por classificar a economia por uma categoria como solidariedade".

Sobre cooperação e solidariedade na economia, Singer (2002, p. 9) afirma que "os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir". O autor reforça que "economia solidária são ações econômicas realizadas em sistema de autogestão através de c**o**operativas ou associações, tanto no campo como nas cidades".

Quanto às transformações do trabalho, Barbosa (2007, p. 22) pressupõe que "são desencadeadas por necessidades histórico-materiais do capitalismo, mediadas por aparatos de consentimento ativo às mudanças, proporcionado pelo que aqui nomeamos cultura do auto-emprego, e contando com a participação decisiva do Estado".

A autora argumenta que, nos anos 2000, a economia solidária participa do cenário político e recebe apoio participando do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, com investimentos públicos em unidades coletivas autogestionadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essas ações

apresentam-se como uma resposta, uma estratégia, diante do desemprego estrutural, pois reconhecem o valor do histórico de vida do sujeito como riqueza quando da sua participação coletiva.

Sobre a solidariedade na economia, Singer (2002, p. 9) afirma que "só pode se realizar se a economia for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar". O autor faz questão de reforçar igualitariamente ao continuar: "A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais".

Para Barbosa (2007, p. 23), "o trabalho associado em economia solidária aparece como uma das respostas à nova sociabilidade imposta pelo capital". Fica claro que a experiência de economia solidária apresenta-se como mudança. Nesse sentido, Barbosa (2007, p. 23) aponta que a economia solidária "situa-se numa das veredas dessas mudanças societárias, quando o Estado se descompromete com a ainda incipiente perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio às iniciativas de auto-emprego".

Para a autora também é claro que a economia solidária apresenta-se como uma alternativa capaz de superar até a exploração social. Conforme Barbosa (2007, p. 24), "a Economia Solidária apresenta-se com uma alternativa, uma experiência a ser utilizada junto à população que se encontra desprotegida de direitos e de oportunidades de trabalho formal".

Tauile (2004) afirma que "especialmente as cooperativas autogetionárias cresceram no Brasil quando a indústria local foi combalida por uma abrupta abertura dos mercados internos que atingiu principalmente o setor industrial com origem de capital nacional".

Singer (1987) deixa claro que a Economia Solidária apresenta-se como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores. Para Singer (2002, p. 8), "na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras".

Importante ressaltar que Singer (2002, p. 8) expõe que empresários falidos não têm mais capital próprio, e os bancos lhes negam crédito exatamente porque já fracassaram uma vez". Para o autor, é a economia solidária que resta como estratégia para se manter ao utilizar a gestão da empresa como autogestionária e que já foi experimentada em várias partes do mundo e em vários momentos históricos.

As obras de Stuart Mill e de Marx, escritas há mais de um século, já traziam notícias a respeito. Segundo Singer (1987, p. 62), "a economia solidária expressa uma forma de

organizar a produção/distribuição a partir do princípio democrático na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados".

Tauile (2002, p. 108) discute "brevemente o espectro de possibilidades de sucesso e difusão da chamada economia solidária num ambiente capitalista". Para essa discussão utiliza o conceito de Ortiz Roca:

> A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. (ORTIZ ROCA, 2001 apud TAUILE, 2002, p. 108).

Tauile ressalta que a economia solidária apresenta traços característicos como:

> [...] reciprocidade colocada no cerne de sua passagem à ação econômica, as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais"; vontade de empreender é coletiva; não se busca o 'retorno sobre o investimento' individual; combina fontes de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (financiamento híbrido: estático, receitas autogeridas e contribuições voluntárias); estas experiências organizam-se dentro de uma dinâmica cidadã favorecendo a criação de espaços públicos de proximidade. (CRIDA, 2000 apud TAUILE, 2002, p. 108).

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, referente ao que é preciso para viver. Forma de trabalho que ocorre sem exploração da força de trabalho, querer levar vantagem sobre os outros e destruição do ambiente. É uma forma de trabalho que procura a cooperação, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (BRASIL, 2010).

Ferreira (2004) enfatizou que Economia Solidária é um pleonasmo, porque a prática econômica, na sua origem, é social, coletiva, ao contrário do que a economia capitalista (não solidária) pratica, enfatizando o individualismo, a exploração, a competição. Para o autor, praticar Economia Solidária nos dias de hoje é um "ato subversivo".

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nacional:

> A economia solidária é um movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais) contrárias como:
> - à alienação em relação ao processo do trabalho como um todo;
> - às desigualdades sociais (poder e riqueza na mão de uma minoria, pobreza para a maioria); e
> -aos desequilíbrios ecológicos - visto que grandes corporações tendem a se preocupar mais com o lucro e menos com os danos ambientais que o seu crescimento desenfreado causa. (SEBRAE, 2010).

O desenvolvimento territorial que busca expandir com base na economia solidária leva em conta que seu crescimento necessita do envolvimento das pessoas: de forma associativista e cooperativista (cada um contribuindo com o seu melhor, com o que é possível dentro de seus parâmetros); participando do processo desde sua implementação até o produto final (propriedade da economia solidária que tem características também do comércio justo); e tendo em mente o equilíbrio ecológico (fator essencial para harmonizar as relações entre pessoas, desenvolvimento territorial e natureza).

A Economia Solidária é uma estratégia bem diferente das pessoas se organizarem em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir. É um movimento de organização de homens e mulheres que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, em que todos e todas têm suas, e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente.

Singer (1987) define Economia Solidária "como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central".

Para Barbosa (2007, p. 97), a economia solidária apresenta os indicadores comuns:

> autodenominação de cooperativa ou associação/empresa autogestionária; distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão democrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão como assembléias; conselhos e reuniões, bem como eleição da diretoria a partir do preceito "cada homem um voto"; existência legal definida em estatutos e normas em assembléia dos associados.

Fica clara a contradição da economia solidária com o capitalismo. Barbosa (2007) reforça muito bem: a economia solidária considera o preceito de cada homem um voto para eleição de uma diretoria, enquanto que no capitalismo considera-se a quota de capital.

Entendemos que os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa, conforme Singer (1987).

O autor afirma ainda que, à medida que se expandem, surge a necessidade de uma estrutura mais complexa, com presidente, tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, porque grande parte das decisões têm que ser tomadas pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Esses responsáveis por diferentes setores devem, contudo, cumprir estritamente aquilo que foi decidido pelo coletivo e, em contrário, ser substituídos. É o

inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Segundo Singer (2002, p. 24), "a economia solidária nasceu nos primórdios do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção". O autor explica que a economia solidária foi uma resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX.

Pela explicação de Singer, a estratégia utilizada pela Economia Solidária foi a de estimular formação de cooperativas, como tentativa por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

Para Barbosa (2007, p. 92), a Economia Solidária ganha expressão ao desenvolver novas entidades com "articulações de interesses, espaços e sujeitos políticos ocupados com o comércio equitativo, as finanças solidárias, o intercâmbio não monetário e as iniciativas locais que valorizam os serviços de proximidade, portanto, com base na inserção social, na conciliação entre direitos individuais e responsabilidade do Estado e não no sentido de caridade.

Essas novas entidades desenvolvidas contradizem a lógica do capital ao valorizar o homem e não o capital.

Sobre a lógica do capital:

> É sempre uma soma de riqueza que, para se valorizar, tem de sofrer as metamorfoses: o capital-dinheiro tem de passar a capital-mercadoria, formado por meios de produção e força de trabalho; este capital-mercadoria tem de ser transformado, mediante o trabalho de trabalhadores assalariados em produtos, outra forma de capital-mercadoria; e este último tem de ser realizado, ou seja, transformado novamente, mediante a venda do produtos, em capital-dinheiro. Capital não é, portanto, apenas riqueza, mas valor que se valoriza, riqueza que é investida para engendrar mais riqueza para seu possuidor. (SINGER 1987, p. 27).

Sobre a essência do capital:

> É a corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que "vai ser moda", é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas. É o trabalho alienado de muitos. (SINGER, 1987, p. 11).

Percebemos que o capitalismo se tornou dominante e que tendemos a considerá-lo como normal ou natural. Singer (2002, p. 7) afirma que "a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos". Pode-se perceber um ambiente de competição pela busca de conquista sem considerar o homem como centro. A lógica da economia solidária contradiz o que tendemos a considerar como normal ou natural.

Sobre a lógica e a essência da economia solidária, explica:

> É difusão de valores culturais que centralizam o homem como sujeito e finalidade da atividade econômica, desenvolvimento de práticas de reciprocidade e espírito cooperativista, assunção do feminismo como essencial nesse processo de constituição de uma economia sustentada na solidariedade, associação entre produção, distribuição e consumo, mediante investimento no desenvolvimento local, com redes de consumidores orientados por princípios éticos solidários e sustentáveis nas suas escolhas de consumo, e redes de comércio e preços justos, negação da mercantilização da natureza com sacrifício do meio ambiente e do ecosistema, política autogestionária de financiamento responsável por meio de descentralização de moedas, comércio justo associado ao uso de moedas comunitárias, controle dos fluxos financeiros e limitação das taxas de juros, associação a movimentos e lutas sociais por um Estado democraticamente forte a partir da sociedade e voltado diretamente para ela, e agenciamento de novos sujeitos políticos na prática econômica através de democratização do poder, da riqueza e do saber, e sustentada na gestão participativa sem a tutela do Estado e distanciada das práticas burocratizadas. (BARBOSA, 2007, p. 96).

Singer (2002, p. 24) relata que "a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção". O autor continua: "a Grã-Bretanha foi a pátria da primeira revolução industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno" (p. 24).

Lisboa (2005, p.110) afirma que a expressão economia solidária designa, antes de tudo, inúmeras experiências abrangendo formas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas através da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, de incubadoras, de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos.

Conforme Singer (2002), as cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua

estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

A respeito da autogestão, Barbosa (2007) afirma que:

> [...] o tema ainda é difuso, mas classifica empreendimentos solidários como: 1) gestão democrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão, como assembléias, conselhos e reuniões, bem como eleição da diretoria a partir do preceito "cada homem um voto"; 2) distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos (p. 128).

Na concepção da autora, "empreendimentos solidários" se vinculam à "gestão democrática" e à "viabilidade econômica".

Para Barbosa (2007, p. 130), há "certa tendência à relação proporcionalmente inversa, de modo que, quanto mais cooperativo o processo de trabalho, maior debilidade financeira e, quanto maior essa viabilidade econômica, menor o solidarismo, aproximando-se da empresa capitalista".

Importante ressaltar essa relação de proporcionalidade, para buscar o equilíbrio e a sustentabilidade do empreendimento solidário. Assim, as incubadoras podem se apresentar com o ambiente favorável para manutenção e formação de empreendimentos solidários.

Para Barbosa (2007, p. 135), "a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestionário".

Segundo a autora (2007, p. 151),

> [...] as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) funcionam como apoio efetivo por um tempo que varia de dois anos a mais e oferecem infra-estrutura com local para instalações da produção, reuniões, escritórios e central e negócios, além de equipamentos e condições para telefonia, internet e computadores, bem como assessoria e formação para condução dos negócios e gestão cooperativista. Isso ocorre até que as cooperativas se consolidem e possam se estruturar por conta própria.

Para Barbosa (2007, p. 158),

> As ITCPs são vinculadas à área de extensão das universidades. A idéia deriva da experiência de incubagem de empresas – adequada, no caso, ao cooperativismo popular, visa dar infraestrutura, assessoria e capacitação para estruturar cooperativas populares criadas por iniciativa de trabalhadores desempregados ou em situação de precarização.

Nas incubadoras de cooperativas populares, segundo a autora, é recorrente a presença de trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante. Para Barbosa (2007, p. 152), "desconstrução do mando e da subjugação fordista precisam ser encarados como um processo de desalienação do trabalhador". Para ela (p. 153), "as incubadoras

contribuem, através do estímulo à autogestão, com o desafio de levar as cooperativas ao sucesso".

Diante do exposto, a economia solidária apresenta-se no cenário brasileiro como estratégia para a emancipação humana e é estimulada pelas entidades civis e governamentais, voltada para programas de geração de renda e trabalho. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgem como tecnologia social, estimulando a formação de cooperativas com base na autogestão, cada homem um voto, na participação coletiva, que contradiz a lógica do capital ao valorizar o homem e não o capital.

2.3 Emancipação Humana e autonomia.

O objeto desse estudo é a economia solidária como um instrumento para que os trabalhadores conquistem a autonomia em um contexto extremamente adverso. A crise contemporânea do capital e suas estratégias de recuperação de taxas de lucros atingem a classe trabalhadora com o desemprego, bem como sua organização e luta social, conforme vimos afirmando ao longo deste trabalho. Contudo, é necessário, ainda, explicitarmos nossa compreensão acerca da categoria emancipação e autonomia, as quais são dois eixos explicativos deste estudo[4].

Importante ressaltar que "emancipação política diz respeito à possibilidade de satisfação de parte ou de grande parte das necessidades particulares das classes e dos grupos presentes na sociedade" (VINAGRE, 2010, p. 111), ou seja, ela é viável de ser conquistada na sociedade burguesa, por meio das lutas sociais das classes trabalhadoras, para obter a sua autonomia.

A autonomia humana, por seu turno, se refere à plena realização e expansão dos indivíduos sociais, o que implica autonomia e liberdade[5]. Nesse sentido, implica a superação total da propriedade privada e dos processos de alienação e dominação-exploração a que estão submetidos os indivíduos na sociedade do capital, quer dizer, somente se realizará com a liquidação total do capitalismo.

---

[4] Cabe esclarecer que este trabalho é exigência para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano. Contudo, por entendermos que esse conceito é contrário à abordagem crítica utilizada nesse estudo, utilizaremos as categorias emancipação e autonomia, a fim de garantirmos a coerência teórico-metodológica.

[5] A liberdade na concepção marxista diferencia-se da concepção liberal. Para Marx a plena liberdade de cada um exige a plena liberdade de todos, ou seja, para haver liberdade todos têm que ser livres e iguais.

Contudo, há que se ter em conta que a autonomia se insere na perspectiva da construção histórica de homens e mulheres como sujeitos históricos: “a antecipação e projeção da realização da emancipação humana devem se constituir no norte a balizar as lutas sociais no presente” (VINAGRE, 2010, p. 111). Portanto, inscreve-se no *vir-a-ser*, ou seja, algo a ser construído no devir histórico. Já a emancipação política pode e deve ser alavancada ainda no contexto da ordem burguesa.

Considerar a participação coletiva faz sentido, pois, segundo Gadotti (1995 apud MARQUES, 2003, p. 180-182), “autonomia é um tema presente no estudo da educação desde a antiguidade e sempre esteve associado à ideia de liberdade”. [...] “a autonomia está na possibilidade de uma nova forma de organização calcada na participação coletiva”. Esse entendimento reforça a importância da Incubadora no processo de autonomia dos sujeitos participantes.

Entendemos que este estudo se orienta na perspectiva de que as cooperativas populares são instrumentos de autonomia, mas contêm a possibilidade de associar as lutas sociais mais amplas a movimentos sociais e outras frações de classe com vistas à construção de outra ordem societária, livre e justa.

3 Método

O presente estudo tem como objetivo compreender como a economia solidária contribui para a emancipação humana, tendo em conta a situação de desemprego estrutural gerado pela crise do capital desde meados dos anos 70.

Para trilhar esse caminho, entende-se que utilizar “fontes orais” responde melhor aos objetivos da pesquisa. A pesquisa foi realizada nas Incubadoras de Cooperativa Popular, localizadas na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os sujeitos do estudo: beneficiárias, participante da Cooperativa Incubada e gestores de cada incubadora. Por telefone, agendou-se e confirmou-se data distinta, independente, para gravar as entrevistas e as narrativas dos sujeitos em mídia (gravador de som) de computador (lap top), na sala de reunião das incubadoras. Posteriormente as narrativas foram transcritas e analisadas.

Lang (1996, p. 33) destaca que as fontes orais utilizadas em um projeto de Historia Oral visa à construção de um documento, e Queiroz (1996, p. 34) ressalta, ainda, que História Oral, através de fontes orais, é um termo amplo, que recobre tipos variados de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos, de fatos, cuja documentação se quer completa, ou que se quer abordar por ângulo diverso.

A história oral registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Por isso entendemos que a história oral, pela fonte oral, é a que melhor responde às indagações que buscamos compreender, porque busca as experiências dos sujeitos e pressupõe um diálogo entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa.

A propósito, na abordagem qualitativa a relação estabelecida é de: sujeito-sujeito e não sujeito-objeto.

Para Martinelli (1999, p. 20), a importância do uso de abordagens qualitativas na pesquisa está na importância de dimensionar os problemas com os quais trabalhamos, para nos trazer grandes retratos da realidade e as concepções dos sujeitos de como pensam sua problemática, de que significados atribuem às suas experiências, de como vivem a sua vida, uma vez que, na ciência cartesiana, o próprio informante é um sujeito oculto, e suas reais condições de vivência não são alcançadas pela pesquisa. Assim, vão se instituindo verdadeiras lacunas no processo de conhecimento, e os dados obtidos acabam não sendo geradores dos avanços da prática que se espera.

Para Martinelli (1999, p. 21), é "fundamental buscar novas metodologias de pesquisa que, mais do que buscar índices, modas, medianas, buscassem significados, mais do que buscar descrições, buscassem interpretações, mais que buscar coleta de informações, buscassem sujeitos e suas histórias". A autora continua (p. 21): "esses dados ganham vida com as informações outras com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem".

Verifica-se que Martinelli (1999, p. 21) traz à tona que "os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito". Ressaltamos que Martinelli (1999, p. 22) parte de uma "perspectiva muita valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – **o contato direto com o sujeito da pesquisa"** (grifos do autor).

O uso da História Oral, quando do contato com o sujeito da pesquisa, permite uma superação aos questionários e formulários. Para Martinelli (1999, p. 22), esse método "trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade".

Como se pretende levantar as experiências e as condições sócio-históricas no mundo do trabalho das pessoas, portanto, modos de vida, conhecer as pessoas se faz necessário.

De acordo com Martinelli (1999, p. 22), "se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante". Martinelli (1999, p. 22), continua: "não desconectamos esse sujeito da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que se faz dos mesmos em sua vivência cotidiana".

Ressaltamos que Martinelli (1999, p. 22-23) reforça a pesquisa qualitativa ao se fundamentar nos seguintes pressupostos:

- O primeiro pressuposto tem como base a **Singularidade do sujeito**: cada pesquisa é única, o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo permitir-lhe que se revele no discurso e na ação. Conhecer exatamente o sujeito, ao contexto em que vive sua vida;
- O segundo pressuposto tem como base o reconhecimento da importância de **se conhecer a experiência social do sujeito** e não apenas as suas circunstâncias de vida. Pois as circunstâncias de vida configuram um tipo de fenômeno, outro é o modo de

vida. As circunstâncias materiais, as pesquisas quantitativas me dão: o salário e despesas, mas agora o modo de vida é bastante diferente;

- O terceiro pressuposto tem como base o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

Sobre o modo de vida, Martinelli (1999, p. 23) traz para a discussão, afirmando que "é um conceito que foi introduzido pelo historiador inglês contemporâneo Edward Thompson[6], que nos mostra que o modo de vida é, exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida". Para Martinelli (1999, p. 23), essa construção "envolve, portanto, seus sentimos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas que remete ao próximo pressuposto".

Segundo Thompson (1981 apud MARTINELLI, 1999, p. 23), o "viver histórico cotidiano do sujeito, a sua experiência social expressa a sua cultura". Considera esse historiador que, na formulação marxista, a questão da cultura ficou um pouco esquecida.

Martinelli (1999, p. 23) recomenda que "é em direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham," e que, portanto, segundo Martinelli (1999, p. 23), "é na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador".

Entendemos, a partir de Martinelli (1999, p. 22-23), que:

> é preciso buscar os significados de vivências dos sujeitos. Procurar não operar com pressuposições em relação aos significados, tratando de desvendá-los na relação com o sujeito. A realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral. É preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. É aproximar de significados, de vivências, pois não trabalhamos com mostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa.

A autora continua:

> Reconhecer o sujeito coletivo, no sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. É indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, busca-se conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. O sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são

[6] THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

> saturados de história, são plenos de possibilidades. Entendemos que a pesquisa qualitativa permite o exercício político, porque trabalha com significados de vivências, portanto precisa ser devolvida aos sujeitos da pesquisa (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

Essa autora ressalta três considerações sobre a pesquisa qualitativa:

> 1ª – caráter inovador, insere-se na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais;
> 2ª – dimensão política, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; e
> 3ª – exercício político, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão, permite uma construção coletiva. (MARTINELLI, 1999, p. 27).

Martinelli lembra que

> [...] tanto a realidade quanto a relação humana são qualitativas. Implicam em sons, aromas, cores, arte, poesia, linguagem, os quais só podem ser alcançados pela mediação do sujeito e predominantemente de modo qualitativo, pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência. (2005, p. 118).

Essa autora considera que:

> [...] uma pesquisa qualitativa não se trata com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. (1999, p. 23).

Essas afirmações reforçam o uso da fonte oral nesse trabalho, pelo fato de que se busca levantar as experiências e as condições sócio-históricas no mundo do trabalho das pessoas que participam das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil, para identificar em quais aspectos essas incubadoras possibilitam a emancipação humana e a geração de renda e trabalho, portanto, ouvir e registrar os beneficiários ou participantes e gestores se faz necessário.

Reconhecer esse levantamento e registro como documento original e verdadeiro junto à própria fonte, o sujeito, permite verificar com mais facilidade a relação entre as transformações do mundo do trabalho na década de 1990 e as experiências e condições sócio-históricas no mundo do trabalho dos participantes das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

Pelo exposto, reforçarmos a opção pela forma qualitativa, História Oral, fonte oral. Assim, agendou-se, pelo telefone, antecipadamente uma entrevista com os beneficiários e os gerentes das Incubadoras, em momentos distintos e independentes. A pesquisa aconteceu na data prévia confirmada pelos sujeitos, na própria incubadora, na sala de reunião.

A pesquisa contou com a participação de quatro (4) sujeitos: dois (2) da Incubadora do Rio de Janeiro e dois (2) da Incubadora de São Paulo, sendo um (1) gerente e um (1) participante (cooperado) de cada projeto.

As entrevistas foram gravadas e seguiram um roteiro prévio apresentado aos sujeitos antes do início, que leram e refletiram. O roteiro seguiu os eixos estruturantes para análise e compreensão. A pesquisa contou com autorização prévia dos sujeitos, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, transcritas e analisadas e com aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Taubaté.

Roteiro de entrevista para os gerentes/responsáveis pelas incubadoras.

- Qual é o processo para se iniciar a incubação de uma cooperativa popular?
- Existe critério na seleção de pessoas para participar dos projetos incubados?
- Que resultados alcançaram os projetos incubados?
- Existe um tempo para incubação dos projetos?
- Quais são os benefícios de se participar de uma incubadora tecnológica de cooperativa popular?
- Quais são as entidades que financiam esse projeto?
- Existe divulgação dessa Incubadora? Como é feito?
- Qual o valor que cada cooperado paga durante o processo de Incubação?
- Qual é o processo de Incubação?
- Quantos projetos existem hoje?
- Quais os projetos que já graduaram?
- Dos que graduaram quantas continuam em pleno funcionamento?
- Qual o faturamento de cada projeto? Está em ascensão?
- Qual a participação da Universidade?
- Como você realiza a multidisciplinaridade entre os integrantes e apoiadores de cada projeto?
- Qual é o grau de satisfação dos participantes e dos apoiadores?

Roteiro de entrevista para as participantes da cooperativa.

- Como foi sua vida até conhecer a Incubadora e como conheceu a Incubadora?
- O que fez para participar e quais benefícios alcançou participando da Incubadora? O que mudou em sua vida a partir do momento que participou da Incubadora?
- Você se sente com novas habilidades, conhecimento e oportunidades?

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa objetivou compreender se as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem para o acesso a recursos financeiros ou econômicos, públicos ou privados, a orientação e formação de parcerias com instituições governamentais ou não governamentais para a autonomia e a geração de trabalho e renda aos trabalhadores, sobretudo aqueles que estão fora do mercado formal de trabalho e participam de cooperativas. Para tanto, traz-se as narrativas dos sujeitos beneficiários e participantes das cooperativas populares, acompanhadas pelas incubadoras, e as dos gestores das incubadoras, interpretadas à luz do referencial teórico-metodológico que enfeixa o presente estudo, qual seja, o materialismo histórico-dialético, bem como o contexto social no qual as narrativas foram produzidas.

4.1. Narrativa da experiência dos sujeitos de pesquisa.

Apresentamos a seguir as narrativas gravadas na pesquisa de campo, para, assim, nos aproximarmos daqueles que são essenciais para esta pesquisa: os sujeitos beneficiários e os gestores das incubadoras.

Gravaram-se as narrativas de duas beneficiárias: uma participante da Incubadora Tecnológica da Universidade de São Paulo; outra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Organizou-se esse tópico, pela experiência das sujeitas que participam das Incubadoras de Cooperativas Populares, como vivenciam o desemprego/subemprego e buscam alternativas para a sobrevivência. Perguntamos:

- Como foi sua vida até conhecer a Incubadora?
- Como conheceu a Incubadora e o que fez para participar da Incubadora?
- Que benefício alcançou participando da Incubadora?
- O que mudou em sua vida a partir do momento que participou da Incubadora?
- Você se sente com novas habilidades, conhecimento e oportunidades?

Pelas narrativas, procuramos compreender as experiências de trabalho dos sujeitos antes de ingressar na cooperativa, à medida que nos interessa entender se a economia solidária se constitui ou não em uma estratégia significativa para a emancipação humana. Cabe, contudo, destacar que, em geral, os trabalhadores que estão na economia solidária não vivem

a experiência de trabalho estável no mercado formal, ou seja, em geral não possuem acesso aos direitos do trabalho formal, como a previdência, entre outros, de forma estável.

Já, no segundo tópico, apresenta-se a experiência dos gestores das Incubadoras, buscando compreender o processo de formação da cooperativa popular, envolvendo os critérios: tempo de incubação, benefícios, financiamento, divisão dos lucros, projetos, papel da universidade, perspectiva interdisciplinar e satisfação dos participantes.

Por meio das narrativas, procuramos compreender as experiências dos sujeitos na Incubadora, à medida que nos interessa compreender se a economia solidária se constitui ou não uma estratégia significativa para a emancipação humana. Cabe, contudo, destacar que, em geral, os gestores buscam a autogestão dos trabalhadores que estão na economia solidária e que não vivem a experiência de trabalho estável no mercado formal e não possuem acesso aos direitos do trabalho formal.

Ressaltamos que nos dois tópicos buscamos a coerência entre o Título, a Revisão da Literatura e o Método de forma a compreender como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares contribuem para a emancipação humana.

4.1.1 Resultado da narrativa da experiência dos sujeitos beneficiárias participantes das cooperativas acompanhadas pelas Incubadoras Tecnológica de Cooperativa Popular.

As narrativas apresentadas consistem no levantamento das experiências das trabalhadoras, na identificação de quais aspectos as incubadoras possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho e na análise da relação entre as transformações do mundo do trabalho na década de 90 e as experiências de Economia Solidária, além de buscar compreender como a incubadora tecnológica de cooperativa popular contribui para a emancipação humana e a geração de trabalho e renda.

4.1.1.1 Narrativa do sujeito 1

Para se levantar a experiência desse sujeito e a sua condição sócio-histórica no mundo do trabalho, agendou-se dia, hora e local antecipadamente. No dia e hora marcada, apresentou-se o termo de consentimento, o roteiro e o objetivo da pesquisa, bem como o método. A narrativa ocorreu na sala de reunião da Incubadora, com a presença apenas do

sujeito e do pesquisador. Essa narrativa foi gravada e depois transcrita em seu conteúdo original sem preocupação com a correção gramatical.

O sujeito 1 relatou sua trajetória de vida desde a infância, sua escolarização e a migração para São Paulo. Também narrou suas experiências profissionais em São Paulo, suas frustrações e decepções com o mundo do trabalho até conhecer a Organização Não Governamental (ONG) Educação para Afrodescendentes (EDUCAFRO), a qual lhe abriu as portas para o estudo e o levou à Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular da Universidade de São Paulo.

Relatou-nos que, por meio dessa experiência, pôde aprender o trabalho em grupo, bem como os benefícios obtidos por participar da Incubadora. Citou em quais aspectos a Incubadora possibilitou sua emancipação humana e geração de renda e trabalho.

Para compreender como as incubadoras contribuem para a emancipação humana e a geração de trabalho e renda desse sujeito, separamos da sua narrativa as falas que permitem tal compreensão e que têm relação com o tema, a teoria e o sujeito. Informamos que essas falas foram transcritas e serão apresentadas em trechos selecionados, na sua forma original, ou seja, como foram registrados, sem correção gramatical.

Vamos à narrativa com a apresentação de um trecho narrado pelo sujeito 1:

> (01) **Eu sou baiana** nascida e criada e criada em A. Barbosa, não, na verdade eu nasci em Diógenes Sampaio, vivi lá ate meus quatorze, quinze anos e fui morar em A. Barbosa com meus irmãos, mas sempre morando com meus pais. Tive uma infância maravilhosa, tenho muita saudade..., tive o contato com o campo, com a natureza. Nesse período, que eu vivi lá em Diógenes Sampaio, fiz muitos cursos, cursos de pinturas, bordados costuras. Fazia um trabalho artesanal. Estudava. Fiz minha até minha quarta série. Eu fiz lá. Tive que repetir alguns anos da minha vida na escola não por porque não tinha desempenho, mas devido o sistema falho mesmo e depois fui morar em A. Barbosa com meus irmãos prá fazer, na época, o ensino colegial, o ensino médio. Hoje, o fundamental, o médio, e nesse período eu tive a experiência de fazer o curso de enfermagem, onde trabalhei muitos anos depois. Terminei o segundo colegial, hoje ensino médio. Minha irmã foi lá e me fez o convite prá vir conhecer São Paulo e eu vim. Isso foi em 1993. Vim embora e o que seria uma experiência, se transformou numa vida fixa aqui em São Paulo. Nunca queria vim prá São Paulo. **Queria viver na Bahia toda vida. Tanto que até hoje eu ainda tenho o sonho de voltar.** (grifo nosso)

Segundo esse relato, o sujeito 1 participa da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular, localizada na Universidade de São Paulo. É negra e migrante e veio da Bahia para São Paulo. Teve uma infância, segundo ela, maravilhosa, livre, diante do convívio com a natureza. Em sua adolescência, teve a oportunidade de estudar até a 4ª série e fazer cursos de pintura, bordado e costura. Trabalhou com artesanato. Nesse momento já se percebe a

presença da informalidade para obter recursos de sobrevivência sem carteira de trabalho e direitos. Apesar de todas as dificuldades, conseguiu cursar enfermagem, formação que permitiu trabalho formal muito anos depois, já em São Paulo. Recebeu convite de sua irmã, que já havia migrado para São Paulo, para obter novas oportunidades de trabalho. Aceitou o convite e migrou-se para São Paulo, mas até hoje tem o sonho de retornar para a terra natal.

No que se refere ao processo de migração, Brito (2006, p. 223) afirma que "ela se constituía no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização". Segundo o autor (2006, p. 224), a migração "trata-se de um deslocamento populacional gigantesco, em um breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira", no qual

> [...] a grande concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, comandada pelo processo de industrialização no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, ampliou os desequilíbrios regionais e sociais, impulsionando as migrações internas, que transferiram a população campo para as cidades, assim como a redistribuíram entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil. Essa maciça redistribuição da população modificou o perfil da própria população urbana. (BRITO, 2006, p. 224).

Em 1970, mais da metade da população urbana já residia em cidades com mais de cem mil habitantes, e um terço naquelas acima de quinhentas mil pessoas. Em 2000, cerca de 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes, mostrando que a urbanização e a concentração da população nas grandes cidades foram processos simultâneos no Brasil.

Segundo Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 135), "a partir dessa perspectiva, os itens "busca por trabalho" e "acesso a serviços sociais" deveriam figurar entre as principais motivações declaradas para a migração".

Vejamos outro trecho:

> (02) Estou resumindo e eu vim prá São Paulo, em 1993, tive a experiência de trabalhar no Pão de Açúcar (supermercado) como meu primeiro emprego, aqui. **Aqui eu fui trabalhar no Pão de Açúcar, mas eu tive, eu tive uma experiência muito ruim**. **A encarregada, ela escondia meus cheques prá dizer que eu roubei, e no dia seguinte ela dizia: "nossa, mas você escondeu seus cheques"? "Você é à toa mesmo heim"! Se fosse hoje, eu detonava com ela. Ela escondia e no dia seguinte ela dizia que o meu cheque, que o meu cheque, tava em outro lugar. Ela fazia eu desenrolar toda produção do dia prá encontrar esse cheque no valor e olhava dando risada**. **Isso dói até hoje**, e sai do Pão de Açúcar. (grifo nosso)

Ao relatar sua trajetória pessoal, profissional, no Pão de Açúcar, destaca as situações difíceis enfrentadas no ambiente de seu primeiro emprego em São Paulo, com a encarregada, a qual, na nossa perspectiva, indica, de um lado, o preconceito pelo fato de ser migrante, mulher e negra, e, de outro, o alto nível de competição entre colegas. Em relação ao fato de ser migrante, mulher e negra e sofrer preconceito e discriminação no trabalho, há inúmeros estudos acerca da condição dessas mulheres na sociedade brasileira, ou seja, as dificuldades que encontram, quer seja no trabalho (por perceberem menores salários e piores postos de trabalho), quer em outras esferas da vida social, como no mundo privado, por meio da violência doméstica.

A questão da discriminação/preconceito contra mulheres negras encontra suas raízes na formação sócio-histórica do Brasil, na qual a mulher negra é tida como um objeto, um ser de segunda categoria, a qual seu "senhor" poderia dispor conforme seu desejo, a exemplo de Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.

Safffioti (1992), por seu turno, afirma que a gênese dessa discriminação/preconceito está no patriarcado, considerado um fenômeno social, no qual a mulher, a partir das relações capitalistas, deixa de ocupar o lugar de centralidade que ocupava em sociedades primitivas. No contexto capitalista, o homem passa a dominar e a explorar a mulher, estabelecendo nova hierarquia, ou seja, uma hierarquia de gênero[7]. No caso específico das mulheres negras, há uma dupla discriminação, quer dizer, além do fato de ser mulher, ainda está presente a questão da raça e etnia.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as mulheres negras experienciam, no cotidiano, preconceitos e discriminações que foram construídas, histórico e socialmente, ou seja, gênero, raça e etnia "se expressam nas relações sociais como construção histórica que operam na realidade, também se manifestam nas relações de poder". (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008).

No que tange ao trabalho, dados do IBGE, organizados por Marques e Sanches (2010) apontam que em 2006, 93 milhões de pessoas acima de 16 anos compunham a População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, isto é, aqueles que estavam trabalhando ou buscando trabalho:

> Ao longo dos 14 anos entre 1992 a 2006, a população brasileira no mercado de trabalho cresceu quase 44%. Esse movimento decorreu tanto do

[7] A categoria gênero é aqui entendida como "as representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade ideologizada por dicotomias, mas em que o masculino e feminino são apenas diferentes" (SAFFIOTI, 2004, p. 116).

> crescimento populacional quanto do aumento da participação dos diferentes grupos. Assim, a PEA feminina cresceu 59,1%, enquanto a masculina aumentou 33,7%. As mulheres, que representavam 39,8% em 1992, chegaram a 44,1% em 2006, quando havia 41milhões de mulheres no mercado de trabalho. Apesar desse crescimento, os homens ainda representam 55,9% da PEA. Têm, no entanto, uma presença relativamente menor que a de 1992 (-7%). Entre as mulheres, o maior crescimento foi o das mulheres negras: seu número cresceu 68,9% nesse período, enquanto o número de mulheres brancas aumentou 51,5%. A população negra no mercado de trabalho ampliou-se em 7,6% no mesmo período, com aumento expressivo dos homens negros (9,1%) e também das mulheres negras (6,2%). Entre as mulheres, o maior crescimento das negras elevou sua proporção na PEA feminina para 46,2% em 2006 (MARQUES; SANCHES, 2010, p. 49).

Os estudos das referidas autoras indicam que houve uma expansão das taxas de ocupação das mulheres no mercado de trabalho na última década, no entanto, afirmam que as mulheres negras ainda continuam a perceber piores salários e postos de trabalhos menos valorizados socialmente.

Segundo os estudos de Marques e Sanches (2010), também no mercado informal as mulheres negras estão em desvantagem, pois em 2006, por exemplo, havia apenas 22% das mulheres negras com carteira assinada atuando no mercado informal. Quando se observa a variável renda, novamente se constata a diferença/discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Os dados nos levam a perceber que a questão de gênero/raça/etnia não pode ser analisada sem se considerar a questão de classe social.

Nas ciências sociais há um caloroso debate a respeito, ora desvinculando a categoria classe social dos conceitos de gênero/raça/etnia, ora analisando-os integradamente. Entendemos que classe social e gênero/raça/etnia estão imbricados, sobretudo quando analisamos trajetórias de mulheres, pobres e negras.

A partir dessas breves considerações, podemos compreender melhor o processo relatado pela nossa entrevistada, a qual claramente vivenciou a discriminação por classe/ gênero/raça/etnia, surpreendentemente realizado por uma outra mulher.

O sujeito 1 também relatou-nos uma postura competitiva por parte da encarregada. Essa postura competitiva aponta para o processo de mudanças operadas no mundo do trabalho, alterando as relações entre trabalhadores, desconstruindo o sentido de classe que imanou os trabalhadores desde os primórdios do capitalismo. As mudanças operadas no mundo do trabalho, segundo Antunes (1998), afetam a subjetividade dos trabalhadores, provocando, ora o medo pela perda do emprego, ora a necessidade de se mostrar melhor do

que o outro, mais criativo e eficiente, mesmo que para isso sejam utilizados meios pouco éticos.

Observa-se na narrativa a preocupação com o trabalho, expresso no fato de ser demitido de um emprego, e logo imediatamente buscar outro. Esse fato é explicado por Lukcás (1980 apud ANTUNES, 2006, p. 136) à medida que o trabalho é resultado de um *pôr teleológico* que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, diferentemente dos animais. Pelo trabalho, o ser social se objetiva e torna-se a plataforma de toda a práxis social e, nesse sentido, é uma experiência elementar da vida cotidiana.

Passemos a outro trecho:

> (03) fui chamada para um laboratório Aprovet, um dos melhores laboratórios em relação à amizade. **Foi minha primeira experiência em laboratório. Aí eu tive que pedir também,** porque eles e dr Paulo Marcus, na época, ele comprava laboratórios falidos e demorava para pagar os funcionários. **Ai nós fizemos uma greve, de outubro até janeiro e eu participei da greve. Ai no final houve a oportunidade "você quer ficar ou quer sair"? Eu escolhi sair, escolhi sair. Fiquei um período desempregada só que foi o acordo, que foi judicial, a gente teve que ir ao fórum, levou um tempo, não recebi seguro desemprego, fundo de garantia**, **não recebi nada**. **O Fundo de garantia foi um acordo, eu recebi vinte e nove reais na época, me lembro até hoje que valor da minha rescisão foi pago através de juízo** e nesse período eu entrei no curso de costura. (grifo nosso)

Outro destaque que fazemos na narrativa do sujeito 1, refere-se às circunstâncias vividas no laboratório APROVET, no qual os funcionários recebiam os salários com atraso por conta de o Diretor comprar outros laboratórios falidos e encontrar dificuldades de saldar suas contas. Quando os funcionários entram em greve lutando por seus direitos, são compelidos a pedir demissão e entram em processo judicial. O processo judicial, por seu turno, é longo. O sujeito 1 não recebeu seus direitos trabalhistas- seguro desemprego e fundo de garantia, logo que saiu da empresa.

A situação exposta nos remete a inúmeros casos semelhantes vividos por trabalhadores no Brasil, que sofrem e lutam para obter seus direitos, embora tenham os direitos trabalhistas conquistados por meio de lutas da classe trabalhadora. Vivemos em um país onde as leis existem, mas não são efetivadas para todos.

Dos anos 90 em diante, essa situação tornou-se ainda mais complexa, na medida da implementação do neoliberalismo, pois muitos direitos foram desregulamentados ou flexibilizados. A respeito desse processo de desregulamentação da legislação social no Brasil, Antunes explica que:

> Desde que o capitalismo ingressou na sua mais recente fase de mundialização – o que se deu a partir do monumental processo de

> reestruturação e financeirização de capitais nos anos 70, estamos constatando que os capitais transnacionais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho, eufemismo para designar a desconstrução dos direitos sociais, resultado de longas lutas e embates do trabalho contra o capital desde o advento da Revolução Industrial (ANTUNES, 2006, p. 498).

Cabe destacar que a legislação trabalhista brasileira data da Era Vargas (1930- 1954), como a criação da Justiça do Trabalho, em 1939, da Consolidação das Leis do Trabalho, com semana de trabalho de 48 horas, carteira profissional e férias remuneradas. Berhing e Boschetti descrevem que:

> A passagem para o século XX foi sacudida pela formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical. Esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquista e socialista europeus para o país. Essa nova presença no cenário político e social promove mudanças na correlação de forças, tanto que em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12horas diárias. Em 1919, regulamenta-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil, mas tratando-a pela via do inquérito policial e com ênfase na responsabilidade individual em detrimento das condições coletivas de trabalho (BERHING; BOSCHETTI, 2008, p. 80).

As autoras continuam:

> [...] uma maior diversificação da economia brasileira viria apenas após a crise de 1929-1932, que paralisou o comércio de café e a economia brasileira, chamada Revolução de 30, As CAPs foram às formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão, o primeiro a ser fundado, em 1926. Por fim, em 1927 foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinqüência juvenil, orientação que só veio a se modificar substantivamente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BERHING; BOSCHETTI, 2008, p.80).

Voltando à narrativa do sujeito 1, nos diversos empregos pelos quais passou, evidenciam-se os diferentes problemas pessoais e dificuldades sentidas no ambiente de trabalho, mas também a importância que atribui à família.

Nesse mesmo período, conhece o grupo de estudo com orientação dos professores da USP e entra em contato com a Instituição Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO:

> (04) Eu conheci um grupo de estudos que ficava na Vila Mariana, eu fiz esse grupo, esses estudos que era com professores da USP que já vinham incentivando e eu já tinha essa vontade de estudar que eu terminei o meu segundo grau. **Mas a vontade de fazer mais, de conhecer mais, sempre tive. Comecei a fazer umas leituras**

> **pegando livros emprestados para ler, para não perder o costume, para não perder mesmo, até mesmo a leitura e nesse período eu conheci uns amigos que falaram da EDUCAFRO**. Só que eu não fui. (grifo nosso)

Percebe-se nesse trecho claramente a vontade do sujeito em estudar, em conhecer mais. Ouve falar da EDUCAFRO.

Leiamos outro:

> (05) arrumei emprego, arrumei **outros laboratórios trabalhei na RESt, trabalhei no LILY, na BILY, que hoje é a EUROFARMA**. Trabalhei na AUCON que trabalha com produtos de oftalmologia. Trabalhei, **eu tive uma experiência vasta em laboratório, o último foi o CRISTALHA que encontrei uns amigos que falavam muito de faculdades que eles tinham feito, tinham parado, e então, voltou a aumentar a minha vontade de estudar**, **porque a maioria desses laboratórios eles ajudavam com meia bolsa. Só que tem aquela questão do tempo, eu pago a bolsa, mas não tem a liberdade de sair do emprego.** (grifo nosso)

A questão trazida pelo sujeito 1 é extremamente importante para compreendermos as contradições do discurso contemporâneo no âmbito do trabalho, ou seja, hoje as empresas alegam que não há trabalhadores qualificados no mercado e, ao mesmo tempo em que oferecem bolsas de estudos aos funcionários, a direção não permite sua saída para estudar. O que se tem de fato é um discurso contraditório, pois ao mesmo tempo em que se exige qualificação profissional, não se viabiliza ao trabalhador tal possibilidade, e ainda mais, culpa o trabalhador por sua falta de qualificação.

No que se refere à qualificação profissional, o Ministério do Trabalho e Emprego expressa:

> A qualificação profissional, como uma complexa construção social, inclui, necessariamente, uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, nem muito menos a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico. Por outro lado, quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento. (BRASIL, 2010).

Entender qualificação profissional se faz necessário. De acordo com informação obtida no portal do Ministério do Trabalho e Emprego:

> Em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT, entende-se a Qualificação Social e Profissional como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres. Define-se Qualificação Social e Profissional como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Portanto, as Políticas Públicas de Qualificação devem contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à

> renda e à educação, devem promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação. (BRASIL, 2010).

A qualificação profissional, a partir dos anos 90 do século XX, ganhou destaque nos discursos de empresários, agentes sindicais[8] e governamentais[9].

Voltando à narrativa do sujeito 1, entre os anos de 2000 e 2002, a nossa entrevistada teve problemas de saúde e foi se tratar. Mesmo assim, a encarregada da empresa onde trabalhava levou o caso à direção e a dispensou. A empresa não considerou o fato de ela estar internada e agendou a data de rescisão do trabalho. Esse fato a levou a decidir: "olha eu vou cuidar de mim".

Vejamos o relato:

> **(06) Eu sempre trabalhei, a maioria dos meus empregos, eu trabalhava à tarde, meio dia, do meio dia às nove, das duas às dez.** Só que **alguns desses empregos foram temporários** que durava mês, três meses, alguns repetia, outros saia antes e alguns efetivos e depois que eu saí, eu precisei fazer uma cirurgia que eu tinha mioma e isso foi em 2000, 2002 e , eu tirei os miomas, tirei dez miomas e aí eu voltei pra trabalhar depois de quinze dias. Aí com o período de seis meses, quatro meses, voltou o problema e ai eu tive que escolher, eu precisava fazer ou uma embolização, isso já foi no Hospital das Clinicas que eu fiz um tratamento de úlcera nervosa, não era úlcera generalizada, era uma úlcera. Aí, eu fiz o tratamento durante seis meses e de lá o médico me encaminhou pra fazer o tratamento na Ginecologista e descobri que eu tinha mioma que eu já tinha descoberto antes no convênio só que o convênio só passava dipirona, era dipirona. Era só remédio prá dor e ai eu tive que fazer, quando foi no período que eu tive de escolher a histerectomia ou a embolização. Eu escolhi tirar o útero e ai nesse período, eu cheguei na empresa falei pró encarregado que eu ia fazer uma nova cirurgia. O encarregado levou o caso pra direção, eles encaminharam o documento prá empresa para que eu fosse demitida, porque prá eles não era significativo eu trabalhar com problemas. Às vezes eu precisava sair lá eu trabalhava em área fechada e tinha que sair dessa área e eles não gostavam que você deixasse o trabalho e sair varias vezes porque às vezes o fluxo menstrual era muito e ai fiz essa cirurgia. e eles me mandaram embora. No dia em que fui internada para fazer a cirurgia era o dia da audiência que eu tinha que estar. "Eu avisei prá eles que eu estava internada que não podia ir, me mandaram embora, eu sai da empresa". Depois dessa, eu disse **"olha eu vou cuidar de mim"**. (grifo nosso)

Desde o ano de 2004, o Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, visa à redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, através de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde. Suas diretrizes, descritas na Portaria nº 1.125, de 6 de julho de 2005, compreendem a atenção integral à saúde, à articulação intra e intersetorial, à participação popular, ao apoio a estudos e à capacitação de

---

[8] Há contundentes críticas de setores da esquerda quanto à postura da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a qual sucumbiu às prerrogativas estabelecidas pelo Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR). (RUMMERT, 2004).

[9] A partir dos anos 90, no governo de FHC implementa- se uma nova institucionalidade de educação profissional de base neoliberal. (OLIVEIRA, 2003).

recursos humanos. Trata-se de um grande salto para que os brasileiros possam melhorar significativamente suas condições de saúde e sua qualidade de vida, tendo mais acesso a ações e serviços de qualidade.

Lançado em 2007, o programa *Mais Saúde: direito de todos* contempla 86 metas e 208 ações, distribuídas em oito eixos de intervenção. Ao longo desse tempo, diversas ações vêm sendo implementadas pelo Ministério da Saúde e pelas demais entidades gestoras do SUS no esforço de atingir os objetivos e as metas definidas pelo "Mais Saúde", tais como a realização de concursos públicos, o fortalecimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a implementação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), a ampliação do programa Saúde na Família, entre outras.

Sobre Medicina do Trabalho, Mendes e Dias (1991, p. 342) afirmam que, segundo a Recomendação 11245[10],

> [...] a expressão 'serviço de medicina do trabalho' designa um serviço organizado nos locais de trabalho ou em suas imediações, destinado a:
> - assegurar a proteção dos trabalhadores contra todo o risco que prejudique a sua saúde e que possa resultar de seu trabalho ou das condições em que este se efetue;
> - contribuir à adaptação física e mental dos trabalhadores, em particular pela adequação do trabalho e pela sua colocação em lugares de trabalho correspondentes às suas aptidões;
> - contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

Desta conceituação podem ser extraídas mais algumas características da medicina do trabalho (além das anteriormente identificadas, a propósito de sua origem), assim como alguns questionamentos que têm a ver com suas limitações, a saber:

- A medicina do trabalho constitui fundamentalmente uma atividade médica, e o "locus" de sua prática dá-se tipicamente nos locais de trabalho;

- Faz parte de sua razão de ser a tarefa de cuidar da "adaptação física e mental dos trabalhadores", supostamente contribuindo na colocação destes em lugares ou tarefas correspondentes às aptidões. A "adequação do trabalho ao trabalhador", limitada à intervenção médica, restringe-se à seleção de candidatos a emprego e à tentativa de adaptar os trabalhadores às suas condições de trabalho, através de atividades educativas;

---

[10] Com efeito, em 1959, a experiência dos países industrializados transformou-se na Recomendação 11245, sobre "Serviços de Medicina do Trabalho", aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho. Este primeiro instrumento normativo de âmbito internacional passou a servir como referencial e paradigma para o estabelecimento de diplomas legais nacionais. (MENDES; DIAS, 1991)

- Atribui-se à medicina do trabalho a tarefa de "contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores", conferindo-lhe um caráter de onipotência, próprio da concepção positivista da prática médica.

Com a decisão de “cuidar de si”, o sujeito 1 optou por estudar na EDUCAFRO, onde conheceu a metodologia da união das pessoas, de modo que um ensina ao outro. Nesse período, conheceu Marlene (nome fictício), que a convida a participar de um encontro sobre Economia Solidária como opção para trabalho e geração de renda. Então, percebe a importância do trabalho coletivo:

> (07) **Eu pensei em estudar que uns amigos tinham falado sobre a EDUCAFRO. A EDUCAFRO é uma ONG, que é Educação para Afrodescendentes e carentes, que é um grupo formado por curiosos, pessoas que queriam entrar na faculdade, na universidade e não tinham condições de pagar um curso**. Na época era só cursinho, ai eles se uniram e um passava o conhecimento que tinha para os outros. **Eu gostei dessa dinâmica da pessoa passar o conhecimento: você sabe matemática, sabe muito bem ou sabe mais ou menos, mas eu vou passar esse mais ou menos** e ai eu fui em busca da Educafro. Um amigo passou que ficava na rua Riachuelo, foi em 2004, já foi em 2004, eu fui em busca de um núcleo próximo de casa.
> **Tinha um núcleo que é o Força Afro. Ficava em um salão da igreja católica e foi cedido prá comunidade e eu fui, justo na primeira semana, que eu cheguei lá, na Educafro e o pessoal já perguntava porque eu não arrumava um trabalho**? Eu ficava esperando. Nessa época, eu só estava em casa, não estava recebendo dinheiro, esperando para trabalhar que eu disse que eu não ia ficar parada, mas eu ia arrumar alguma coisa para fazer, indo para o núcleo distribuindo currículum. Aí eu fui para o núcleo, no núcleo, eu conheci a Marlene que era a coordenadora do Força-afro da EDUCAFRO e justamente, justo na primeira semana de janeiro, final de dezembro para janeiro, ela fez o convite, para gente, que ia haver **um encontro com mulheres da Economia Solidária, que eu não conhecia a Economia Solidária e aí ela fez o convite para participar desse grupo e falou da temática que era um grupo de mulheres que trabalhavam para geração de rendas e que ia vir o pessoal da USP.** (grifo nosso)

O sujeito 1 conheceu a Economia Solidária pela Incubadora da USP, trabalho associativo/livre, e percebeu a possibilidade de obter trabalho e renda, associando-se aos demais trabalhadores. Essa nova visão sobre o trabalho permitiu que tomasse consciência acerca de como o trabalho nos moldes das empresas capitalistas produz estranhamento, ou seja, o produto do trabalho é estranho ao trabalhador na medida em este não usufrui do fruto de seu trabalho. Sobre esse tema, Aranha (1993) baseando-se em Marx (1974), explica que, de imediato o operário não é capaz de reverter o quadro porque se encontra alienado:

> Ao desenvolver o conceito de alienação, Marx rejeita as explicações comuns que aparecem em toda a história da filosofia, ora com contornos religiosos, ora metafísicos ou morais. A elas opõe a análise das condições reais do trabalho humano e descobre que a alienação tem origem na vida econômica: quando o operário vende no mercado a força de trabalho, o produto que

> resulta do seu esforço não mais lhe pertence e adquire existência independente dele.
> O produto do trabalho do operário subtrai-se, portanto, à sua vontade, à sua consciência e ao seu controle, e o produtor não se reconhece no que produz. O produto surge como um poder separado do produtor, como realidade soberana e tirânica que o domina e ameaça. (ARANHA, 1993, p. 243).

Em outro momento, Aranha, também se baseando nas reflexões de Marx, explica:

> O que faz com que os homens não percebam a reificação e não reajam prontamente à exploração é a ideologia. À medida que o modo de produção vai sendo superado, a classe dominante procura retardar a transformação mantendo o modo de produção caduco com suas superestruturas, disfarçando as contradições, dissimulando as aparências e apresentado soluções reformistas, impedindo, assim, que as classes oprimidas formem a sua própria consciência de classe. (ARANHA, 1993, p. 243).

Percebemos na narrativa que o sujeito 1 teve vontade de se transformar, de mudar sua forma de trabalhar, de modo que sua vida não ficasse à mercê de outros. Merecem destaque as experiências vividas pelo grupo inicial em diversas tentativas de trabalho:

> (08) **Por ser uma incubadora, uma faculdade super conhecida. Aí eu fui, por curiosidade, para conhecer o que? O trabalho que eles iam desenvolver, e fui**. Foi na época na Cida[11], lá no Don José, era uma casa cedida e ai nos fomos. Fui eu mais outro grupo da Economia Solidária do cursinho Força-Afro e lá conheci, o Felipe[12], que na época era o coordenador da incubadora. O Felipe, a Lúcia[13], e a esqueci o nome da menina, lembro depois, e ai eles falaram que era **um trabalho na Economia Solidaria que tinha que desenvolver para formação do grupo, do grupo de costura**, **que já tinha alguns, que já tinha alguns materiais, que era do grupo da primeira formação, que eles trabalhavam com temperos no quintal do posto de saúde, os médicos e agentes de saúde fizeram uma horta comunitária, eles vendiam temperos que era tirado dessa horta, depois não deu certo.**
> **Começaram produção de panos de prato, onde as mulheres faziam os panos de prato e começou a fugir dos grupos para ir vender os panos de prato para tirar o dinheiro para elas, porque dividir o dinheiro com o grupo não era viável segundo a historia**. **Eu comecei, nessa casa tinha as máquinas que era do João[14], irmão da Marlene[15], e ela deixou a disponibilidade do grupo para que fosse produzido os produtos.** (grifo nosso)

A narrativa aponta para a importância de pertencer a um grupo de Economia Solidária quando recebeu doações de indústrias e de pessoas. Explica o quanto o processo de criação, produção e circulação de mercadorias é complexo quando se deseja fugir da lógica capitalista *stricto sensu.*

> (09) **Na época tinha muitas doações e trabalhávamos com produtos refugo da indústria têxtil e fazíamos bolsa. A primeira coisa que eu fiz foi uma bolsa de calça jeans, gostaram, eu fiz umas flores que eu já conhecia, já fazia trabalho, já costurava e aí o pessoal gostou. A gente saia com uma bolsa, os amigos gostavam "ah eu quero mais uma" e ia lá e produzia mais uma levava no final e tinha uma**

[11] Nome fictício
[12] Nome fictício
[13] Nome fictício
[14] Nome fictício
[15] Nome fictício

> **moça, a Cida, que forneceu a casa.** Ela ofereceu a casa, o esposo dela começou a cobrar, cobrar porque a gente não pagava aluguel, não pagava aluguel e ai eles pediram a casa, a casa molhava toda. Ai a desculpa foi que eles tinham que sair de lá, a gente tinha que sair de lá, porque eles ia dar a casa prá uma pessoa que tinha entrado água na casa e ai saímos de lá e fomos prá da Marlene ficar num cômodo, super apertado. Nessa época era a única renda que eu tinha, quando eu sai da empresa eu comecei a vender roupas, eu vendia calcinhas, lingeries,vendia panos de mesa, de prato, eu fiz uma clientela na vizinhança, na minha vizinhança, na vizinhança das minhas irmãs e as pessoas, eu sempre gostei de conversa e o pessoal amou essa coisa. Todos os fim de semana eu estava nas casas vendendo ou durante a semana vendendo e durante muitos anos o meu sustento foi daí, dessas vendas nas casas, e ai nesse período **surgiu a convite para participar da formação da cooperativa da Economia Solidária. Eu disse "ah vai complementar a minha renda" que na época era boa**. Mesmo eu trabalhando nessas empresas, eu levava algumas coisas vendia também, as pessoas gostavam, pediam e eu levava e vendia. Com essa coisa do grupo nós fomos trabalhar na casa da Marlene, eu trabalhava três vezes por semana, quatro às vezes semana toda, com a ajuda da incubadora nessa época. (grifo nosso)

Percebe-se na narrativa do sujeito1 a importância da Incubadora, do trabalho coletivo, com a troca de experiência entre os participantes.

> (10) A incubadora ajudou na elaboração porque a Marlene tinha o conhecimento que ela já vinha com essa coisa, a experiência vivida no grupo, ela já tinha experiência de faculdades, ela fez um período de economia, se eu não me engano foi economia ou administração.

O sujeito conheceu os benefícios para a comunidade como a possibilidade das mulheres participarem e contar com o apoio dos vizinhos como acontecia na Bahia. Associamos a narrativa do sujeito 1 ao pensamento de Marx, quando diz que: "de imediato o operário não é capaz de reverter o quadro porque se encontra alienado", conforme Barbosa (2007, p. 152). Vejamos:

> (11) **Ela falava sobre os benefícios prá comunidade, da mulher não ter que sair de casa, deixar os filhos, que antes na minha época a minha mãe saia deixava a gente com os vizinhos, os vizinhos cuidava dos filhos dos vizinhos, um vizinho cuidava do outro, hoje os vizinhos não fazem mais isso, entra aquela coisa da mãe ter que trabalhar e cuidar dos filhos que fica solto nas ruas e entra essa questão da mulher está próxima de casa, formar um grupo próximo de casa pra trabalhar a questão da mulher ficar próxima de casa e ao mesmo tempo cuidar dos filhos**. Os grupos da **Economia Solidária não exige que você fique todos os dias da semana**. **Aí é uma coisa que deu certo prá mim**, tanto para as outras. Na época eram doze mulheres, mas com a coisa de sair prá vender, os maridos às vezes não deixava as mulheres se deslocar prá ir vender. Aí tinha algumas que disponibilizava prá ir vender e o grupo assumia a parte de pagar a comissão. Muitas vezes era gente mesmo que tinha que tirar do bolso prá pagar, prá ter esse custo, alimentação e condução que é uma coisa que pegava muito. Aí em 2006 veio, veio uma nova mudança, nós já conhecíamos, já fazíamos parte da rede de Economia Solidaria que era um encontro de pessoas de ONGs eram associações, tinha uma escola também.

> O EJA[16] também fazia parte, era muitos grupos, era o EJA, tinha o pessoal do Estrela D'Alva[17] com o grupo deles, tinha o ALFA que é o **alfa.com[18]** que faz até hoje, eles tem um material guardado aqui no centro de referência da Economia Solidária, o padre Reinaldo[19], ele nos colocou aqui nesse espaço que é um espaço que brigava com o pessoal do A.E[20]. Conseguir o espaço e prá ser freqüentado arrumou uma sala pra gente. Isso daí foi uma das dificuldades maiores que o grupo teve porque tinha que pegar condução. Prá mim que moro no Capão Redondo prá vim aqui pró Campo Limpo e as mulheres que faziam parte do grupo também eram a maioria do Capão Redondo e prá vim pra aqui, na época era dois e dois reais e setenta centavos se eu não me engano dois e trinta. (grifo nosso)

O sujeito 1 narra a importância de participar de uma Incubadora de Cooperativa quando cita: "[...] não exige que você fique todos os dias da semana. Aí é uma coisa que deu certo prá mim, tanto para as outras.[...] Aí tinha algumas que disponibilizava prá ir vender e o grupo assumia a parte de pagar a comissão".

Nas narrativas, a incubadora estimula o cooperativismo, que foca o homem e não o capital, que utiliza o conceito de Economia Solidária. Singer (2002, p. 9) cita que: "só pode realizar economia solidária se essa economia for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar". O autor faz questão de reforçar igualitariamente ao continuar: "A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais".

O sujeito 1 relatou a história de uma integrante da cooperativa que não sabia utilizar o ônibus de transporte pelo fato do marido não permitir. O sujeito vivenciou a experiência de ajudar a cooperada, explicando e ensinando como utilizar o transporte de sua residência até a base da cooperativa.

Observa-se que a participação na cooperativa, além de favorecer um ganho financeiro, permitiu também um ganho subjetivo às participantes, no que tange à forma de se posicionar em relação ao marido e em relação à vida propriamente dita. Percebemos um ganho de autonomia possibilitada pela participação no grupo. Ressalta-se a questão da subjetividade com o aumento da consciência pelo envolvimento crítico. Amautuzzi, refletindo sobre a ciência e a consciência, afirma que:

> [...] a ciência se refere a um conhecimento objetivo, cercado de todas as garantias de segurança. É uma aproximação meramente racional da realidade; isenta. É um saber o objeto. Já a consciência é um saber que se

---

[16] EJA Educação de Jovens e Adultos

[17] Estrela D`Alva é um grupo composto por mulheres e foi formado a partir da iniciativa da ONG Ponte Brasil Itália.

[18] Cooperativa Alpha.com tem como atividade produtiva o trabalho com informática

[19] Nome fictício

[20] E.A. é um empreendimento com princípios autogestionários que produz sabão, sabonetes e produtos de limpeza.

> sabe, ou melhor, é o saber-se de um saber. Na ciência estamos totalmente polarizados pelo objeto. Na consciência nos incluímos nessa relação. Na ciência todo meu campo de conhecimento é preenchido pelo objeto, na consciência eu mesmo estou explicitamente presente nesse campo. Movimentar-me no campo da ciência é conhecer cada vez mais detalhes da realidade objetiva. Movimentar-me no campo da consciência não é isso, mas, sim, incluir-me cada vez mais em minha relação com o mundo. Aumentar ciência é acumular informações objetivas. Aumentar consciência é envolver-me criticamente com as coisas. Não é um mero saber. Aqui saber, agir e sentir são indissociáveis (AMATUZZI, 2006, p. 94).

O sujeito 1 continua sua narrativa:

> (12) Eu sei que era um custo alto que a gente tinha, um custo alto que o grupo não tinha como fazer isso e a incubadora quando a gente veio pra aqui **a incubadora nos ajudou durante uns três meses ou quatro na questão da condução que era prá o grupo ser conhecido aqui** que eles iam arrumar dinheiro, pra que a gente viesse trabalhar. Isso foi feito durante um período e enquanto isso a gente produzia e aí depois de um tempo, nesse período de uns três meses, começamos a vender o produto e aí prá gente mesmo, eles compravam, o pessoal da incubadora comprava os produtos prá ajudar o grupo a se manter e ai durante esse durante muito tempo só vinha uma vez por semana prá fazer essa produção, mas nessa época todos tinham que vender, era uma coisa assim, só que eu e Marlene era que sempre vendia mais porque eu com essa coisa das minhas vendas já jogava as coisas dentro, vendia, fazíamos sacolas de tecidos que na época ainda era refugo da industria têxtil é tínhamos uma parceria com a Iara prá fazer colchas. Ela fazia o designer da colcha de cama era *quing size* e a gente fazia, era um material jogado que o pensamento era de trabalhar na Vila Madalena, levar essas colchas pra vender na Vila Madalena. Fizemos muitas rifas com os nossos amigos do cursinho pré-vestibular do EDUCAFRO, a própria EDUCAFRO abriu espaço prá gente vender , porque ela faz uma reunião todos os terceiros domingos e nós íamos vender essa rifa lá prá tirar, prá fazer a retirada porque na... (grifo nosso)

O sujeito 1 narra que na Economia Solidária não existe salário, existe retirada e liberdade para o trabalho. Existem benefícios, como o projeto de liberação de recursos financeiros, para apoiar a Incubadora, aprovado pelo Banco Real.

A Incubadora permitiu que houvesse uma transformação em sua vida, como deixar de ser tímida, encorajar a falar em público, obter novos conhecimentos, participar de cursos como o de agente local, pesquisa de vendas, sobre como participar em reuniões e participar de redes como a Rede de Economia Solidária.

Novamente ficam explícitos os ganhos subjetivos que a cooperativa trouxe às cooperadas, indicando que o trabalho associado e livre permite tais aquisições, ou seja, o trabalho não é mais estranho ao trabalhador, ao contrário, faz sentido para ele. No que se refere ao ganho subjetivo, conforme Amatuzzi,

> [...] subjetividade é o âmago mais profundo da experiência, e não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Tudo que eu consigo saber dela pelo

> caminho do conhecimento objetivo não é ainda a subjetividade. Para conhecê-la preciso sair da relação sujeito-objeto, preciso aceitar que nesse caso pensamento, sentimento e decisão estão indissociavelmente ligados, preciso aceitar também que o caminho em direção a ela é um caminho de envolvimento pessoal. (AMATUZZI, 2006, p. 95).

Percebemos a riqueza coletiva que a Incubadora proporciona ao permitir o envolvimento das pessoas, na contribuição mútua de que um ajuda o outro com o que sabe e com o que se aprende.

Para Amatuzzi,

> [...] fala de algo que está lá e que se dá a conhecer, mas de algo com o qual posso me relacionar, e é só dessa relação que nasce um certo conhecimento. E mais: quanto mais me aproximo disso, tanto mais me transformo numa unidade integrada, interagindo criativamente com o mundo. (AMATUZZI, 2006, p. 95).

O sujeito 1 relatou-nos as suas impressões sobre a economia solidária:

> (13) Economia solidária não existe pagamento ou salário. É a retirada e que a gente começou a ter uma retirada maior.

Na narrativa acima fica claro que não há pagamento, mas sim retirada. A Economia Solidária, por ser um modo de produção, produz uma classe trabalhadora possuidora de capital por igual, que, segundo Singer (2002, p. 10), "o resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estáveis de redistribuição solidária da renda".

Vejamos outro trecho:

> (14) Aí surgiram pedidos, **o pessoal da incubadora arrumou mais contatos prá gente fazer umas vendas maiores** e ai veio o pedido prá fazer sacolas prá eventos. Aí surgiu as feiras é houve uma feira nacional da Economia Solidária aqui em São Paulo que foi na Bienal do Ibirapuera, nós participamos, teve fóruns, cada fórum que tinha a gente participava, seminários, encontros com os grupos, a gente ia levava produtos prá vender ai teve mais tinha as feiras em Campinas houve as feiras, as feiras do estado, estaduais ai fomos. Participando dessas feiras, aí houve as mudanças, o que mudou na minha vida em relação a Economia Solidária? Eu era muito tímida, muito, tinha vergonha de falar, eu tinha vergonha de falar em público, falava, mas tropeçava muito, até hoje ainda não melhorei mas hoje to melhor, sempre gostei de ta envolvida que essa coisa vem de família, meu pai falava de mais, meu pai é sempre organizador das coisas, assim eu acho, que eu tenho isso dele, **e mudou em relação ao conhecimento, houve alguns cursos pela incubadora. Eu fiz curso de ales, que é agente locais. Eu fiz curso de empreendedorismo, de pesquisas de vendas.**. E eu te digo, assim por não acreditar em nós mesmos, de pegar e trabalhar, porque hoje nos temos espaço pra venda e muitas vezes não temos o produto por falta do trabalho da mão de obra. **Mudou muito assim na minha vida**. Eu as vezes me pergunto? **Por que que eu continuo na Economia Solidária? Porque é um trabalho prazeroso,**

> **você sai, você vê a transformação nas mulheres que entraram, muitas mulheres entraram e saíram, mas entraram de cabeça baixa e saíram de cabeça erguida. Hoje temos uma mulher que ela não conhecia nada da cidade de São Paulo, vivia na cidade de São Paulo, mas não sabia tomar um ônibus pra vim aqui, pro campo Limpo, e hoje ela desenvolveu um outro trabalho de vendas,** também, mas é assim **capacita a pessoa a saber que é capaz,** entendeu. Na minha vida, digo, mudou em relação a essa coisa da timidez é o conhecimento do lugar eu tinha, mas assim é uma coisa prazerosa, os contatos, as historias que a gente ouve na Economia solidaria, os exemplos.Hoje a gente sai pra dar palestra nas universidades, em algumas faculdades, que vem pedir pra que agente vá fazer palestra, não é remunerado é um trabalho voluntário, ainda é um trabalho voluntario, a gente faz mais esse trabalho pra poder convidar mais pessoas a participar do trabalho, no caso a gente organizou algumas feiras aqui no Campo Limpo, pra convidar as pessoas que tem empreendimentos pra conhecer mais a economia Solidaria, **é as pessoas as vezes tem medo de ter o seu próprio negócio, as vezes perguntam, uma defasagem da Economia Solidaria é a retirada, porque ainda é pequena, mas por falta de acreditar. Existe alguns grupos que já tem a sua retirada, existe grupos de alimentação, existe grupo de costura, porque nós aqui, nós saímos da incubadora em 2009**. Inicio de 2009 porque nós queríamos, não agüentava mais essa coisa da incubadora tipo assim, trazer o que você vai fazer e você ser obrigado. Não é obrigado, porque a gente não tinha obrigação, mas as vezes se sentia obrigado a tá ouvindo e parar de ficar fazendo o nosso trabalho para ficar ouvindo. (grifo nosso)

A nossa entrevistada relata em sua narrativa que percebeu o momento do grupo seguir o caminho independente da Incubadora, que chegou a hora do grupo "caminhar com suas próprias pernas". Esse é o momento de autonomia, momento no qual entende que obteve o conhecimento e vivência coletiva e decide caminhar correndo seus próprios riscos.

Sobre esse assunto, autonomia, os professores Siqueira e Pereira (1998, p. 11) afirmam que

> [...] as exigências desta sociedade não estão pautadas apenas nos livros, na Internet e nas técnicas, mas principalmente na pessoa de desempenho que incorpora seus valores, desafia, pesquisa, cria formas de convivência solidária e decide no constante confronto de novas demandas e novas responsabilidades. Essa é a "nova sociedade", que deverá ser cada vez mais marcada pela produtividade, pela participação e pela autogestão fundada no conhecimento, e com preponderância da autonomia sobre a heteronomia taylor-fordista.

Os autores continuam,

> [...] a autonomia, portanto, é hoje prioridade revisitada no mundo globalizado. Cada vez mais se constata uma profusão de novos sentidos sobre esta palavra, a qual passa a exercer grande força para qualificar a ação humana. Atualmente, podemos mapear o conceito de autonomia em todas as circunstâncias da vida social, intensificando-se, na era da globalização, o emprego deste termo numa multiplicidade de contextos (SIQUEIRA; PEREIRA, 1998, p. 11).

Os autores reconhecem, portanto, a autonomia como:

> [...] uma categoria central da essência da vida humana, e como tal, confere o poder de determinar os processos e as estratégias de ação, escolher caminhos e alternativas, bem como objetivar desejos e ideais no sentido de efetivar a ação crítica na mais diversas situações que a vida nos impõe. (SIQUEIRA; PEREIRA,1998, p. 11).

O conceito de autonomia de Siqueira e Pereira, em nossa opinião, não leva em conta as condições estruturais da sociedade, quer dizer, partem do princípio de que todos os indivíduos têm iguais condições para serem autônomos, independentemente de sua condição de classe, raça, gênero e etnia, ou seja, não leva em conta a desigualdade social presente na sociedade contemporânea, a formação sócio-histórica de cada país, e que basta ter vontade que se alcança a autonomia.

Outra questão bastante significativa em relação ao conceito de autonomia proposto pelos autores em tela se refere ao fato de que, para eles, autonomia depende estritamente do sujeito, não aludindo à perspectiva do coletivo, quer dizer, há uma clara concordância com o modelo liberal vigente na realidade social contemporânea.

O entrevistador sentiu que as pessoas precisam acreditar na Economia Solidária, a qual tem potencial transformador, que proporciona felicidade e que ajudou muito o sujeito 1 em sua vida:

> (15) **Chegou uma hora que a gente quis que a incubadora se afastasse que a gente continuava o nosso trabalho, e isso fez, só que não foi desvinculado totalmente, quando tem algumas feiras de algumas coisas**. O Alfa também já foi desvinculado da incubadora e agente espera, que esperava mais que além de arrumar um espaço que eles prometiam, que veio o dinheiro pra isso, e a formação deveria ter feito umas formações, mais seguras, mais reais, entende? Que fosse trazer autonomia pro grupo. A legalização do grupo, que houve projetos pra isso, não foi feito porque ficava sempre esperando, eles diziam que o conhecimento vinha deles, **sendo que na realidade eles vinham buscar esse conhecimento da população,** entendeu? As vezes dava pra parecer que a população não tinha conhecimento e que eles vinham trazer, e queriam as vezes eu não sei, se é manipular, **e a comunidade não aceitava,** entendeu? **Então eu acho assim interessante o trabalho da incubadora do ITCB, por exemplo, que foi nossa experiência, só que eles deixam a desejar, na coisa da busca, de onde vender, da formação direta, que as pessoas esperam uma coisa mais rápida, entendeu? Que a gente**, **as vezes a gente não é que as vezes é que o brasileiro tá acostumado a trabalhar e ver o resultado rápido e se esse resultado não acontece as pessoas vão desacreditando, e um dos problemas da Economia Solidaria é desacreditar no trabalho, porque você sabe que existe, existe possibilidade, sabe que existe possibilidade de crescer aqui no nosso grupo, já veio pessoas e grupo da França pra visitar a gente, leva produtos pra possíveis vendas, já veio pessoas pra ver vendas, pra levar produtos, pra vender lá fora, pra fazer esse contato com a incubadora, mas falta esse empenho.** Com isso as pessoas vão desacreditando, mas eu te digo. **A economia Solidaria é um princípio lindo, acontece, existe, é uma coisa real. O que falta, é interesse, principalmente das pessoas do grupo, mas esse incentivo é financeiro, é importante que receba ajuda de custo, que seja do Prefeito, que seja de projetos, mas as dificuldades enfrentadas, que as vezes as pessoas não tem conhecimento pra fazer.** Para

> escrever um projeto que exige muito a escrita, o CNPJ é uma das dificuldades que se encontra, que no caso do Estado de São Paulo, é caro para um grupo que tem uma retirada de cem, duzentos reais mensais. **Pagar quinhentos, seiscentos de custo para legalização, existe fala de cooperativas com sete pessoas, mas foi só fala, falha existe, gestões de políticos. Tô falando da política no geral, Prefeitos, nós fomos à Economia Solidaria. Recebeu uma ajuda, assim, foi forte na gestão da Marta, que ela ajudou assim com algumas leis, alguns, é algumas leis que abriam um pouco pra Economia Solidaria, com o Lula ajudou** bastante. **Hoje no caso já tem um selo pra Economia Solidaria, existe fala de formalizar uma cooperativa com sete pessoas**, entende? **Só que aqui já veio um dos cabeças, para falar aqui na Economia Solidaria, hoje aqui na Economia Solidaria já temos o Banco Sampaio que veio de um projeto feito pela incubadora da USP também e tá aqui na comunidade. Só que nós mesmos não fomos lá ainda para pegar dinheiro por quê? Não que não precisasse, mas porque tem aquela questão de como pagar, entende? Por que na verdade ainda tá fraco essa coisa da retirada, ainda está fraco, hoje nós temos dois pontos de venda, uma fixa que é no Crusp, que a gente faz uma venda de uma vez por mês das terças as sextas, e temos uma feira que acontece na, no tendal da Lapa, com o pessoal, parceria com o pessoal do Instituto Cairós , com a incubadora do FGV e a incubadora da USP** também. **Então esse é um trabalho que eu te falo assim: é prazeroso, prazeroso pra nós que participamos. Mas tá faltando dinheiro e ponto de vendas que é uma coisa que fundamental** também. O quê? Eu te digo, assim, a história, a minha história, **eu espero muito que a economia Solidária seja reconhecida, que o grupo tenha pontos de venda e que seja um grupo assim. Não só nas revistas, nós estamos. O grupo reconhecido nacionalmente, mas eu quero que não seja só na história, mas que seja em vendas, reconhecidos que as pessoas, os membros dos grupos, acreditem realmente que é capaz de fazer, de falar.** Todos do grupo falam, então **a Economia Solidaria é real, transforma, mas precisa ainda ter dinheiro para ter uma retirada, para ter disponibilidade de pagar nós. Fomos para Salvador agora no final do ano, em dezembro participar da feira nacional da Economia Solidária por quê**? Porque ajudaram e se a gente tiver essa produção certa, nós vamos sem precisar de ajuda, não vamos pensar vai haver tem feiras já fixas no caso de julho vai haver a feira da Economia Solidaria em Santa Maria da Vitória, de Vitoria então é maravilhoso participar você vê na cara das pessoas a felicidade e **eu quero que o grupo Vida em Ação seja um desses que nós sejamos assim felizes pelas retiradas que tiramos no grupo, pelas nossas capacidades e ver que somos capazes de fazer isso hoje além do Vida em Ação. Eu estou fazendo pedagogia na Zumbi dos Palmares pela EDUCAFRO pelo esse grupo de estudos na EDUCAFRO e eu consegui a minha bolsa estou no terceiro semestre de pedagogia, estou amando o meu curso e continuo nas vendas. Hoje eu vendo trufas, vendo trufas na faculdade e é um trabalho ligado. Parei com as roupas, continuo com as trufas, mas é um trabalho ligado na Economia Solidária também e é uma coisa que a Economia Solidária me ajudou bastante.** (grifo nosso)

Apresentados e comentados os trechos do relato, conclui-se que a Economia Solidária se apresentou como uma nova forma de se organizar para o trabalho e para a geração de renda, forma essa de associação, de liberdade e de cooperação, que proporcionou ao sujeito 1 e às demais participantes transformações objetivas e subjetivas como:

- Consciência crítica;
- Vontade de se transformar, mudar de vida para não ficar a mercê dos outros;

- Acesso a doações de matéria-prima de indústrias e pessoas, para produzir seus produtos de forma coletiva;
- Liberdade de criação, produção e circulação de mercadorias geridas pelo grupo;
- Trabalho coletivo;
- Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo;
- Apoio dos vizinhos, como olhar e cuidar de seus filhos, para poder participar da cooperativa;
- Ajuda e contribuição mútua;
- Obtenção de retiradas e não salários;
- Liberdade para o trabalho;
- Acesso a recursos públicos ou privados por meio de projetos elaborados pela cooperativa ou incubadora;
- Encorajamento para falar em público;
- Estímulo para obter novos conhecimentos;
- Participação nos cursos oferecidos pela Universidade e parceiros;
- Participação nas redes e da rede de economia solidária;
- Envolvimento com as pessoas;
- Aprendizagem coletiva.

Outro aspecto que consideramos significativo na narrativa se refere ao fato de as cooperadas estabelecerem nova relação com o trabalho, atribuindo sentido novo a ele.

Conforme Antunes,

> [...] em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento do processo de criação de valores, teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído o coloca potencialmente como um pólo social capaz de assumir ações mais ousadas uma vez que esses segmentos sociais "não têm mais nada a perder", para lembrar Marx, no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto mais propensa à rebeldia. Se essa reflexão é relevante, sua resposta nos parece ainda somente esboçada. (ANTUNES, 2002, p. 115).

4.1.1.2 Narrativa do sujeito 2

Para se levantar a experiência desse sujeito e a sua história no mundo do trabalho, o procedimento foi idêntico ao realizado com o sujeito 1: agendou-se dia, hora e local antecipadamente, apresentou-se o termo de consentimento, os objetivos e o método da pesquisa, bem como o roteiro de questões. A narrativa ocorreu na sala de reunião da Incubadora, com a presença apenas do sujeito e do pesquisador. A narrativa foi gravada e depois transcrita em seu conteúdo original, sem preocupação com a correção gramatical.

A seguir, apresentamos alguns trechos dessas narrativas do sujeito 2:

> (16) A cooperativa em si, eu até vou tirar esse rótulo é uma cooperativa da maré. Cooperativa é do município do Rio de Janeiro, é do Brasil, é do mundo, até desvinculei isso porque as pessoas rotulam as comunidades. Elas rotulam as coisas então o que eu tenho pra dizer sobre a cooperativa da maré é que ela é formada por 16 comunidades, são 16 associações de moradores, eu cheguei com um conjunto é... Através de morar em um conjuntozinho, e a partir dali eu fundei mais uma associação.

Para a sujeito 2, a cooperativa da Maré não é do local, é do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. A Cooperativa é formada pela comunidade, pela união das pessoas, pela coletividade, cujo objetivo é lutar por benefícios coletivos e organização social.

Tauile (2002) afirma que especialmente as cooperativas autogestionárias cresceram no Brasil quando a indústria local foi combalida por uma abrupta abertura dos mercados internos que atingiu, principalmente, o setor industrial com origem de capital nacional.

A narrativa do sujeito reforça a entrevista de Singer (2008, p. 289-290), em que explica que economia solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. Em sua entrevista, Singer (2008) explica que autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. A entrevista de Singer esclarece a narrativa do sujeito 2.

Entendemos pela narrativa do sujeito 2 que pertencer e participar de uma comunidade facilita o caminho para se alcançar benefício coletivo. Ao participar da cooperativa apoiada pela incubadora, conheceu a economia solidária pelo seu método de autogestão e participação proporciona esse alcance. Conforme Singer (1987), uma das estratégias de sobrevivência para os trabalhadores é a economia solidária. Segundo Singer (1987, p. 62) “a economia

solidária expressa uma forma de organizar a produção/distribuição a partir do princípio democrático na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados".

Ortiz Roca (2001) diz que "a Economia Solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem, seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade, ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos".

Na narrativa do sujeito 2, fica evidente o significado de "comunidade" e do conceito da Economia Solidária:

> (17) A gente era muito **unido**, um grupo, e foi nesse período que nós **trouxemos** a vila olímpica para maré, centro de cidadania, região administrativa já existia, a gente conseguiu esses postos de saúde. (grifo nosso)

O sujeito 2 explicita que as conquistas na comunidade foram alcançadas pela união quando diz que "nós trouxemos a Vila Olímpica para a Maré, o Centro de cidadania, postos de saúde". Percebe-se que se não tivesse a cooperativa da Maré, não fosse o princípio da união, esses benefícios seriam difíceis de serem alcançados.

Entendemos pela narrativa do sujeito que a prática da solidariedade permite alcançar benefícios para coletividade, considerando a ação conjunto como social, coletiva e colaborativa.

Sobre a coletividade e a Economia Solidária, Buarque (2010) enfatiza que "economia solidária é um pleonasmo, porque a prática econômica, na sua origem, é social, coletiva, ao contrário do que a economia capitalista (não solidária) pratica, enfatizando o individualismo, a exploração, a competição".

Buarque (2010), na abertura da II CONAES[21] comentou que praticar Economia Solidária nos dias de hoje é um "ato subversivo".

Em relação ao fato de a Economia Solidária ser considerada um ato subversivo, a narrativa expõe o papel da mídia, a qual trabalha ideologicamente no sentido de criminalizar/culpabilizar os moradores das comunidades carentes/ periféricas. Nesse sentido, a mídia "insinua que a violência/crimes nas comunidades é maior do que nos demais espaços da cidade".

---

[21] Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. (BRASIL, 2012).

O sujeito 2 diz: " *guerra, que guerra é essa na Maré*?". Percebe-se que o sujeito 2 se sente perseguida, quer dizer, sente que a comunidade é estigmatizada por uma violência que a mesma desconhece.

A respeito do estigma, autores como Loïc Wacquant[22] (2001) têm apontado que com o neoliberalismo e o conseqüente esvaziamento do Estado na operacionalização das políticas sociais, implementa-se, em vários países do mundo, inclusive no Brasil, a estigmatização/criminalização de pessoas e comunidades pobres, com a influência da mídia, à qual, promove a ideologização da sociedade contra essas populações.

Wacquant (2001, p. 195) defende que está em curso a estigmatização territorial, ou seja, territórios, comunidades são considerados/marcados como "lugar sem lei", "terra de ninguém", "terrenos de delinqüência", nos quais os moradores sem sentem culpados por residirem nesses espaços, bem como por seus "fracassos" e "pobreza".

Entende-se pelos estudos de Wacquant que os moradores desses territórios são penalizados duplamente: primeiro por sua condição de classe, e segundo, pelo lugar onde moram. O que ocorre, segundo o autor, é a guetização desses espaços.

Compreende-se, nesse sentido, a revolta do sujeito 2 quando a Comunidade da Maré é alvo da mídia, a qual alardeia que naquela comunidade vive-se em clima de guerra.

O sujeito 2 faz comparação entre o enfrentamento de empresas, meios de comunicação e políticos. Fica claro o descontentamento com a mídia, porque esta não divulga o que a comunidade tem de bom e faz de bom, apenas o que não tem de bom, porque é esse tipo de notícia que vende jornal. Observemos a narrativa:

> (18) [...] é assim **a mídia**, o que é bom para a nossa comunidade ela não fala, elas só chegam para dizer. . A mídia é autoritária, ela vem pra os meios de comunicação pra dizer se é um tiro na ".....", elas gostam disso, porque é isso que vende o jornal, coisa boa não **vende jornal**, eu sei elas me perseguem tanto é eu lembro uma vez que elas me perguntaram sobre, "aí tinha um conflito, um negocio tiro".....", e elas me perguntaram sobre **guerra**, que guerra é essa na Maré? Espero que na Maré não tem guerra, guerra é conflito de nação, de soberania, e a maré não é outro país, a maré não é um caso isolado no Rio de Janeiro, a maré é o Rio de Janeiro, é o Brasil e você não pode ficar falando de guerra, guerra, não existe guerra no nosso país, o que existe são facções diferentes que estão se enfrentando. como existe meio de comunicação também se enfrentando , então partidos políticos. (grifo nosso)

Nessa narrativa fica evidente a percepção do sujeito 2 a respeito do processo de estigmatização referido por Wacquant.

Conforme define o portal do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010):

---

[22] Loïc Wacquant, nascido na França, radicado nos EUA, é autor de várias obras. Estuda a criminalização / estigmatização dos pobres e da pobreza e a ausência do Estado após o dilúvio neoliberal.

> Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Observemos outro trecho da narrativa do sujeito 2:

> (19) [...] a gente era muito unido, a gente trazia um grupo e ia pra prefeitura, outro grupo ia, eu lembro que pra gente formar a vila olímpica a gente recebeu o Pelé, depois recebemos o Romário e fomos construindo e hoje temos a vila olímpica que tem os esportes, tem tudo , nós temos 06 postos de saúde, ".....", nós temos região administrativa, centro de cidadania, duas fundações l, o vigésimo segundo batalhão que também é... a gente realiza ações sociais dentro do 22.

O sujeito narra a proximidade da Comunidade com o Estado, quando ocupa o espaço público para o desenvolvimento de inúmeros serviços. Nesse sentido, cabe uma reflexão de extrema importância em relação ao papel da economia solidária, na medida em que possibilita que os cidadãos tomem consciência de que o Estado deve estar a favor dos cidadãos e não contra eles, quer dizer, por meio da participação na economia solidária, os cidadãos alteram a relação com o Estado, ocupando o espaço que por direito lhes pertence.

Importante salientar que o espaço público envolve o termo político e o termo social. Sobre esse assunto Martins (2005, p. 157) afirma que:

> Em termos políticos, o espaço público designa o conjunto de lugares, mais ou menos institucionalizados, em que são expostas, justificadas e decididas as acções concertadas e destinadas politicamente. Orientada para a participação na deliberação colectiva, a acção em comum é regida pelas modalidades do agenciamento entre espaço social e espaço político, e, portanto pelas formas da comunicação política. Em termos sociais, todavia, o espaço público designa a constituição de uma intersubjectividade prática, do reconhecimento recíproco como sujeitos, da ligação das pessoas e do encadeamento das suas acções na cooperação social.

Percebemos pela narrativa do sujeito 2 a mudança de atitude em relação aos direitos de cidadania, coletividade, quando afirma: "nós temos região administrativa", "Centro de cidadania", "duas Fundações" e "vigésimo segundo batalhão". A narrativa demonstra que o sujeito se sente cidadão e integrante de uma comunidade.

Outra dimensão alcançada pela economia solidária se refere ao fato de que entre os participantes da cooperativa há um sentimento de igualdade, quer dizer, não há entre os associados uma relação de poder, de dominação e de exploração, diferindo das relações capitalistas *stricto sensu.* Em relação ao sentimento de igualdade na Economia Solidária,

Singer (2008, p. 289) reafirma essa assertiva quando diz que a "economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central".

O sujeito se sente, cidadão, tem proximidade com o Estado e se apropria dos serviços públicos. Observemos outro trecho:

> (20) [...] a gente foi criando essa cultura da polícia e comunidade ser mais próxima, que a função deles não é dar tiro, mas sim... Lá dentro tem psicólogos, tem sociólogos, tem assistente social, o comandante Araldo da PM é filosofo, do Rio de Janeiro quem que assume a coordenação da PP, ele é, ele também é da área de ciências humanas. Então a gente foi mudando essa cultura. Então agente conseguiu trazer muitos bens, à própria construção do conjunto Beto Ribeiro. No entanto que, quando a gente recebeu não tinha nem luz, hoje é iluminada, é asfaltada, tem uma associação de morador que é o centro comunitário muito bonito, feito todo de tijolinho, há rede de esgoto. Então, assim, nós pintamos o conjunto Esperança, o conjunto dos Pinheiros, é uma articulação junta, então eu acho assim que a categoria tem que tá unida.

Destacamos ainda na narrativa do sujeito 2 a importância de saber aonde quer chegar. Apesar de o sujeito não narrar que está na Incubadora, foi na Incubadora que aprendeu sobre a economia solidária e a importância da coletividade. Narra sobre a cooperativa de coleta seletiva, suas fragilidades e dificuldades, sua desarticulação, principalmente sobre a necessidade de saber aonde quer chegar. Percebeu que pelo modo de produção baseado na coletividade e pela autogestão muitos benefícios podem ser alcançados.

Singer (2008, p. 289) afirma que na autogestão, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todos fazem o que é preciso.

Nesse sentido, o sujeito 2 mostra sua preocupação com a cooperativa dos coletores:

> (21) [...] a categoria da coleta das cooperativas, elas estão muito desarticuladas, e ai dentro da coleta seletiva está acontecendo a mesma coisa que aconteceu com as associações, porque quando começou a surgir as associações de moradores, começou com FAPESP[23], fafeiu.... fafe.... não sei o que, que tudo é pra cuidar de associações, só que não cuidava nada, passou a não cuidar de mais nada, e a mesma coisa que está acontecendo dentro da coleta seletiva, nesse caso, é tanta coisa que esta se criando, FEBRAPOE[24], CATARIO[25], é movimento nacional, é não sei o que, tudo em ECOSOL[26], não sei o que, tudo fala em nome do catador, mas na verdade, o que estão fazendo por eles? Então eu acho que isso tem que ser repensado, o catador em si

[23] FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
[24] FEBRAPOE- Federação Brasileira
[25] CATARIO- Cooperativa de Catadores do Rio
[26] ECOSOL- Grupo de Pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

> repensar sobre isso e a categoria tem que ta unida, porque se não sabe onde chegar, qualquer lugar serve? Não, você tem que saber o que você quer e onde você quer chegar.

Pela narrativa do sujeito 2, percebemos claramente a importância da Economia Solidária em sua vida, principalmente pelos benefícios trazidos para a comunidade. Sua vida se transformou quando se torna "sujeito" ativo na comunidade e alcança melhoria na qualidade de vida.

O sujeito 2 destaca a conquista do prêmio Bertha Lutz[27] 2010 e a sua importância. Narra também a questão do preconceito contra as mulheres quando estas assumem um papel de liderança. Reafirma o quanto as mulheres precisam lutar para superar as dificuldades e se emancipar.

Em relação à emancipação, Nogueira (2005, p. 1) afirma que essa "não pode ser alcançada no capitalismo, visto que a opressão da mulher é um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa. Somente com a construção de uma sociedade socialista as mulheres poderão encontrar sua verdadeira emancipação".

Conforme o autor, o ingresso e a ampliação do trabalho feminino permitiram conquistas parciais às mulheres, mas elas são insuficientes, quando se almeja a plena emancipação social.

Concordamos com Nogueira quando afirma que a emancipação das mulheres e dos homens somente será alcançada em uma sociedade socialista, visto que na ordem burguesa essa condição não está posta. Contudo, entendemos que podemos construir esse processo a partir da conquista da emancipação política e em um processo de lutas conquistarmos a emancipação social com a supressão total das classes sociais e do Estado.

Leiamos outro trecho da narrativa:

> (22) Bertha Lutz foi uma grande feminista, e esse premio foi criado em 2000 e pouco e eu fui escolhida para receber esse premio de 2010 pelo senado federal, pelo desenvolvimento dos projetos que esta coordenação e no desenvolvimento humano e na área da mulher, porque, na coleta coletiva, esqueci de falar, 70% são mulheres, é difícil da mulher assumir a direção, também enfatizei isso. Uma cooperativa dirigida por mulher são mais bem desenvolvida, temos a Carminha, a presidente que já recebeu premio em São Paulo.

---

[27] Bertha Lutz (1894–1976) foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil e é conhecida como uma grande líder na luta pelo direito de voto das mulheres brasileiras. O Diploma Bertha Lutz, criado em 2001 pelo Senado Federal, tem por objetivo homenagear as mulheres por meio do reconhecimento do protagonismo das premiadas na luta pela transformação social e igualdade de gênero. (SENADO FEDERAL, 2011).

Pelo relato, observa-se que a importância de o sujeito 2 receber esse prêmio está em representar a luta pela emancipação e pela opressão feminina.

Em relação à opressão feminina, Nogueira (2005, p. 1) explica-nos que esta "não é um fenômeno natural, mas ancorado em um processo histórico e social. Aqui reside o centro da análise de Engels: a luta pela emancipação da mulher é também essencialmente uma luta contra o capitalismo".

A narrativa do sujeito 2 revela-nos a consciência de que pela organização as classes populares podem romper com a lógica de dominação capitalista.

Sobre a questão da consciência, Silva, apoiado em Gramsci, afirma que:

> [...] a consciência (individual) pode evoluir para auto-consciência (coletiva), de modo que o sujeito, no interior da própria lógica do capital, pode constituir uma visão crítica acerca dos processos históricos e das relações de poder, de forma a agir no sentido de sua superação. A condição da auto-consciência seria, nesse sentido, concretizadora da vontade de um sujeito não invidualizado, mas sim coletivo, engajado na superação real da opressão, na qual o que é idealizado pela consciência se materializa tanto na ação real como na auto-consciência dos indivíduos integrantes de um coletivo emancipado. Não haveria, na materialidade do sujeito da vontade concreta, a dicotomia ideal-real, teoria-prática. (GRAMSCI, 1987 apud SILVA, 2008 p. 91).

Por meio da economia solidária os sujeitos podem construir um canal de organização das mulheres no sentido destas se constituírem sujeitos autônomos, libertando-se, inclusive da dominação do gênero masculino, tanto no que se refere ao trabalho e renda propriamente ditos, quanto do ponto de vista subjetivo.

Nogueira afirma que:

> a ação emancipadora da mulher está comprometido com a transformação da sociedade, vão além do desejo da igualdade formal, uma vez que ambos almejam uma igualdade substancial. As mulheres querem, por exemplo, uma divisão sexual do trabalho sem discriminações e dominações, lutando por oportunidades iguais de trabalho e salário, dentre tantas outras reivindicações. No plano da vida cotidiana, lutam também por creches e escolas para seus filhos, direito à saúde, ampliando o universo de sua ação sociopolítica. Reivindicam ainda atenção especial para suas particularidades, como no tocante à violência doméstica, ao assédio sexual, à maternidade etc. (NOGUEIRA, 2005, p. 1).

Apresentados e discutidos os relatos do sujeito 2, a conclusão não é diferente da que apresentamos no item 3.1.1, pois a Economia Solidária também se apresentou como uma nova forma de organização para o trabalho e para a geração de renda, proporcionando ao sujeito 2 e às demais participantes transformações objetivas e subjetivas como:

- Consciência crítica;

- Cooperativa formada pela comunidade;
- Luta por benefícios coletivos;
- Organização social;
- Autogestão;
- União de pessoas;
- Conquistas para a comunidade como: posto de saúde e vila olímpica;
- Ocupação adequada do espaço público;
- Consciência de que Estado tem o dever proteger os cidadãos;
- Relação com o Estado;
- Organização e consciência de classe;
- Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo;
- Acesso aos recursos públicos ou privados por meio de projetos elaborados pela cooperativa ou incubadora;
- Estímulo para obter novos conhecimentos;
- Participação nos cursos oferecidos pela Universidade e parceiros;
- Envolvimento com as pessoas;
- Aprendizagem coletiva.

4.1.2 Resultado da narrativa da experiência dos gestores das Incubadoras Tecnológica de Cooperativa Popular.

A narrativa apresentada consiste no levantamento das experiências dos gestores das incubadoras, na identificação de quais aspectos as incubadoras possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho e na análise da relação entre as transformações do mundo do trabalho na década de 90 e as experiências de Economia Solidária, além de buscar compreender como as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem para a emancipação humana e a geração de trabalho e renda.

Apresentamos as narrativas gravadas na pesquisa de campo, para, assim, nos aproximarmos daqueles que são essenciais para esta pesquisa: os sujeitos gestores.

4.1.2.1 Narrativa do sujeito 3

Nesta parte, busca-se compreender as experiências dos gestores de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Tais gestores integram as cooperativas populares organizadas pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente, na medida em que vivenciam a formação de cooperativas e buscam construir estratégias para sua continuidade.

O sujeito 3 é gestor da incubadora tecnológica de cooperativa popular da USP. Colhemos seu depoimento em dia, hora e local agendados antecipadamente. Apresentamos o termo de consentimento, os objetivos e a metodologia de pesquisa, bem como o roteiro da entrevista. A entrevista ocorreu na sala de reunião da Incubadora com a presença apenas do sujeito e do pesquisador. Gravou-se a narrativa e transcreveu-se a fala em seu conteúdo original, sem preocupação com a correção gramatical. Os sujeitos em nenhum momento relataram por escrito.

Vejamos um relato:

> (23) Eu acho que primeiro é importante falar um pouco sobre como a gente trabalha aqui na incubadora. Tipo, falar de gerente, coordenador, essas coisas. A gente trabalha aqui, de maneira autogestionária, tipo aqui internamente tem autogestão: toda sexta-feira, a equipe da incubadora se reúne para decidir as coisas mais importantes ou o que a gente queira que tenha que ser decidido coletivamente, ou os nortes para decisões coletivas de outros grupos de atuação interna.
> Isso é interessante pensar porque, a gente tenta trabalhar e fomentar a economia solidaria, e economia solidaria tem a ver com trabalho de autogestão, um trabalho de cooperativa, uma das forças motrizes maiores acredito das cooperativas é o trabalho autogestionário. É o trabalho de uma relação humana diferenciado, e a gente acredita que não dá para você ficar falando na ponta que você quer trabalhar com isso, sem você trabalhar com isso, porque você não tem experiência, porque a questão de trabalhar com uma cooperativa, trabalhar com economia solidária é trabalhar com uma experiência, com um comportamento, com uma cultura de coletivo, com uma cultura de decisão coletiva, e a gente não tem isso. Tipo quando a gente, a gente tem é alguém que no final bate o martelo e decide:"Oh! Vai ter que ser desse jeito", e quando não tem isso, é um entrave porque tem você que quer uma coisa, tem outra pessoa que quer outra, e como que a gente vai fazer? Se os dois acreditam piamente que são opiniões opostas, da para construir junto. A gente acredita que dá, e é isso que a gente esta tentando fazer aqui.

Esse gestor traz em sua narrativa uma questão extremamente significativa relacionada à experiência de autogestão, ou seja, acredita que para se trabalhar com a lógica da cooperativa é preciso que o grupo gestor vivencie esse processo também, de forma que "toda a equipe da incubadora se reúne para decidir as coisas mais importantes ou o que a gente queira que tenha que ser decidido coletivamente, ou nortes para decisões coletivas".

Essa narrativa reforça o que Singer (2002) define como economia solidária:

> Economia Solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a auto-gestão, ou seja. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias que podem ocorrer em curtos intervalos. Quando ela é grande, os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotinas são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2002, p. 18).

O gestor destaca a questão do coletivo como um exercício, como algo a ser aprendido por todos os envolvidos e, nesse sentido, Singer (2002, p. 20) afirma que a autogestão é ou deveria ser totalmente diferente da lógica capitalista, porque, "primeiro os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte".

Na Economia Solidária (SINGER, 2002, p. 20), "a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão".

No entanto, o autor aponta que decidir coletivamente leva mais tempo, pois é preciso ouvir a manifestação de todos para se chegar a um consenso. É o processo de aprendizagem coletivo que vai viabilizar a cooperativa mesmo antes dela começar a funcionar, pois a existência da cooperativa passa necessariamente pela vivência do coletivo.

No caso específico das cooperativas populares vinculadas às Universidades, Singer (2008, p. 292) aponta que o grupo gestor tem um papel importante na perspectiva de "formular alternativas e explicar os pós e os contras de cada uma", sem exercer sua autoridade, mas trazendo sua experiência e conhecimentos científicos.No que se refere a como participar da Incubadora, o gestor da cooperativa da USP aponta duas formas: a primeira, pelo mapeamento junto às associações e entidades que trabalham com geração de renda e trabalho; e, a segunda, pela própria procura dos grupos comunitários junto a Incubadora.

No critério de seleção é utilizada a avaliação socioeconômica e cultural, bem como reuniões para falar sobre o que é Economia Solidária. Quanto à forma, utiliza-se dos princípios democráticos/participativos. Percebe-se pela narrativa que sempre se busca a autogestão e o trabalho coletivo. A Incubadora acompanha as pessoas levantando dados como: a renda, a qualidade de vida e a mudança que se espera na vida do cooperado. Sobre esse assunto, vejamos o que o gestor da USP nos diz em sua narrativa:

> (24) Para se iniciar a incubação de uma cooperativa popular, tem dois processos que a gente atua aqui: o primeiro processo é a mapear as associações e entidades que trabalham com geração de trabalho e renda, ou oferecendo cursos de especialização, de técnico de alguma coisa, ou que já tenha um grupo.Então a gente mapeia esses grupos e propõe uma incubação e propõe um trabalho de incubação ou também esses grupos conhecem a gente, por diversas maneiras ou entrevistas, ou jornais, revistas, ou alguém que comentou diversas maneiras, procura na internet já teve casos também, e vem atrás da gente e solicitam.
> O critério para seleção: a gente faz uma avaliação socioeconômica, cultural, faz várias entrevistas, participa de várias reuniões com esses grupos, para tentar entender e falar um pouco também sobre o que é a economia solidaria e qual que vai ser o objetivo do nosso trabalho, porque a gente tenta não ir lá impondo, sendo messiânico: "olha a gente vai te ajudar, a gente coloca olha o trabalho é difícil" "as empresas estão começando e acabando por ai, empresa que tem capital, que tem um monte de fatores externos e internos que favorecem, e vocês estão tentando uma cooperativa que é uma outra forma" "que tem haver com uma outra forma de economia e que tem haver com uma outra forma de desenvolvimento humano, de desenvolvimento da sociedade, e é muito mais difícil." E a gente pode ajudar a construir alguma coisa em cima disso, "mas não é certeza que dá certo, então a gente tenta ser bem honesto e fala". "Olha a gente só trabalha em cooperativa, a gente só trabalha com autogestão e se vocês quiserem outra coisa, a gente não pode ajudar, a gente não vai fomentar uma empresa hierárquica", se eles aceitam a gente pega e traz para o nosso conselho, ou essa avaliação dessas pessoas, é do grupo, para sexta feira que eu falei que é autogestionária e o coletivo decide sim ou não, normalmente sim se a gente percebe que tem um grupo ali, e a gente quer trabalhar com um grupo assim, senão a gente tenta formar um grupo. há muito tempo atrás a gente tentava formar grupos, mas a gente era uma cola desse grupo e a gente fator externo ser uma cola entende? É ruim, a gente viu que não, já tem que ter sido formado um grupo é melhor para o nosso trabalho, então a gente discute é, a gente faz uma avaliação sobre o que precisa ser trabalhado, para onde que vai o coletivo todo, dá dicas de trabalho e a gente aceita e começa a trabalhar com essa cooperativa.

Pela narrativa do sujeito, compreendemos o processo de seleção para se trabalhar a formação de uma cooperativa, com a presença da autogestão e da coletividade, princípios definidos no conceito de Economia Solidária.

Segundo Singer (1987, p. 62), "a economia solidária expressa uma forma de organizar a produção/distribuição a partir do princípio democrático na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados". E segundo Ortiz Roca (2001), "numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos".

O sujeito narra a dificuldade de se trabalhar com as cooperativas, pois um dos indicadores avaliados é o resultado psicológico, o ganho de autonomia das pessoas.

Os participantes das cooperativas são pessoas consideradas marginalizadas pela sociedade, porque estão excluídos da esfera do trabalho, e trabalhar sua autoestima é o grande desafio: valorizá-las estimulá-las para que falem e que o grupo as escute. Essa é a riqueza da Economia Solidária, a valorização do trabalhador como sujeito, como um ser social. O

indivíduo está no centro do processo em relação com o coletivo. Assim, a economia solidária trabalha pensando no bem de todos.

Segundo o Portal do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010), a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem exploraração da força de trabalho, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Vejamos o que nosso sujeito-gestor tem a nos dizer a esse respeito:

> (25) Cooperativa é muito difícil de trabalhar, tem alguns resultados de cooperativas que deram certo, mas não tão rudes, não tão ganhando: "Olha como eles estão gerando renda".
> Mas essa questão do resultado é muito complexa, na verdade, muito mais complexa do que se pode imaginar, porque tem várias, a questão do desenvolvimento humano, você pode pensar em várias perspectivas, biológico, social, psicológico, resultados psicológicos, resultados em questão de ganho de autonomia das pessoas é incrível, é incrível porque são pessoas normalmente que de processos sociais que constroem pessoas marginalizadas, constroem pessoas que não sabem, parece que não tem coragem de se colocar, de falar, de se posicionar, num coletivo que não tem essa cultura de que o que você vai falar é importante, e a gente quer te escutar.

O sujeito narra o quanto as pessoas se tornam sujeitos do processo e ganham autonomia participando da cooperativa com base na Economia Solidária; narra que os participantes têm ganhado autoestima, sentem-se valorizados, integrantes de um grupo. As pessoas se emancipam manifestando pela expressão corporal, ficando em pé, com cabeça erguida, tirando a mão da frente da boca, expressando-se mais livremente.

Observemos a narrativa do sujeito:

> (26) Isso é uma coisa que a gente vê nos grupos que a gente trabalha muito forte, incrivelmente forte, as pessoas elas começam a ter um ganho de auto-estima enorme, elas começam valorizar quem elas são e o que elas estão fazendo e o que elas estão construindo, então nisso de resultado é estrondoso, de pessoas que falavam assim e de repente você vai vendo a postura corporal mudando, ela levanta, ela sobe, ela cresce, entende, ela não fala mais com a mão na boca, ela não tem mais vergonha de falar sabe, isso é gritante, isso é lindo assim o nosso trabalho.

O sujeito narra a questão da renda, que pode ser pouca ou pequena se comparada com quem está no emprego formal, com salário aproximado de R$ 2.000,00. Se ele alcança uma renda a mais de R$ 50,00, pode não significar muito. Representa 2,5 % sobre a renda, porém, para alguém que possuiu uma renda de R$ 500,00 e recebe mais R$ 50,00, esse aumento significa 10% sobre a renda. Se avaliar a evolução de 2,5% para 10%, representa 04 vezes. Então a renda conquistada na cooperativa de R$ 50,00 é muito importante para a cooperada. O sujeito reforça que não tem investimento do Estado. Observe a narrativa do sujeito:

> (27) Em questão de renda, é muito pouco, mas é muito pouco, depende também porque é complexo, porque para você que ganha uns dois mil reais para cima, ter um acréscimo na renda de cinqüenta reais, de cem reais, é...é pouco... mas, se você pensa que a pessoa está ganhando um salário mínimo ou nada, esse cinqüenta reais ou cem reais, faz uma diferença em porcentagem enorme, em autonomia também, na questão de "Oh! To conseguindo gerar renda por uma coisa que eu acredito", isso é muito forte, claro que a gente avalia e vê que precisa gerar mais , a gente não fala "Olha tá bom!" Precisa gerar mais, mas é super complexo quando você fala que precisa gerar mais, quando você, não tem investimento do Estado forte para que isso cresça.

O sujeito afirma em seu relato que não existe investimento do Estado comparando com investimento em empresas e ambientes de inovação. Importante ressaltar que, apesar de pouco, existe algum investimento por parte do Estado em ambiente de Incubadora. Conforme publicação na Revista LOCUS:

> O SEBRAE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) assinaram, em 15 de dezembro, em Brasília, convênio de Cooperação Técnica e Financeira para disponibilizar bolsas de extensão aos interessados pelo programa de Agente Local de Inovação, que prevê atendimento personalizado às micro e pequenas empresas. Valor esse de R$ 42.9 milhões para o triênio 2011/2013. (SANTOS, 2010, p. 10).
>
> O programa, primeira empresa inovadora (PRIME), apoiou 1.381 empresas, com recursos que totalizaram R$ 165 milhões. Depoimentos de incubadoras-âncoras e de empresas beneficiadas indicam que o programa potencializa o desenvolvimento de novos empreendimentos. (PEREIRA, 2010, p.25).

Vejamos outro trecho do sujeito:

> (28) Investimento em economia solidaria é mínimo, perto de investimento que tem as SENAES[28], tem um pouquinho de dinheiro nas SENAES, comparado com o porte que o Estado faz para as empresas, tem vários estudos falando que todos os ramos econômicos, que tem surgido no Brasil, eu li um texto, no mundo tiveram um apoio do Estado, não tem sem apoio, não tem, o automobilístico imputa apoio do Estado, Petrobras imputa apoio, tudo tem: a agroindústria imputa apoio, a aeronáutica, tudo tem apoio, e a gente não tem e está tentando fazer alguma coisa, mas a gente também tem que se ver enquanto movimento. A gente não está tentando fazer qualquer coisa, a gente está pensando em transformar, que a gente existe, sabe, a cidade que a gente existe, então esse transformar é muito mais difícil . Transformar relações. Então é bem complicado, mas a gente alcançou muito em também trabalhos novos, é... Antes, a gente incubava cooperativas de maneira isolada, de repente, percebeu que não tem que formar redes, de repente percebeu que não, talvez seja muito mais interessante ambientar essas regiões para que essas cooperativas possam crescer, surgiram os bancos comunitários, você já deve ter ouvido falar de banco comunitário, eu nem vou ficar explicando, então, tipo, tem muitos crescimentos e avanços muito grandes, mas está bem aquém do que a gente espera e bem aquém, do que, eu acho que dá para fazer, é...

[28] SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Em referência a SENAES, Barbosa (2007, p 229) afirma que "a ação da secretaria objetiva apoiar e induzir o crescimento das iniciativas, mas tendo como diretrizes as experiências e propostas já vinculadas pelos grupos envolvidos – ONG, sindicatos, igreja e unidades econômicas cooperativadas".

A incubadora participa desse processo ao trabalhar experiências com o coletivo e com a autogestão como alternativa de resposta às experiências individualistas, competitivas e capitalistas.

Barbosa (2007, p. 229) se reporta à fala de Paul Singer, enquanto secretário da SENAES: "estou convencido de que o país vai mudar, porque o movimento social está no governo".

Conforme a autora (2007, p. 230),

> [...] os objetivos e linhas de ação são bem explícitos quanto ao enfrentamento de quase todos os pontos estratégicos para as instâncias de lutas e debates da economia solidária como: geração de trabalho, finanças, legislação, cadeia produtiva e consumo ético. Trata-se do núcleo de possibilidades, de estímulo e sustentabilidade das unidades econômicas de base solidária.

No entanto, apesar dos objetivos da SENAES, da aproximação com os movimentos sociais e do estímulo à economia solidária, ainda há um longo caminho a trilhar, conforme podemos verificar na narrativa do gestor da incubadora da USP:

> (29) Existe um tempo para incubação dos projetos? Não. Porque as pessoas são diferentes, os grupos são diferentes, as necessidades são diferentes e o aprendizado é diferente, a gente vai construir de maneira diferente, não dá para falar que você vai aprender a vender, a construir, a decidir coletivamente, é... à produzir, não construir, em um mês, não dá! É, cada processo é diferente, e cada grupo tem necessidades diferentes, tem grupo que todo mundo sabe vender, você não precisa trabalhar venda, nem marketing, vai que vai, tem grupo que o pessoal não sabe escrever, não sabe ler, então que tecnologia você vai abordar ali para poder ter controle de estoque, tipo o que você vai fazer? É claro que a gente estimula que a pessoa aprenda, mas não é assim, aprendi já e já sabe tudo. Então tipo, você tem que trabalhar com cada grupo enquanto grupo, enquanto uno e ele é um mesmo. Então não tem como falar um tempo. Então a gente tenta ir no ritmo do grupo e então não tem tempo. Então isso é das uma dificuldades.

O sujeito se refere ao tempo de incubação e deixa claro que não existe um padrão. Depende de cada grupo, dos objetivos e dos integrantes, da sua formação. Conforme nos explica o gestor, o grupo é formado por integrantes que não sabem ler e escrever.

Entendemos que a reflexão do gestor é bastante importante para que se chegue a resultados mais satisfatórios e, nesse sentido, Barbosa (2007, p. 196) afirma: "a economia solidária é um trabalho que se realiza num tipo específico de economia, segundo os sujeitos

políticos envolvidos". A autora continua: "a economia é entendida como passível de se multiplicar em diferentes modos de produzir".

Já em relação ao financiamento, o gestor da USP destaca os seguintes pontos:

> (30) [...] Financiamento tem começo, meio e fim e tem tempo e tem para que? Então, a gente fica na loucura de escrever projetos, quando está acabando um escreve o outro, e quando acaba a gente continua mesmo sem financiamento, que é uma coisa que poucas incubadoras fazem e que a gente acha que é importantíssimo que não dá para parar um trabalho no meio, porque senão você joga tudo fora, porque já são muito poucas as cooperativas que conseguem sabe? Ser autônomas e perpetuar por mais tempo, então se a gente acabar no meio, o trabalho fica bem deficitário.

O gestor deixa claro que a incubadora procura escrever projetos para captar recursos tendo em vista a disponibilidade de recursos na SENAES, contudo, novamente questiona o tempo das ações/financiamento, porque se se considera o tempo do grupo, muitas vezes este extrapola a lógica das agências financiadoras.

Nessa direção, Barbosa (2007, p. 247) apresenta o Demonstrativo do Orçamento da SENAES, conforme quadro 03, a seguir, no qual questiona o financiamento, quer dizer, a baixa capacidade da SENAES em destinar o recurso, provavelmente, porque as cooperativas não consigam "produzir" resultados no tempo estipulado para a duração do financiamento.[29]

MODALIDADE	LEI DO ORÇAMENTO em R$	LIMITE AUTORIZADO ATÉ DEZEMBRO em R$
Investimento	17.604.019,00	8.981.766,00
Custeio	11.607.841,00	5.902.765,00
Total	29.211.860,00	14.884.531,00

Quadro 03 – Demonstrativo do Orçamento da SENAES
Fonte: SENAES – Boletim Prestando Contas: um balanço da SENAES, conforme Barbosa (2007, p. 247).

Analisando o quadro, a autora afirma que "para o ano de 2005, a previsão era de cerca de R$ 17 milhões, demonstrando a baixa capacidade da secretaria para fomentar os variados projetos da área. Assevera-se, assim, o papel intermediador perante outros organismos do governo também em busca de fomento".

Apesar dos questionamentos que o gestor faz em relação à lógica adotada pela SENAES, reafirma a importância da cooperativa na vida dos sujeitos, sobretudo daqueles que estão à margem da sociedade:

[29] Cabe destacar que esse descompasso entre o tempo dos grupos e o tempo do financiamento é recorrente no âmbito das políticas sociais, revelando o profundo desconhecimento dos planejadores em relação à realidade.

> (31) Quais são os benefícios de se participar de uma incubadora tecnológica, de cooperativos populares? De uma incubadora qualquer?Uma, eu acho que de se trabalhar com uma outra perspectiva de vida, com essa incubadora aqui que a gente é auto-gestionário rudes, é... é vivenciar economia solidária, vivenciar na pele todos os seus problemas, aquela pessoa que você não suporta que vai ficar falando sem parar e ela grita e ela é brava, e é insuportável, mas ela é uma outra pessoa e você vai ter que aprender a trabalhar junto com ela. E você vai trabalhar junto, e você vai valorizar a diferença dela e tentar mostrar as coisas que te incomodam nela, e nisso aprender a trabalhar e decidir coletivamente, e como que se organiza e como você faz as coisas, e isso é eu acho um ganho muito grande pra gente aqui, é muito grande, muito grande, e você pega pra si tipo sabe aquele negocio de empresa capitalista de vestir a camisa, não é isso, é muito mais tipo eu faço parte, é meu também, então as pessoas aqui elas tipo vivenciam esse lugar, isso é muito bom...

Para o gestor da USP, a incubadora é um ambiente de aprendizagem coletiva, ou seja, trabalha em uma perspectiva de vida diferente da perspectiva capitalista. Significa vivenciar os problemas de forma coletiva, trabalhar junto e reconhecer o outro como uma pessoa com suas qualidades e defeitos.

Nessa perspectiva, Barbosa (2007, p. 152) afirma que

> [...] é bastante recorrente a presença de trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante" e por essa razão é importante se trabalhar na perspectiva da formação dos trabalhadores. Nessa direção, conforme analise da autora é necessária . "a desconstrução do mando e da subjugação fordista", na direção da "desalienação" do trabalhador dos sentidos do trabalho".

De outro lado, entendemos que o processo de desalienação favorecerá a consciência de si como sujeito livre e autônomo, como também a consciência de classe.

Em relação ao papel das incubadoras de cooperativas populares, Barbosa (2007, p. 151) afirma que:

> [...] as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) funcionam como apoio efetivo por um tempo que varia de dois anos a mais e oferecem infra-estrutura com local para instalações da produção, reuniões, escritórios e central de negócios, além de equipamentos e condições para telefonia, internet e computadores, bem como assessoria e formação para condução dos negócios e gestão cooperativistas.

Quanto ao financiamento, o gestor da Incubadora da USP afirma:

> (32) Quais as entidades que financiam esse projeto? É o PROLINC que é um financiamento que agora foi regularizado pras incubadoras que é da SENAES, que normalmente tem algum ministério por traz; um MTE, MDS, esses ministérios e a gente escreve também para o PNUD, Programa das Nações unidas, a gente escreve para o que dá, a gente tenta não escrever como se um caso, a gente tenta não escrever tipo para banco, porque a gente acha que tem uma incongruência aí, tipo eles não tão querendo construir o que a gente acha que quer construir, entende?Eles estão querendo

> construir outra coisa, e eles tem uma outra idéia de responsabilidade social que não é a nossa, uma vez a gente escreveu para o banco Real porque a gente tava sem *imput* há mais de um ano e em pânico e falando vai acabar! Esse lugar não pode e a gente escreveu e foi, porque tem as contradições e a gente está no meio e não da para ficar longe delas por muito tempo, a gente vive de contradições, a gente tenta na medida do possível, o máximo que a gente pode escrever para o Estado e a gente vai pegar dinheiro público para gente fazer o que a gente acredita.

O gestor traz ainda em sua narrativa uma questão extramente significativa em relação a quem financia os projetos: aponta a contradição existente entre o fato de necessitar de recursos para a continuidade do projeto e, na ausência de recursos estatais, recorre à iniciativa privada, o que, em sua opinião, contraria os princípios defendidos pela cooperativa.

Concordamos com o gestor, pois ao pensarmos em economia solidária invariavelmente a concebemos a partir de uma lógica contrária à do mercado, do capital, visto que a Economia Solidária se baseia em princípios coletivistas.

Assim, quando a cooperativa necessita buscar recursos na iniciativa privada, parece-nos realmente uma contradição.

Barbosa, por seu turno aponta que

> [...] as ITCP perseguem a mais de dez anos a autogestão com apoio de projetos universitários. Atualmente algumas prefeituras já tem experiências de incubagem, mas as primeiras, que ainda constituem a maioria, são incubadoras vinculadas à área de extensão das universidades. Em 1999, essas incubadoras foram reunidas em rede, passando a formar a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, formada por 16 incubadoras: UFRJ, USP, UFC, UFRN, UFRPe, UEB, UFJF, UFV, UFSCar, PUC-SP, Unicamp, UFPR, Furb (Blumenau), UCP (Pelotas) e Unisinos. (BARBOSA 2007, p. 158).

Depreende-se, a partir da afirmação da autora, que o sucesso das cooperativas populares depende, sobretudo, de sua organização em rede, de forma a canalizar suas demandas de forma mais orgânica.

Em relação a visibilidade das incubadoras de cooperativas, o gestor da USP reflete:

> (33) Existe divulgação dessa incubadora? Como é feita? Muito pouca, mas nesses mapeamentos a gente divulga nas regiões, a gente vai e conhece associação, conhece a sub-prefeitura, fala do nosso trabalho, fala de economia solidária, faz sensibilização de economia solidaria. O que a gente chama que de falar: " Olha economia solidaria é isso, normalmente vocês já fazem algumas ações de economia solidária vocês fazem mutirão de bairro, isso é economia solidaria vocês constroem juntos?Como que é?" Isso a gente faz, tem o site, tem alguns eventos que a gente promove tipo congresso de economia solidária. Quando tem,. A gente fez um debate outro dia sobre limites e possibilidades da economia solidária, q com o Paul Singer e o Chico de Oliveira, foi bem forte assim porque o Chico de Oliveira é veemente contra e o Singer é veemente a favo. Então foi bem forte assim, foi bem legal, ai a gente divulga nesses eventos, aí a

> gente fala "olha a gente está promovendo esse debate e em cursos de economia solidária que a gente promove aqui também".

O sujeito relata o processo de divulgação da Incubadora, explicando o trabalho junto as associações e sub-prefeituras[30], na tentativa de trazer para a incubadora pessoas já envolvidas com processos coletivos, como o caso de mutirões. Nesse sentido, busca-se referências locais para a participação das cooperativas.[31]

A esse respeito, Barbosa (2007, p. 172) esclarece que, "no campo da economia solidária não se trata de ampliar a oferta de crédito, mas de criar um outro projeto socioeconômico de base local, fazendo disseminar variadas formas de finanças que movimentem a localidade".

Em relação ao processo de incubação, o gestor da USP aponta:

> (34) Então, a gente tem um projeto que é o MEC/ EJA[32] que a gente atua:, é um pouco complicadinho esse projeto, porque existem os EJAS ? De educação de jovens e adultos, é... Tem os professores desse EJA que eles atuam com a população dos bairros para a alfabetização essas coisas. a gente está fazendo um curso junto com outras incubadoras e a federal do ABC[33] um curso para, para esses professores, para que esses professores fomentem economia solidária, prática de cooperativismo com os alunos deles. e então, esteja no currículo do EJA, isso junto com o MEC esteja no currículo do EJA cooperativismo, economia solidária, isso é um projeto. A gente está desenvolvendo em rede um projeto que é de resíduos sólidos principalmente. e então, é com todas as incubadoras de articulação da região sudeste, tem UNESP também acho que só de São Paulo mesmo nesse projeto, as incubadoras de São Paulo UFSCAR, UNESP, FGV, que atuam com resíduos sólidos, para trocar informações, para trocar metodologia, e a gente está incubando grupos de resíduos sólidos, e tentando trocar e construir junto para não ficar reinventando a roda, isso é péssimo! Não vamos reinventar a roda, tem gente fazendo, vamos trocar e ver o que estão fazendo, um projeto de troca de acúmulo entre várias incubadoras também de formação para gente. Então cada semestre uma incubadora pega e faz formação ara todas as outras incubadoras de educação popular. Aíno outro faz sobre resíduos sólidos, daí no outro, mas esse é bem mais abrangente. A gente atua na região do Butantã hoje, no Jardim Jaqueline como centro de segurança alimentar e nutricional atuando em uma rede que tem o Instituto Polis, tem a subprefeitura, tem alguém da secretaria do meio ambiente, para fomentar ações do cooperativismo e segurança alimentar, e junto está começando agora do CAP's[34], - Cooper as cooperativas sociais, que é com pessoas que freqüentam o CAP's, - que é o centro de atendimento psicossocial. Então é bem interessante porque essas pessoas são quase completamente marginalizadas, ou completamente marginalizadas, porque é louco- " então, fica aí, eu tenho medo de você".e então, é de tentar construir uma inserção com eles social, tipo

[30] O município de São Paulo, dadas as proporções geográficas e populacionais, é dividido em sub-prefeituras.
[31] É necessário dizer que não se compactua, neste trabalho, com a perspectiva posta por defensores do neoliberalismo que apostam na lógica local/global como perspectiva emancipadora, sem levar em conta as contradições inerentes à sociedade de classes. Parte-se aqui, da constatação que existem contradições e é necessário reconhecê-las, para poder superá-las, levando-se em conta a estrutura e a conjuntura.
[32] EJA – Educação de Jovens e Adultos
[33] Universidade Federal do ABC
[34] CAP's- Centro de Atendimento Psicossocial

> você consegue fazer coisas, você consegue produzir pelo trabalho e pela construção de coisas coletivas que a gente acha que tem um ganho de autonomia muito grande. A gente atua com banco comunitário na zona sul que é o banco união Sampaio, com uma rede de economia solidaria, um centro de referencia de economia solidária que é na zona sul também, deixa eu ver se eu estou esquecendo alguma coisa aqui já...É eu acho que é só...

O gestor da USP relata em sua narrativa os projetos com as quais a Incubadora está se ocupando e reafirma a importância de atuar em rede, de que não convém inventar a roda, através da rede de relacionamento, utilizar o que há de bom, o que deu certo. Relata a necessidade de se aprender com as experiências de outros grupos, evidenciado que se trata de um processo em construção.

Sobre a rede, Barbosa (2007, p. 158) aponta que houve um processo de articulação da rede de incubadoras envolvendo muitas das universidades brasileiras:

> [...] em 1999, essas incubadoras foram reunidas em rede, passando a formar a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, formada por 16 incubadoras: UFRJ[35], USP, UFC[36], UFRN[37], UFPE[38], UEB[39], UFJF[40], UFV[41], UFSCar[42], PUC-SP[43], Unicamp[44], UFPR[45], Furb[46] (Blumenau), UCP[47] (Pelotas) e Unisinos[48].

Por fim, o gestor da USP aponta alguns elementos conclusivos sobre o processo de incubadora de cooperativas populares, seus limites e possibilidades, dizendo:

> (35) Então, eu acho que ela pode continuar.. é que é muito complicado, porque a gente tem que tratar esse assunto de maneira muito delicada. Eu acho, porque você está trabalhando com sonhos dessas pessoas, então é bem complicado, porque essa pessoa ela pode conseguir um trabalho um dia, e ela pode ganhar seus quinhentos e dez reais e está lá, é... **Quando a gente fala de montar uma cooperativa, é bem complicado, é difícil talvez você ganhe menos do que um trabalho, mas você vai ter um ganho de autonomia muito grande e não vai ter ninguém mandando em você**. Você não vai ter um patrão mandando em você, e você também não vai ser patrão, você vai tentar construir outra relação, para tentar construir uma outra sociedade, e a gente acha que pode dar certo, mas muita coisa dá errado. Então a gente tenta ser bem honesto e não falar conselho, mas colocar uma possibilidade, e se a pessoa quiser seguir por esse caminho a gente pode tentar ajudar, entende? Porque, porque pode não

[35] Universidade Federal do Rio de Janeiro
[36] Universidade Federal do Ceará
[37] Universidade Federal do Rio Grande do Norte
[38] Universidade Federal de Pernambuco
[39] Universidade Estadual da Bahia
[40] Universidade Federal de Juiz de Fora
[41] Universidade Federal de Viçosa
[42] Universidade Federal de São Carlos
[43] Pontifícia Universidade de São Paulo
[44] Universidade de Campinas
[45] Universidade Federal do Paraná
[46] Fundação Universitária de Blumenau
[47] Universidade Católica de Pelotas
[48] Universidade do Vale do Rio dos Sinos

> dar certo, isso tem que estar claro para a pessoa, porque a gente tem uma insígnia que é um signo muito forte com a gente que é a USP, falando da gente. Então, parece que a gente vai colocar a mão e vai dar certo, e vai ser lindo e não é assim, não vai dar certo, pode dar certo, não é assim vai dar certo. eEntão quando a gente chega nas comunidades, é muito, parece que quando você fala USP as portas se abrem, "nossa vai ajudar", e isso já aconteceu várias vezes , os olhos brilham, "agora vai dar certo" e não é assim. a gente precisa deixar claro que não é assim, porque a gente esta brincando com os sonhos das pessoas se a gente deixar achar que é isso, e são pessoas elas vão estar brigando por isso, e no começo como você bem deve saber que até de empresa capitalista, no começo não gera renda, e como você vai ficar nesse começo? Com a sua família falando, "Oh! Tem que gerar renda" "Oh! A gente ta passando necessidade aqui" é difícil, é complicado. Então precisa estar bem honesto, mas é um sonho e se a pessoa comprar esse sonho, vamos juntos. (grifo nosso)

Na narrativa do gestor da USP fica evidente o compromisso com os participantes, apresentando a realidade, as dificuldades e as possibilidades. Aponta, inclusive, o fato de serem "representantes da USP" e o quanto isso gera expectativa na população, como uma solução "quase que mágica" para a vida dessas (es) trabalhadoras (es).

Barbosa (2007, p. 153) afirma que existem outras dificuldades na implementação de cooperativas populares, tais como a ausência de cultura cooperativista e a inexperiência na gerência de negócios para levar suas cooperativas ao sucesso. Nesse sentido, nosso entrevistado esclareceu sobre a necessidade de não iludir o participante tendo em visa às suas expectativas. Em outras palavras: as cooperativas populares são processuais e seu sucesso depende de inúmeras variáveis tanto objetivas (da produção, propriamente dita, por exemplo) como subjetivas (da dificuldade de aceitar o outro, de trabalhar em grupo, de querer lucro rápido, entre outras).

Nessa perspectiva, Barbosa (2007, p. 153) comenta:

> Nesse processo, há uma visão ampla de formação, que inclui a própria dimensão técnica da produção, a gestão e também a escolarização formal. No conjunto, além da herança fordista, das limitações para acompanhar os avanços tecnológicos do setor, esses trabalhadores trazem também o legado da baixa escolarização, o que, somando-se aos outros fatores, contribui para a fragilização competitiva. A visão sobre a necessidade de enfrentar esses desafios e ampliar a inserção cultural dos trabalhadores é uma constante.

Pela narrativa do sujeito 3, conclui-se que a Economia Solidária se apresentou como uma nova forma de se organizar na sociedade e para o trabalho e para a geração de renda, produzindo transformações como:

- Autogestão como base;
- Cooperativa formada pela comunidade;
- Vivência da experiência de autogestão;

- Aprendizagem coletiva;
- Exercício do coletivo deve ser aprendido por todos os envolvidos;
- Criação de indicadores com base na pessoa como renda, qualidade de vida e expectativa de vida;
- Vivência de resgatar a autoestima dos considerados marginalizados pela sociedade capitalista;
- Valorização do trabalhador em coletividade;
- Ganho de autonomia para os participantes;
- Aumento de renda para os participantes;
- Falta de investimento pelo Estado em relação aos investimentos em empresas privadas;
- Ausência de tempo padrão para formação das cooperativas;
- Ambiente de aprendizagem coletiva;
- Atuação em rede;
- Organização social;
- União de pessoas;
- Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo;
- Participação dos cooperados em cursos oferecidos pela Universidade e parceiros;
- Envolvimento com as pessoas.

4.1.2.2 Narrativa do sujeito 4

O sujeito 4 é gestor da incubadora tecnológica de cooperativa popular da UFRJ. Colhemos seu depoimento em dia, hora e local agendados antecipadamente. Apresentamos o termo de consentimento, os objetivos e a metodologia de pesquisa, bem como o roteiro da entrevista. A entrevista ocorreu na sala de reunião da Incubadora com a presença apenas do sujeito e do pesquisador e pedimos que ele nos relatasse a trajetória da Incubadora, seus limites e possibilidades. O procedimento foi idêntico ao apresentado no item 3.2.1.

O sujeito 4 iniciou sua narrativa pelo processo de incubação e o foco que uma incubadora deve possuir.

> (36) Processos e incubação de cooperativas populares: acho que era legal entender um pouco do antes da Incubação de cooperativas como foco. A gente criou aqui há 15 anos essa Incubadora que saía da perspectiva que era. O que formava as Incubadoras, que eram as empresas de alta tecnologia e numa segunda versão as empresas na área de economia tradicional.

O sujeito inicialmente procura explicar o processo de incubação antes do surgimento da Incubadora de Cooperativas. Segundo seu relato, há 15 anos se iniciou no Brasil as incubadoras de base tecnológica, voltadas para projetos de alta tecnologia, e, na sequência, com as incubadoras de empresas dos setores tradicionais.

Em relação às incubadoras, o Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e suas agências Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos(FINEP), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Banco do Nordeste, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) lançaram o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas (PNI) para articular, consolidar, ampliar, aprimorar e divulgar o apoio disponível para instituições que planejam instalar incubadoras e unidades administrativas destinadas ao seu gerenciamento.

O PNI, por sua vez, elaborou e publicou o Manual para a Implantação de Incubadoras de Empresas o qual define:

> Incubadora de Empresas de Base Tecnológica são as incubadoras que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. As Incubadoras de Empresas dos Setores Tradicionais são incubadoras que abrigam empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detém tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento em seu nível tecnológico e que devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias. (BRASIL, 2000, p. 11).

Quanto ao tempo de 15 anos, o sujeito refere-se ao período da década de 1980 e a década de 1990, momento em que ocorrem mudanças na economia. Não considerar essas mudanças, como perigo, pode ser um erro estratégico. Sobre essa questão, Antunes (1998, p. 22) considera:

> [...] perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de

> emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos.

Durante esse período de mudança marcado pela flexibilização, desregulamentação, novos processos e novos padrões de produção, dentre elas o grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo e marcaram profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção, na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política, conforme Antunes (1998, p. 16-22, p. 31-32). Importante salientar que há movimentação das classes sociais para enfrentarem esse novo cenário. Em relação a essas mudanças, Barbosa (2007, p. 67) aponta que elas "não são só econômicas no aparelho produtivo e na apropriação de riquezas, mas também na maneira de as classes sociais pensarem, lidarem e resolverem os dilemas sociais".

A autora continua:

> [...] o modo como as classes sociais estão respondendo à reestruturação do trabalho a partir das soluções engendradas pelo capital para enfrentar a crise. Não é mais do que isso o que vemos nesse grupo de sujeitos políticos envolvidos na economia solidária. (BARBOSA, 2007, p. 67).

Importante salientar que o sujeito traz uma mudança na forma de pensar a geração do trabalho e renda:

> (37) Essa (incubadora de cooperativa) tem como foco, não a empresa propriamente dita, mas a geração de trabalho e renda ou inserção social. O que eu quero dizer com isso? A empresa nessa perspectiva, ela não é "meio". Ela é "fim". Por isso que os indicadores de sucesso numa empresa de cooperativa não são exatamente a cooperativa em si, mas os seus beneficiários. Então, isso muda um pouco o foco, e até os indicadores, como por exemplo, eu sou da ANPROTEC[49] , participo na discussão da Incubadora e vejo muitas vezes os indicadores como SAPI[50] e outros elementos que vem sendo formados, o faturamento, números de contratos, o sucesso da empresa, o quanto a empresa cresceu.

O gestor da UFRJ se refere à ANPROTEC e aos indicadores por ela construídos visando ao desenvolvimento das incubadoras. Salientamos que essa associação elaborou uma metodologia de avaliação e autoavaliação específica de incubadoras e empresas incubadas, apontando os seguintes indicadores para medir a eficiência na gestão dos recursos recebidos, por meio de:

- produtividade;
- processos que indiquem gestão da qualidade;

[49] ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
[50] SAPI: Sistema de Acompanhamento de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas.

- investimentos realizados em inovação, tais como: capacitação de recursos humanos, formação dos empresários, marketing, promoção e divulgação, melhoramento dos processos;
- eficácia e do impacto do empreendimento quanto à execução dos objetivos e metas realizados considerando o planejamento apresentado: número de pessoas treinadas; número de empregos gerados; número de empresas graduadas; volume de impostos gerados; grau de utilização dos recursos disponíveis; número de produtos apoiados pela incubadora; demanda por vaga na incubadora.(BRASIL, 2000, p. 31).

O gestor da incubadora da UFRJ indica em sua narrativa a importância da participação das pessoas e a mudança na qualidade de vida como focos principais da incubadora. Vejamos:

> (38) Quando você vai trabalhar com incubadoras de cooperativas, você vai perguntar muito mais quantas pessoas, qual é a sua renda, qual é a sua qualidade de vida, o que mudou na pessoa. Então esse foco vai dar outros indicadores e outra preocupação. A empresa para nós é um meio e não um fim de si próprio, por isso que a gente vai estar muito mais ligado no método, em trabalhar com o crescimento das pessoas e menos da empresa. A empresa como meio e não como fim. Não que ela não seja relevante, mas qual o foco? Isso vai diferenciar um pouco na análise.

Percebemos claramente pela fala do sujeito as diferenças entre a Incubadora de Cooperativas para a Incubadora de base tecnológica dos diversos setores da Economia. O foco está na pessoa e na sua emancipação. Durante o processo, procura-se a desconstrução fordista, para construir com a participação e a integração entre os integrantes. A respeito dessa questão, Barbosa (2007, p. 152) aponta:

> [...] é bastante recorrente a presença de trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante[..]"a recondução da tecnologia voltada para a própria parte formativa dos trabalhadores é tomada como um ponto central do processo de recondução das empresas autogestionadas. Explicita-se que a desconstrução do mando e da subjugação fordista precisam ser encarados como um processo de desalienação do trabalhador dos sentidos do trabalho.

Observa-se que, na incubadora de cooperativa popular, a centralidade é o sujeito no sentido de sua integração, quer dizer, os sujeitos, a partir da avaliação das potencialidades, interesses, experiências e recursos que constituem o coletivo, passam a compartilhar suas ideias, ideais e sonhos de criar outros caminhos para o grupo, apresentando propostas e sugestões que servem como novas conexões para a abertura de espaços de decisão e organização. A decisão, compartilhada e descentralizada, em relação ao que será

operacionalizado pelo coletivo quanto às ações a serem colocadas em prática, abre espaço para a organização do coletivo em torno daquilo que pretende realizar. (EIDELWEIN; MARASCHIN, 2003, p. 51).

Vejamos outro trecho do relato do gestor:

> (39) Se você fizer uma comparação direta entre as duas empresas vai ver uma certa complicação, uma certa dificuldade na interpretação em linha reta. Esse movimento, (incubadoras de cooperativas populares) surge em meados da década de 90, no quadro que você colocou do agravamento da crise, conseqüência da reestruturação produtiva e privatização das empresas públicas e aí você tem, na época os dados de 20% da população desempregada, dado esse ao meu ver questionado, porque quando a gente fala em emprego formal, a população de baixa renda, ela nunca teve emprego formal, ela sempre viveu na informalidade e aí a gente vai observar o que esse público, nosso, ele é muito mais oriundo do mercado informal de trabalho do que dos desempregados, ela não está, nós não estamos na categoria dos desempregados. A função das Incubadoras e Cooperativas hoje seria uma função de segunda importância, e não é. Cada vez estamos tornando mais importante, porque o nosso público alvo tá no plano da informalidade, então esta não deixou de existir, esta é aquela que a gente fala, 50% tá na formalidade econômica 50% tá em território da informalidade. Então esse público, ele não deixa de existir, apesar da recuperação econômica que o Brasil tá tendo, os novos empregos, todo quadro, cenário dos últimos oito anos que a gente viu o país passar.

A narrativa do gestor traz elementos históricos fundamentais para se pensar a Economia Solidária, quais sejam: nos anos 90, o Brasil sofreu os impactos do processo de reestruturação produtiva, com o aumento exponencial de desempregados, com o consequente aumento do trabalho informal. No Brasil, a informalidade sempre esteve presente, ou seja, historicamente apenas 50% da população economicamente ativa estiveram inseridas no mercado formal de trabalho, e a outra parte dos trabalhadores sempre viveu à custa de "bicos" e de trabalhos esporádicos e precários.

Evidentemente, as estratégias do capital no enfrentamento de sua crise aumentaram o percentual de trabalhadores na informalidade, conforme comprovam as estatísticas da época. Importante salientar que a região metropolitana de São Paulo sofreu um grande impacto.

Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma das características do início da década foi o crescimento das relações informais de trabalho (trabalho assalariado sem carteira e o trabalho por conta própria): nos seis primeiros anos, de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE. De meados de 1996 até o final de 1997, o grau de informalidade se estabilizou em torno de 48%. As agruras porque passou a economia brasileira em 1998 e 1999 fizeram, contudo, com que o processo de informalização

retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no meio de 2000. (RAMOS; FERREIRA, 2005).

Sobre a as transformações que ocorreram na década de 1990, Pinto explica que:

> [...] a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado, tem resultado no aumento da segmentação da classe trabalhadora em dois grandes grupos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência, concentra-se nas grandes empresas líderes, com garantias de emprego com baixos níveis de rotatividade, pequenas diferenciações salariais bem como flexibilidade nos postos de trabalho, organização do trabalho em equipe, contratações coletivas efetivas e negociação sindical quanto a processo de trabalho e inovação tecnológica. No outro grupo estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como "terceiros", os vinculados à economia informal, dentre outras tantas formas "predatórias" de trabalhos existentes. Esse grupo, numericamente muito maior que o primeiro, sofre a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de seu trabalho em relação às normas legais e, consequentemente, vê regredir constantemente seus direitos sociais, em meio a uma crescente ausência de proteção e expressão sindical. (PINTO, 2007, p. 41).

A Incubadora de Cooperativa trabalha com este público, pela via da coletividade, para proporcionar uma melhor qualidade de vida. Segundo Barbosa (2007, p. 42), "essas faces da moeda, desemprego e precarização, respondem materialmente pelas necessidades de rentabilidade financeira, fazendo recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho, as legislações específicas e/ou as negociações coletivas".

Para a autora:

> Os estudos mostram que a crise de acumulação do capitalismo nessas três décadas foi contornada com o aumento dos rendimentos do capital às expensas do desemprego e da precarização do emprego, tomados como pontos nodais da dinâmica da luta de classes, que impôs o recuo das conquistas sociais do trabalho regulamentado, protegido. (BARBOSA, 2007, p. 42).

Em relação à década de 1990, Pinto (2007, p. 45) explica os processos pelos quais a classe trabalhadora foi submetida com "a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural [...]".

No que tange ao empresariado nacional, o autor se refere a "uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismos de controle financeiro internacionais". (2007, p. 45).

Em relação ao desemprego, "segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, cerca de 180 milhões de pessoas em situação de desemprego aberto (procurando mas

não encontrando), entre as quais bem mais de um terço são jovens de 15 a 24 anos". (PINTO, 2007, p. 10**).**

Em outro trecho do relato do gestor:

> (40) Porque a importância da Incubadora de Cooperativas por tratar pela informalidade e aí eu acho que é a diferença entre desempregado e informal, se não tu não vai entender o porque que o Brasil melhora e as cooperativas continuam tão importantes e ao meu ver ela passa ter uma importância maior porque antes o foco era muito jogado aos desempregados aos herdeiros da reestruturação produtiva.Hoje no desenvolvimento do Brasil a preocupação é como inserir esses grupos que estão na marginalidade econômica e social. Então a gente vai tomando cada vez mais um novo posicionamento, uma nova importância, o nosso....

O sujeito levanta a importância da Incubadora de Cooperativas para aqueles trabalhadores que depois da reestruturação produtiva continuam fora do mercado de trabalho e provavelmente não serão absorvidos por ele. Sobre essa questão, Leboutte afirma que:

> [...] a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da COPPE/UFRJ, vem atuando desde 1995 na perspectiva de apontar alternativas distintas da busca individual pela sobrevivência. A proposta coletiva agrega valores ao grupo e utiliza como principal instrumento a formação de cooperativas. Vale registrar que o modelo escolhido, o cooperativismo, é na verdade, uma releitura do cooperativismo tradicional brasileiro de origem rural, a partir de uma realidade urbana de exclusão. (2003, p. 14).

Leboutte (2003, p.14) afirma ainda que "o primeiro resultado transformador da realidade é, sem dúvida, a união de forças".

Em relação ao financiamento das incubadoras de cooperativas populares, o sujeito 04 nos esclarece:

> (41) Em sua maioria são programas de governo e nós já trabalhamos a nível Municipal, Estadual e Federal e em vários Estados no Rio Grande do Sul, São Paulo, vários Estados. São normalmente governos na preocupação de inclusão econômica, combate à pobreza e combate a exclusão . Esses normalmente são quem financia gente, a nível de programa. O que existe é o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas); é um programa que atende em parte as nossas necessidades, mas é muito frágil a nível de recursos e a nível de continuidade do programa. Então você vai observar que as que estão mais dinâmicas são aquelas que tem alguns outros contatos, nós já tivemos contatos também com outros países, como a Holanda que apoiou a gente durante dez anos, a NOVI[51] que é uma agência nesse trabalho.

Conforme nos esclarece o gestor da UFRJ, os governos têm papel preponderante no incentivo e financiamento das incubadoras de cooperativas populares. Destaca que são alguns governos que se preocupam em incentivar tais práticas, exatamente aqueles que estão comprometidos com o combate à pobreza e à exclusão social.

A questão leva-nos a pensar nos governos e suas programáticas, no que tange à priorização dessas práticas, quer dizer, quem são os governos que se voltam para tais práticas? Seriam apenas os governos democráticos de tendências à esquerda? Mas existem ainda governos de esquerda no sentido pleno da palavra? Quais partidos esses governos representam?

Esse conjunto de indagações levam-nos a refletir sobre o cenário contemporâneo dos partidos e governos no mundo e, particularmente, no Brasil.

O sujeito informa que quem financia a incubadora são os governos por meio de seus programas e instituições de fomento. O Manual para a implantação de Incubadoras de Empresas (p. 35) aponta os seguintes programas: Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas – PNI, programa específico para incubadora de empresas; Apoio para implantação e consolidação de incubadoras; Projeto ALFA, que tem por objetivo estimular a inovação tecnológica nas micro e pequenas indústrias, por meio da oferta de linha de financiamento, não reembolsável, para apoiar a realização de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica de Projetos de desenvolvimento de inovações tecnológicas; Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, que possui várias linha de financiamento; Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas – RHAE, que prioriza projetos cooperativos liderados por micro, pequenas ou médias empresas que envolvam a participação de universidades e institutos de P&D, concedendo bolsas de fomento tecnológico para empresas desde o nível técnico até nível superior.

Sobre o PRONINC, podemos dizer que, por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), a COPPE/UFRJ criou em 1995, com o apoio da FINEP e da Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). O objetivo deste projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país. Em 1997, foi criado o PRONINC, tendo como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP.

Em 2003, a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação. A FINEP hoje

---

[51] A NOVI é uma Organização não governamental americana que financia projetos sociais em todo o mundo.

integra o Comitê Gestor do PRONINC, que, atualmente, é coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES).

Com atuação articulada pelo Comitê Gestor do PRONINC, no período de 2003 a 2010, a FINEP e outros financiadores possibilitaram alavancar o número de incubadoras financiadas. No período de 2007 a 2011, a FINEP financiou 28 incubadoras com recursos oriundos de parceria com o MTE/SENAES.

Em outro trecho relatado pelo sujeito 4:

> (42) Uma outra coisa importante quando perguntam o nosso foco a gente trabalha além do trabalho direto com o desempregado, nós trabalhamos com algumas políticas públicas também. Ai através de alguns convênios, nós atuamos também, na área de política publicas e geração de trabalho e renda com o ministério do trabalho. Nós tivemos com a SENAE[52] e no ministério do trabalho e a rede de gestores um trabalho na formação de gestores na área de políticas de trabalho e geração de renda esse é um trabalho importante porque para além da incubação você tem que ter políticas públicas e na hora que a gente forma a gente vê o papel da gente de formar gente na área de formação de da política, é um trabalho que a gente faz também em alguns estados no Rio Grande do Sul, na prefeitura de Santo Andre, em São Paulo e outras prefeituras que é a formação de gestores. Esse é um trabalho importante que a gente desenvolve que não é a incubação, é na área de políticas publicas, é uma área que a gente trabalha também que foge um pouco dessa normalidade, é na área de saúde mental, nós trabalhamos também com o ministério da saúde, primeiro com a prefeitura do Rio depois com ministério que é a área de saúde mental dentro do movimento anti-manicomial trabalhando com pessoas portadoras de tormento, o trabalho como uma forma de reinserção social dessas pessoas, o trabalho, a gente começou, foi um trabalho pioneiro a mais de dez anos com o Instituto Philipe Pinel na criação da primeira cooperativa de usuários e ai hoje a gente tem um convenio grande com ministério da saúde, na secretaria da saúde mental, trabalhando na formação de gestores na área de saúde mental e geração trabalho e renda é o trabalho que a gente vem desenvolvendo durante alguns anos com o ministério,e o ministério do turismo nós trabalhamos também desde 2005 na formação, é um trabalho a nível de desenvolvimento local turístico, inclusão é um trabalho que agente desenvolve quebrando até um pouco os paradigmas do turismo de exclusão um turismo como mola de desenvolvimento local e inclusão social a partir da cadeia produtiva de turismo, na área de egressos a gente tem uma experiência com a cooperativa de egressos e ai a gente trabalha com essas pessoas e na área de catação que teve um papel importante, foi junto, foi na conferência nacional de cooperativismo social contribuindo na elaboração da proposta de lei que constitui as cooperativas sociais. Nessa a gente inclui também os regressos ai é mais ou menos o panorama, um trabalho que a gente fez o ano passado eu acho muito importante foi talvez o trabalho mais importante a nível nacional foi o Cataforte[53] que é da SENAE-Ministério do Trabalho e do Banco do Brasil que é a formação de catadores, cooperativas de catadores. Aqui no Rio nós trabalhamos com mais de oitocentos catadores, na formação de cooperativas que é um trabalho que ainda deve ser olho absoluto desse trabalho.

---

[52] SENAE – Secretaria Nacional de Economia Solidária

[53] CATAFORTE: projeto para fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O sujeito cita que a Incubadora, além de atuar na formação de cooperativas, oferece outros serviços como: curso de formação política, curso de gestores, serviço de reinserção social de pessoas com deficiência mental, serviço de desenvolvimento local com base no turismo e outros.

Vejamos outro trecho:

> (43) Qual é o processo de iniciar a incubação de uma cooperativa? Essa cooperativa ela ocorre de duas formas ou por iniciativa das cooperativas ou por algum programa de política pública muitos casos são projetos governamentais em que é provocado a ação em um determinado território como foi essa área de turismo muita gente faz parte da política trabalho e geração de renda ou através do nosso edital ou através daqui direto de cooperativas onde que as cooperativas passam por processo seletivo e ai passam a ser incubadas por nós, a gente não faz esse trabalho a dois anos vamos retornar agora esse processo, e ai começa o processo de incubação o foco da incubação como eu falei, está na organização do grupo , na formação como cidadão e formação no trabalho, como eu tava falando, nós estamos trabalhando no setor informal então nós não vamos reinserir no mercado de trabalho, nós vamos pegar o que essas pessoas já trabalham em alguma coisa, nós vamos trabalhar na organização e na melhor qualidade, na sua inserção econômica, porque elas já são inseridas, o problema é a forma que são inseridas. Ai trabalha na formação de trabalho, na formação de preço, na organização para o trabalho e na sua inserção no mercado, onde que for exercer aquela determinada atividade.

O sujeito relata o processo de incubação que pode ser de duas formas: por iniciativa da Incubadora por meio de Edital mediante processo seletivo ou por iniciativa das cooperativas que participam de algum programa governamental.

Em outro:

> (44) O critério que a gente usa para pegar uma cooperativa? Ela vai estar ligado na sua própria viabilidade, se for uma coisa consistente e principalmente a organização do grupo. Nós trabalhamos com grupos, não com indivíduos. Então, quanto mais organizada for essa cooperativa, mais articulada, mais estará propicia a trabalhar com a gente no nosso processo de edital. Quando é um processo de políticas públicas, nós somos convidados. Nosso papel é a organização do grupo, aí nosso trabalho é fomentar a organização e o trabalho desse grupo.

O sujeito destaca que para iniciar um processo de incubação, a cooperativa precisa apresentar sua viabilidade e sua consistência bem como a organização do grupo. Quanto maior for a organização e sua articulação, maior é a oportunidade de participar da Incubadora. Quando a Incubadora é convidada a participar por meio de algum programa governamental, a incubadora assume a responsabilidade pela organização do grupo mediante a metodologia já desenvolvida e testada.

O sujeito, em sua narrativa, destaca a importância do grupo, do coletivo. Entendemos que, de fato, as cooperativas existem quando se incorpora o "coletivo", como um processo construído, aprendido:

> (45) O projeto tem níveis diferentes de resultados; é projetos incubados e não fala projetos, fala cooperativa, projeto é a relação entre as partes entre parceiros e tem várias coisas que a gente viu ao longo desse resultado, muitas vezes a cooperativa como cooperativa é um fracasso, ela deixa de existir, mas os cooperados conseguem trabalho. Então, isso para gente, como empresa ,como eu te falei da diferença das duas incubadoras, como incubação ela pode ter sido um fracasso, como cidadania ela é um projeto bem sucedido. Então para gente tem como resultado isso. A gente vê muitos casos, um fato super natural, **as pessoas que passam por aqui não continuam a mesma coisa ela tem um processo de transformação muito forte e ai talvez não sirva para aquela cooperativa para aquele trabalho, mas como cidadão ele ficou com um outro olhar sobre o mundo**. **Isso pra gente é um indicador de resultado positivo**, **apesar de como empresa não necessariamente ter sido, Então aquela cooperativa, nova cooperativa, nova cooperativa, nova aprendizagem, volta a estudar, então ela tem um efeito positivo isso é chamando de indireto, projetos indiretos. São essas políticas públicas e mesma coisa que pra gente é muito positivo, o fato de ter iniciado esse modelo né, que eu chamo de inovação na medida que a gente usa superativamente, utilizamos uma antiga, para uma nova função, dessa inovação que a gente chama de incubação**, tem se replicado hoje a nível nacional no território e universidade, então pra gente já é um resultado positivo, o fato de ter construído essa ferramenta e a nível de políticas publicas, para os projetos nossos ser transformados, seja da incubação através de políticas hoje fomentadas por editais públicos. Incubação de cooperativas coisas que antes da gente não existia e algumas políticas por exemplo na área de saúde mental aquele projeto que se iniciou a dez anos no Instituto Philipe Pinel e hoje é uma política pública do ministério da saúde e da geração de trabalho e renda, como foco, forma de combate a exclusão de portadores de tormento, isso hoje é política do ministério e na área do turismo que agente também iniciou com o ministério do turismo, uma demanda do ministério do turismo na região do roteiro integrado, hoje rota das emoções, que é Piauí, Maranhão que vai do Eliguaquará ate lençóis maranhenses, isso hoje é uma política do ministério. Os quarenta destinos turísticos. Tem essa com várias incubadoras, portanto também ao nosso ver um resultado positivo estes constituídos, algumas políticas públicas na área de geração trabalho e renda. (grifo nosso)

O gestor da incubadora da UFRJ reafirma que o importante no processo de incubação é o conceito de cidadania[54] alcançado pelos cooperados. A cooperativa pode não dar certo enquanto empresa, mas se os cooperados tornaram-se cidadãos[55], o resultado foi positivo. É nesse sentido que o gestor afirma que a cooperativa não é um fim, e sim um meio para se alcançar a cidadania dos cooperados. Os objetivos da cooperativa, conforme expressa o sujeito, são mais do que atingir metas quantitativas, mas, o que realmente importa é que os sujeitos tomem consciência de si, quer dizer, que tomem as suas histórias nas mãos e revertam as condições de vida coletivamente.

---

[54] Destaca-se que, neste estudo, a cidadania é compreendida diferentemente da cidadania liberal, quer dizer, defende-se a cidadania plena, ou seja, o acesso igual à riqueza socialmente produzida e aos bens e serviços.

[55] Cabe apontar que no Brasil apenas depois de 1988, com a Constituição Federal, todos os brasileiros passaram a ter direitos iguais pelo menos do ponto de vista jurídico-formal, visto que do ponto de vista "real" ainda não há acesso igual ao trabalho, à educação, entre outros direitos por toda a população. (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA-UNIFOA, 2008).

A questão levantada pelo gestor remete ao processo de tomada de consciência do trabalhador enquanto sujeito e também como classe trabalhadora.

Conforme Lessa (2007), o conceito de classe social é um dos mais complexos na estrutura categorial de Marx. Entretanto, para entendermos o processo, a passagem do sujeito individual para a perspectiva de sujeito coletivo, importa-nos entender, ainda que minimante o conceito de classe social.

Lessa (2007, p. 178), explicando o conceito de classes sociais na perspectiva marxiana, refere-se ao fato de que estas se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva. Entretanto, "a relação entre esta determinação e a atuação das classes nos processos sociais é mediada, necessariamente pela consciência dos indivíduos que as compõem".

Nesse sentido, toda e qualquer determinação vinda da base produtiva recebe uma resposta por parte dos indivíduos e das classes que eles formam, e essa resposta na consciência contém um fator ideológico, uma mediação ineliminável.

Assim, conforme explica-nos Lessa:

> [...] o ser histórico das classes, portanto, nem é apenas decorrente do lugar que ocupam na estrutura produtiva das sociedades , nem é apenas uma conseqüência da esfera ideológica .é uma síntese muito complexa de determinações econômicas e ideológicas que consubstancia a ação real , efetiva, das classes sociais a partir das possibilidades e limites de cada momento da história. (2007, p. 178).

Nesta síntese entre as determinações objetivas e as determinações ideológicas, a base produtiva é predominante, e a possibilidade de elevação de uma classe ao seu para-si é determinada por esta base, explica-nos Lessa.

Entretanto, essa possibilidade não passará de mera possibilidade se

> processos ideológicos muito complexos (que articulam o espaço real de liberdade aberto aos indivíduos pelas tendências históricas mais gerais com os inúmeros, contraditórios e desiguais processos da vida cotidiana) não consubstanciarem um concepção de mundo que possibilite elevar à consciência". (LESSA, 2007, p. 178).

Na perspectiva marxiana, conforme Lessa, o processo histórico de elevação de uma classe em-si ao seu para-si é "a complexa síntese dos atos singulares dos indivíduos concretos, sempre historicamente determinados, em tendências histórico-universais" (p. 179). Em outras palavras: a partir das determinações mais gerais é que se colocam possibilidades de as classes serem influenciadas pela ação dos indivíduos, dos complexos ideológicos, das lutas políticas, dos partidos, enfim, das lutas de classes.

A partir da compreensão da constituição do sujeito coletivo, entende-se a formulação do gestor da UFRJ em relação à tomada de consciência do sujeito individual como o ponto de partida para uma ação coletiva, inclusive com a possibilidades de lutas mais amplas.

Vejamos outro trecho da narrativa:

> (46) [...] tempo para a incubadora que a gente arbitra, três anos é o tempo que a gente considera razoável para ser arbitrado. Se você perguntar porque? é, foi um tempo entre a grana e o tempo limite, **acho que tem noção da pessoa!** .
> É o que a gente entende **é que não há um resultado, há uma mudança e a** gente tem um sistema de indicadores não sei se você já viu, ele trabalha o que, o importante. Não é o quanto que alcança, mas o diferencial entre o que entra e o que sai. A gente vai trabalhar com esse diferencial, não com a meta a ser alcançada, mas, uma transformação a ser obtida e que a gente vai visar mudar o grupo durante esse ano de forma positiva três anos é o que a gente arbitra. (grifo nosso)

O sujeito relata que o tempo de um processo de incubação pode ser de três anos, tempo razoável para identificar se a cooperativa vai avançar ou se terá dificuldade para se sustentar. O tempo está ligado também à questão dos recursos. Quanto maior o tempo para se incubar, maiores serão os recursos a serem utilizados. O importante é analisar como o cooperado inicia sua participação e como se encontra no momento do término do processo de incubação, ou seja, em que condições ele se encontra como cidadão e como trabalhador.

Em relação ao tempo da incubadora, é necessário entendê-lo como processo, quer dizer, um processo que se inicia com o indivíduo e que é influenciado por inúmeras determinações (econômicas, políticas, culturais), para que ocorra a "tomada de consciência" de si como sujeito para em um segundo momento "tomar consciência" da classe social.

Nesse sentido, concordamos com o sujeito gestor quando diz que é necessário compreender essa processualidade geradora da mudança.

Perguntamos ao gestor acerca dos benéficos de se participar de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares:

> (47) Eu acho que tem o beneficio da universidade, dos cooperados. Eu acho que tem vários benefícios. Um é desfrutar do conhecimento e do meio ambiente isso é positivo, outro positivo é a própria marca que leva da universidade. A gente trabalha com população: é um processo de marginalização social e econômica. A marca da universidade ela é muito positiva na medida em que ela vai acabar com determinada estigma que ela vai enfrentar. e Então, ela tem muito mais passagem, portanto na universidade do que tanto sozinho, estando sozinho, isolado, a possibilidade de encontrar grupos parceiros e do conhecimento dessa troca. A universidade eu acho que está cumprindo o seu papel e está aprendendo a trabalhar. Os estudantes que fazem estágio em uma incubadora tem uma formação muito mais rica do que alguns outros estágios, por exemplo um estudante de direito muita vezes em um escritório de advocacia é um acompanhador de processo, office-boy, aqui não, ele trabalha ajudando a fazer contrato, ele trabalha elaborando estatuto da cooperativa, a legalizar, ele tem uma vivência muito mais forte, tem muito mais responsabilidade sobre a sua atitude,do que simplesmente acompanhar projetos e aprende a falar com pessoas, tem

> que trazer a solução, tem que enfrentar o problema. Então, acho que é uma forma de aprendizagem muito mais madura, então eu acho que nesse sentido ganha muito.

O gestor aponta os benefícios do processo de incubação, que são muitos, a iniciar pelos estudantes, os quais assumem, como estagiários, papel ativo no processo e participam, contribuindo com o conhecimento adquirido, como exemplo: elaborar contrato, organizar documentos, elaborar atas, projetos para subvenção, gestão de projetos, comunicação, mapeamento de áreas, registro de histórias, enfim, uma ampla multidisciplinaridade útil para a vida da Incubadora e beneficiários. Eles têm a oportunidade de vivenciar as atividades práticas do dia a dia do profissional.

Outro benefício é em relação ao cooperado que tem a oportunidade de participar da troca de conhecimento, manifestar sua opinião, ser ouvido, ser considerado como um ser integrante do grupo e com voz.

Entende-se a Incubadora como o ambiente para o trabalho interdisciplinar. Nessa questão, Pinto (2007, p. 8) afirma que:

> [...] em todas as áreas do conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto atividade constituída de "planejamento" e "execução", o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para sobreviverem.

Em relação ao financiamento, a narrativa do sujeito gestor da UFRJ aponta:

> (48) A gente tem na realidade um conceito de financiamento no Brasil muito confuso ora, a gente entende financiamento como dinheiro ou fundo perdido, porque você vai falar num banco, vamos financiar você. Tá falando de dinheiro com retorno. Quando você fala no setor público então financiar tem várias e quando se busca um retorno aí não é financiamento, é um apoio. e então, a palavra financiamento ela é perigosa, porque não é patrocínio, ela espera um resultado, são as encomendas, , o cara contrata a gente para erguer mais (risos) aí não é bem financiamento (risos) é o setor público, ministérios, são editais diretos, é através de vencimentos de edital. A gente participa de muito edital e o dinheiro vem desses editais, sua maioria federal; temos aqui também, também por edital o ProExt[56] que é do MEC a gente é apoiado pelo ProExt que é uma nova linha, que a gente está criando, que é um parque tecnológico de reciclagem, é um novo foco, estamos além da incubadora, construindo um novo parque e o apoio que a gente tem, é do ProExt do MEC. Esses editais do ministério do turismo, do ministério da saúde que a gente vai fazendo é o mesmo da Finep nossa grande parceiro histórico. Acho que o primeiro apoio foi a Finep e que é onde que a gente tem um espaço mais de trabalho e mesmo ministérios é muitas vezes através da Finep que eles se realizam.

[56] ProExt: Programa de Extensão Universitária do MEC

Em relação ao financiamento, o sujeito é enfático em afirmar que as incubadoras não recebem "financiamento" no sentido estrito, comercial, capitalista. As Incubadoras dependem de apoio governamental para cumprirem seus objetivos, principalmente a incubadora de cooperativa popular, quer dizer, são ações públicas, voltadas para programas de inclusão social. Nesse sentido, a FINEP, a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, ANPROTEC, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento, Estados e Municípios são importantes para disponibilizar recursos por meio de programas de geração de renda e trabalho.

Sobre a divulgação da incubadora, expõe:

> (49) A divulgação é pela internet, pelos sites e portais de divulgação que a gente tem e mais o boca a boca; a gente não divulga muito pela nossa incapacidade de dar a resposta; então ela sai pela mídia, programas de TV, essa mídia que a gente faz natural, não mídia paga, meios de divulgação através de resultados isso pela falta de capacidade de dar o retorno. Então, nossa vinculação, ela é muito mais institucional, muito mais o foco para as instituições do que propriamente para o público alvo, pelo medo que a gente tem de não dar retorno. Se tu olhar aí a infra-estrutura é legal, mas é caro. O processo de incubagem, a gente tem que estar atrelado a algum projeto, algum processo, para poder ousar e crescer mais.

O gestor da UFRJ explica que a divulgação da incubadora é realizada pelo site, pelos portais, pelo "boca a boca", pela mídia espontânea e pelos resultados alcançados quando da realização de programas de que fazem parte, isso porque a incubadora não dispõe e não funciona conforme a lógica de uma empresa *stricto sensu* e nem dispõe de recursos para isso.

Em outro trecho, relata:

> (50) Hoje eu não saberia dizer quantos grupos estão porque a gente está em uma fase de acabando um projeto e entrando em outro então eu não saberia, normalmente são dez grupos, agora a gente tem um projeto aqui no Rio, trabalhamos no município de Parati. No projeto com o ministério do turismo de empreendimentos. Acho que são seis grupos lá, não garanto essa informação. Estamos começando em Búzios e estamos trabalhando com um grupo grande de catadores, então eu não saberia te dizer exatamente o que e quais são os focos e na área de saúde mental estamos iniciando agora o projeto de educação a distância para gestores no Brasil inteiro.

O sujeito afirma que a incubadora tem uma dinâmica de sempre iniciar projetos e concluir projetos.

Em consulta ao site da Incubadora, verificamos que hoje possui: Cooperativa de Mulheres da Baixada, Cooperativa Popular dos Amigos do Meio Ambiente, Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso, Cooperativa Trama e Raiz, Cooperativa Papel e Pinel, Cooperativa Delícias do Rio com participação de mães de crianças com câncer e a Cooperativa Praia Vermelha que conta com a ajuda do Instituto Philipe Pinel.

O sujeito 4, gestor da incubadora, faz questão de reforçar a metodologia da incubadora. Segundo essa metodologia:

> [...] ao desenvolver a primeira metodologia de incubação voltada para empreendimentos formados por trabalhadores oriundos de setores considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos dentro da estrutura social dominante, a ITCP tinha como desafio planejar e implementar ações que promovessem, ao mesmo tempo, o crescimento de uma cooperativa como empreendimento econômico e a emancipação política e social dos seus associados. As especificidades do trabalho realizado se devem, em grande parte, ao seu público alvo - empreendedores pouco qualificados, com baixa ou nenhuma capacidade técnica e descapitalizados - e ao duplo caráter do empreendimento cooperativo: uma empresa e uma associação de trabalhadores que articula os aspectos econômicos do negócio com as oportunidades de inserção cidadã, possuindo um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro. Deste modo, a metodologia desenvolvida pela ITCP foi pensada por meio de dois tipos de racionalidade que precisam estar articulados nas atividades realizadas junto a cooperativas populares e que definem as duas principais vertentes do trabalho de incubação: uma que se ocupa da *viabilidade econômica* do empreendimento e outra voltada para a sua *viabilidade como cooperativa*. O saber e a participação do grupo incubado são essenciais para todo o processo. As atividades desenvolvidas devem procurar não só respeitar, mas também estimular e incorporar o conhecimento dos grupos através de uma linguagem clara e de práticas didáticas e de planejamento orientadas para esse fim. (ITCP, 2011).

Do ponto de vista metodológico, o gestor da ITCP da UFRJ aponta para a valorização dos saberes e experiências dos cooperados, bem como a valorização do planejamento das ações de forma participativa. A metodologia, nesse sentido, expressa uma racionalidade contrária à racionalidade capitalista, na medida em que se preocupa com a valorização da participação e dos saberes dos cooperados, sem exploração/dominação inerentes à lógica do capital.

O gestor, em sua narrativa, aponta algumas dificuldades no que tange aos custos da informação nos projetos custeados pelas agências de fomento, quer dizer, em geral, os editais não cobrem o custo da manutenção de indicadores sobre as cooperativas, de forma que estejam à disposição da sociedade como um todo nos sites da ITC, por exemplo.

Em relação aos custos, aponta também as dificuldades no âmbito da Universidade, pois, à medida que disponibiliza professores para uma "atividade universitária", infraestrutura e recursos humanos para a incubadora, há incompreensões na comunidade acadêmica quanto a esses gastos, na medida em que a Incubadora capta recursos externos também. Logo não se caracterizaria em atividade acadêmica "*stricto sensu*", o que, em nossa opinião, é uma visão equivocada. Vejamos:

(51) Tem uma coisa que é uma crítica que eu faço as nossas instituições de fomento é que tem uma coisa de que no Brasil informação é de graça e a informação ela não é de graça. Ela tem custo e a gente nunca consegue colocar em um projeto o custo da informação. Por exemplo: manter informado, manter um sistema de indicadores no ar, tem custo e saber da cooperativa como vai, ela tem custo. Saber como estão os que já saíram daqui, tem custo e a gente até tem um sistema, não tem bala na agulha, porque informação tem preço, se manter alguém pra atualizar informação tem preço.
O problema é o que ocorre na incubadora né as dificuldades é alimentar a informação. Porque tem custo e ninguém assume que tem que pagar essa conta. Fica espontânea então não tem essa informação.
A participação da universidade ela é total, nós somos considerados uma atividade da universidade e não outra forma **ela é fundamental** no **processo.** Eu considero que é uma atividade da universidade e não outra forma, não é que ela seja importante para ela. É uma atividade de a nossa incubadora é da COPPE[57] da Universidades Federal do Rio de Janeiro. Então, não é que ela seja, não tem participação da universidade, ela é da universidade. Esse prédio de 400 metros quadrados é da UFRJ, a luz , quem paga? É a UFRJ, então não conseguimos, nós captamos recursos para complementar e fazer milhões de coisas, agora sem a universidade, eu não estaria aqui presente, então eu não gosto daquela qual é a participação da universidade.
Para mim é um projeto da Universidade Federal, tem que assumir. Tem incubadoras que não são, mas as que são as vezes não se assumem como tal, a gente inclusive, uma coisa que eu fiz até qual era a participação financeira né que acontecia por uma questão minha biológica, muitas parcerias chegam assim. Estou te dando o dinheiro ai eu fiz o cálculo quanto que a universidade dava aí, eu não me lembro à época, uns anos atrás, o custo da universidade era de quatrocentos mil reais. Então quando alguém vinha falar que dava. Eu estou entrando com quatrocentos mil, você está entrando com quanto? Porque essa conta de luz é paga, telefone é pago, meu salário é pago, a mobília é paga os outros funcionários são pagos, então ranca quatrocentos mil e coloca aí que eu coloco aqui, a segurança é 24 horas que nós temos aqui, café é pago. Então, eu me preocupo às vezes. Quando eu fico vendo muito essa posição de gestora não é com gestora, são em horas de trabalho, **ou seja é ação da universidade,** da universidade com parcerias externas, mas outra perspectiva, então não, não há participação é atividade. Nesta condição mesma eu poderia estar dando aula, fazendo uma pesquisa e estou na incubadora; então, até para captar recurso tem que ter um cara disponível para captar recurso. Então, para mim é uma atividade universitária, mas isso não é comum. Tem gente que acha que é .como se realiza a multidisciplinariedade entre os integrantes e apoiadores de cada projeto? A equipe é muito multidisciplinar, aqui sempre foi. Então vai ter quem passou por aqui todos, todos não digo, **até a coordenadora é química** , química; a Lucia é editora; eu sou arquiteto vai ter , que tem aqui acontece por exemplo, às vezes é temos um estudante de geografia faz estágio. aí vai chamando, então há uma concentração em um determinado período de estudante de geografia, outra de engenharia de produção, mas isso é muito mais porque um vai chamando o outro, por exemplo agora não tem ninguém na área de direito já teve então essa interdisciplinaridade ela é pré-requisito mas ela ocorre de forma espontânea e na realidade porque o foco esta no projeto e aí todo mundo tem que trabalhar, não tem especialistas da área aqui por exemplo quem vai dar aula de cooperativismo é qualquer um que vai fazer projeto de plano de negócio. É qualquer um, então não tem esse especialista, são todos. Obviamente um vai fazer com mais facilidade, outro com menos facilidade, mas multidisciplinariedade é que o foco, está na sua atividade, não é um trabalho de engenharia na cooperativa é do plano de negócios. Assessoria, então vai ter mais afinidade menos afinidade, mas ela ocorre

[57] COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

> pelo foco, que vai dar por exemplo, numa briga que eu tenho constante, é que tem algumas culturas que vai discutir estatuto chama advogado, estatuto não é questão de advogado, estatuto é um pacto social de competência de qualquer um, o registro dele pode ser uma função legal, a construção dele não é legal, ela é política. (grifo nosso)

O gestor da incubadora da UFRJ destaca, em sua narrativa, a questão da interdisciplinaridade como elemento significativo na efetivação da Incubadora. Explica que a diversidade de áreas do conhecimento não é impeditiva para a consecução da proposta, ao contrário, embora uma área encontre maior ou menor facilidade na ação, todas contribuem para o desenvolvimento. O gestor reforça a questão da interdisciplinaridade pelo fato dos participantes terem a oportunidade da reciprocidade e da mutualidade, ninguém é mais que ninguém, todos opinam e se manifestam, portanto possibilidade de desenvolver novas atitudes diante de um fato, de um problema, possibilidade de transformação de um ser em estado fragmentado e isolado para um ser emancipado e humano.

O sujeito reforça a importância das diferentes áreas, reafirmando a ideia de que o saber não "pertence" a uma única área, mas que todas têm algo a contribuir. Nesse sentido, refere-se à elaboração de estatutos:

> (52) O que é o estatuto? Estatuto é regimento é um ato que rege, relação entre pessoas, isso é coisa de advogado? É coisa que você vai estabelecer e aí por exemplo, quando a gente vai discutir isso, leva advogado, não, vai qualquer um. O advogado vai entrar depois para dar formatação e dar encaminhamento, mas não tem que ser o advogado para discutir. Você quer uma cooperativa que seja assumida pelos seus cooperados tem que ter uma metodologia de trabalho que permita fazer aquilo. Se você vai dizer que só faz viabilidade econômica quem é economista, então vai ter que ter um economista na cooperativa para dar continuidade ao trabalho, se você disser que quem vai trabalhar com o estatuto é o advogado sua cooperativa nunca vai ter assembléia se não tiver advogado. , e então, se você não tiver aproximação da multidisciplinaridade e do conhecimento adquirido por todos, você nunca vai ter uma cooperativa, você vai ter sempre uma dependência de um profissional especialista para fazer suas atividades das mais simples possíveis, então convencer um assistente social que ela pode fazer um projeto de viabilidade econômica, você não vai convencer nunca o cooperado de fazer o acompanhamento da sua viabilidade certo?
>
> Então tem que ter um conceito da musicalidade entendendo que aqueles cooperados vão ter que daqui uns anos, como ocorre em qualquer empresa o dono da empresa tem que dominar todos os seus, ele não pode depender de um contador ele tem que ter um contador, mas se ele não souber fazer a contabilidade. ,eEle vai afundar o que ele vai precisar do contador é para dar formatação, acompanhamento, melhorar, mas o dia a dia não é o contador que vai fazer, ele tem que dominar aquilo mesmo que não exerça. Se não ele não vai ser dono da empresa, ele pode contratar alguém de mídia pra fazer o programa, mas se ele não entender de propaganda, ele vai ser um fracasso na empresa.
>
> Então se ele não tiver esse domínio e para ter esse domínio você tem que transmitir essa informação e foco. Não é que o especialista não possa dar uma aula de direito, por um advogado com a cooperativa, pra ela entender contrato, mas eu não posso achar que os cooperados não vão entender contrato por conseguinte, nenhum cooperado. Só um contador ou advogado vai discutir com outros contatos. Qualquer

> um vai discutir, senão a gente não vai ter. **Então isso na realidade é um conceito, senão você vai ter que ter uma empresa obviamente do tipo da IBM, que tem dinheiro para ter um advogado, um contador, uma assessoria jurídica, uma macro, uma empresa, uma micro-empresa não tem isso, então você vai ter que ter um cara multiversátil e aiívocê tem que fazer isso no seu conceito**. Se não afunda. Ele em seguida vai jogar para ele, não independência, mas uma puta dependência de ter multiconsultoria e não vai ter grana pra pagar, **e nesse ambiente de incubadora é possível conversar junto com os cooperados levar até eles esses conhecimentos básicos? se não foi isso não é incubadora. Incubadora que não transforma empresa não é incubadora é condomínio, se uma empresa fica cinco anos em uma incubadora e entra e sai com o mesmo conhecimento da mesma forma que entrou. Era um condomínio em que ela se alocou ali, usou a infra-estrutura, melhorou mas não se transformou, aí não incubou. Se não há transformação, não é incubação**. **É um viveiro de empresas, um hotel de empresas, qualquer coisa assim, onde que ela só usa a infra-estrutura. Se a incubadora não intervém na empresa, ela não esta incubando, Ela só está emprestando. É uma relação condominial de redução de despesas.** (grifo nosso)

O gestor reforça o objetivo da Incubadora em focar na transformação do cooperado no sentido de se tornar cidadão, autônomo, ciente de seus direitos e deveres, considerar-se parte do grupo e com voz e qualidade de vida.

Em relação à qualidade de vida desses sujeitos, o gestor relata:

> (53) Qual é o grau de satisfação dos participantes acolhidos? O ideal era perguntar a eles (risos). Eu diria o seguinte: acho que o indicador de sucesso no nosso país é os anos de vida que a gente leva. Quem consegue sobreviver é porque esta satisfazendo (risos). Então, eu digo o seguinte, por exemplo quando eu pego uma cooperativa popular que a gente pegava na década de 90, com aquela crise econômica, aí pergunta se sobreviveu? Vai bem pra caramba (risos). Porque sobreviver mais de cinco anos nesse país, sem um dinheiro a fundo perdido meu querido, é porque é bom para caramba, então satisfação que eu diria é a replicação que a gente teve. Diria que a satisfação está na continuidade das relações.

No que se refere à qualidade de vida dos cooperados, o gestor a associa à sobrevida da cooperativa, afirmando que no Brasil, manter-se "vivo" sem capital, sem a logística das empresas é uma grande conquista. Essa argumentação do gestor encontra fundamento, quando analisamos o quadro contemporâneo da crise do capital, o qual se mostra regressivo, de um lado, e altamente competitivo, de outro, sobretudo com as fusões de grandes grupos econômicos.

Em relação ao público-alvo, o gestor da Incubadora de Cooperativa Popular da UFRJ esclarece-nos:

> (54) **Para uma pessoa interessada em participar de uma incubadora, ou um** grupo interessado a se autoorganizar. e então, o público alvo, eu diria o seguinte: a chance, como na agricultura, a chance de fertilidade que tem, depende muito do solo que você joga a semente, você pode ter uma semente da melhor qualidade se o solo for inóspito, ela não se reproduz; então, se tiver hidratada com calor, com alimento, ela se reproduz. e então, eu acho que a incubadora é a possibilidade de ter um terreno mais

> fértil na hora da germinação, então é a hora que a planta está mais frágil, quando ela sai do processo da semente para uma planta madura. A época que ela encara mais frágil a época do nascimento, então na minha concepção é a possibilidade de ter um solo mais fértil mais protegido na hora do nascimento, então eu acho que ela não muda a qualidade da semente, mas ela pode propiciar condições. Como que eu diria, pode controlar mais as variáveis, controle sobre os aspectos de tempo, idade aquelas características no momento de fragilidade do que tá em um solo, que é difícil conseguir, não é impossível você fazer carreira solo, não é que não exista os cantores de carreira solo. Mas ela tem muito mais chance de sobreviver sendo um coral do que sendo carreira solo e se esse coral estiver instruído de uma "entonalidade" a chance de erro dela é menor. Ela não elimina as falhas, nem as doenças do nascimento, mas ela propicia um ambiente mais seguro.

O sujeito 4 reforça a importância da Incubadora, como ambiente propício ao desenvolvimento de um grupo previamente organizado, ou seja, entende que quando pessoas se unem para uma proposta de cooperativa – é o momento do "lançar a semente". No entanto, esse processo é longo, requer cuidados, vontade, dedicação e, sobretudo, o desejo de que nasça algo novo: "uma nova planta".

Compreendemos pela narrativa do gestor da incubadora da UFRJ a importância de se acreditar na cooperativa como um instrumento de socialização, de emancipação e de autonomia construído a partir do coletivo, que a Incubadora constitui-se para a formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários, com princípios de autogestão, constituindo-se como alternativa de trabalho, de renda e de cidadania. Ficou claro também que a Incubadora:

- ✓ Desenvolve metodologias que contribuem com soluções para os desafios de cooperativismo, bem como estabelece parcerias com entidades e governos para promover o cooperativismo e a autogestão;
- ✓ Apoia os grupos para pertencer e criar redes junto às cooperativas populares e para sugerir, elaborar e implementar políticas com base na autogestão.

Pela narrativa do sujeito 4, conclui-se, também, conforme exposto ao final do item 3.2.1, que a Economia Solidária se apresentou como uma nova forma de se organizar na sociedade e para o trabalho e para geração de renda, forma essa associativa/livre/cooperativa, que produz transformações como:

- Participação de diversas Instituições Públicas para lançar o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e elaboração com publicação do Manual para implantação de Incubadoras;

- Mudança de uma forma de pensar, foco na geração de trabalho e renda e não na empresa;
- Foco na pessoa;
- Apoio a trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante;
- Apoio à população de baixa renda e que sempre vive na informalidade;
- Acesso a financiamento público;
- Trabalho com desempregados;
- Trabalho com políticas públicas;
- Oferecimento de cursos de formação política, de gestores, serviços de reinserção social e serviço de desenvolvimento local com base no turismo e outros;
- Importância do processo de incubação e de cidadania alcançado pelos cooperados;
- Objetivo da incubadora é mais que atingir metas: que os sujeitos tomem consciência de si, de suas histórias e revertam as condições de vida;
- Tomada de consciência do trabalhador;
- Estagiários que assumem papel ativo, contribuindo com o conhecimento adquirido;
- Ambiente de troca de conhecimento;
- Ambiente para manifestar opinião;
- Ambiente para ser ouvido;
- Ambiente no qual o participante sente ser integrante do grupo e com voz;
- Metodologia de incubação voltada para empreendimentos solidários;
- Participação de universidades é fundamental;
- Ambiente interdisciplinar;
- Autogestão como base.

Ressalta-se o fato de que estar em uma universidade, possuir rede de relacionamento, mantiver em pleno funcionamento com toda a dificuldade e sem recursos significa que a Incubadora alcança resultado satisfatório junto à sociedade com a utilização dos conceitos de Economia Solidária.

Podemos encerrar com um último trecho narrado pelo sujeito 4:

> (55) Na minha visão é que se você pode, porque não é para todo mundo. Também o número de incubados a nível de empresa ele é ridículo, é baixo, mas se você tem a possibilidade de nascer e crescer num ambiente protegido, você tem mais chance de sobreviver, eu diria.

CONCLUSÕES APROXIMATIVAS

A Economia Solidária é um conjunto de ações que contribui para a autonomia e emancipação social frente ao quadro de desemprego estrutural desde os anos 90 do século XX. Nesse contexto, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares surgem no cenário brasileiro como uma estratégia de sobrevivência de grupos de trabalhadores.

A pesquisa objetivou compreender se as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem para a geração de trabalho e renda.

Levantaram-se, por meio da história oral, as experiências de duas trabalhadoras que participam das cooperativas populares em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como as percepções de dois gestores quanto aos limites e possibilidades das cooperativas populares.

As experiências das cooperadas indicam benefícios alcançados que permitem perceber em quais aspectos as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho dos sujeitos.

Nas narrativas das cooperadas depreendem-se indicativos acerca do papel do trabalho coletivo em suas vidas, favorecendo a tomada de consciência de si, do outro, bem como dos limites e possibilidades postos na relação com o Estado e com o mercado.

As mulheres – sujeitos da pesquisa – destacam a importância da participação nas cooperativas como forma de romper com a dominação de gênero e a subalternidade. Destacam, ainda, a possibilidade de organização das comunidades com vistas à conquista de direitos.

Observa-se o fortalecimento dos sujeitos cooperados no sentido de se apropriarem daquilo que formalmente está estabelecido como direito, mas que, na prática, não é efetivado, a não ser pela via da mobilização e do protesto social.

Outro aspecto relevante identificado nas narrativas se refere à ocupação dos espaços públicos, quer dizer, as cooperativas abrem a possibilidade de tornar visíveis àqueles que estavam invisíveis, sobretudo no que tange aos espaços e recursos públicos.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ainda se constituíram, conforme os sujeitos da pesquisa, em um espaço de aprendizagem, visto que, por conta das demandas inerentes ao processo, elas puderam entrar em contato com o mundo das finanças e do mercado e decidir sobre as formas de solucionar os problemas surgidos.

Destaca-se também a oportunidade de troca de saberes entre as cooperadas e os representantes da universidade, quebrando a lógica de hierarquia entre os saberes.

A pesquisa também teve como sujeitos gestores de ambas as incubadoras, do Rio de Janeiro e de São Paulo, vinculadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Universidade de São Paulo, respectivamente.

As narrativas dos sujeitos gestores destacam os benefícios, os modos de gestão, limites e possibilidades da economia solidária, como estratégia para o enfretamento do desemprego.

Os gestores entendem a cooperativa como uma estratégia pedagógica com vistas à autonomia e emancipação dos sujeitos, visto que a maior parte destes advém dos estratos pobres, com baixos níveis de escolarização, sem inserção, na maioria das situações, no mercado formal de trabalho.

Os gestores ainda destacam que, mais do que atingir metas, as cooperativas visam aos sujeitos e seu processo de tomada de consciência como sujeitos de sua história. Entende-se que esse é um dos principais ganhos para os indivíduos que são cooperados, tendo em conta a história brasileira de marginalização das classes subalternas no processo decisório.

Do ponto de vista do trabalho, os gestores destacam a importância da aprendizagem do trabalho coletivo como forma de os trabalhadores experienciarem a socialização de recursos e capacidades humanas.

Os sujeitos gestores pontuam a relevância da autogestão, fato que, segundo eles, permite a autonomia e a responsabilização dos sujeitos envolvidos, distanciando-se, desta forma, da lógica capitalista, na qual, a decisão está longe das mãos do trabalhador. Aliás, por não se apropriar na lógica capitalista do processo produtivo em sua totalidade, como também da mercadoria produzida, o trabalhador sente-se estranho, alienado.

Os gestores apontam também para a necessidade de o Estado prover os recursos necessários ao financiamento das cooperativas, bem como insumos técnicos, considerando-as como políticas públicas, como direitos do cidadão, ainda que existam já mecanismos institucionais para isso. Nesse sentido, com respeito ao financiamento, afirmam a centralidade do Estado na condução da política de geração de emprego e renda, sem descartar, contudo, as parceiras com o setor privado.

A viabilidade da economia solidária, por meio das cooperativas populares, passa pela regulação do Estado, uma vez que a própria legislação trabalhista não contempla o trabalho coletivo.

Destacam dificuldades de natureza objetiva das cooperativas no que tange à circulação e distribuição de mercadorias.

Um último destaque nas narrativas dos gestores se refere ao papel da universidade junto aos trabalhadores (as), de forma a subsidiar, por meio de projetos de extensão universitária, a criação de cooperativas e de práticas que promovam a autonomia desses indivíduos.

Conclui-se que os conceitos da Economia Solidária contradizem ao modo de produção capitalista. Ficou claro pelas narrativas que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares utilizam os conceitos da Economia Solidária, estimulando e formando cooperativas, com autogestão, distribuição igualitária, utilizando conselhos e reuniões permanentes, bem como o preceito em que cada homem é um voto e a elaboração de Estatutos, respondendo, assim, às demandas de sobrevivência de trabalhadores em situação vulnerável e contribuindo para a sua autonomia, geração de trabalho e renda.

Os benefícios alcançados ao participar da Incubadora pela vivência da experiência de autogestão buscam por soluções que atendam às necessidades dos trabalhadores (as) que estão fora do mercado, com pouca formação, sem profissionalização e que provavelmente nunca se insiram no mercado formal.

A importância de a universidade assumir o protagonismo juntamente com os sujeitos cooperados na busca de soluções que atendam às necessidades dos(as) trabalhadores(as) que estão fora do mercado e que as incubadoras de cooperativas se constituam um campo de excelência de aprendizagem para os alunos de todas as áreas do conhecimento visto se tratar de um campo interdisciplinar.

Percebemos claramente que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm um importante papel social na vida de muitas(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os), na medida em que possibilitam a autonomia do ponto de vista da renda, ainda que pouca, e colocam no horizonte novas formas de consciência e organização da classe trabalhadora.

Por fim, entendemos que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares contribuem para a orientação, formação e acesso a recursos financeiros ou econômicos, público ou privado, e para a realização de parcerias com Instituições Governamental ou não, para a autonomia e a geração de trabalho e renda dos trabalhadores participantes.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro Martins. A subjetividade e sua pesquisa**.** ***Memorandum***, Belo Horizonte: UFMG, Ribeirão Preto: USP, n.10, p. 93-97, abr. 2006. Disponível em:< http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf.> Acesso em: 20 jun. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 107-120, mar. 2002.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**.** 6. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BARBOSA, Rosangela N. de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivaneti. **Política Social:** fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior** (CONAES). Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13082:apresentacao-conaes&option=com_content&view=article- >. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCT. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial. **Manual para Implantação de Incubadoras de Empresas**, 2000. Disponível em:< http://www.mct.gov.br/upd_blob/0002/2219.pdf.> Acesso em 24 fev. 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1125**/GM, de 06 de julho de 2005. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1125.htm.> Acesso em: 26 fev. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária e autogestão:** imprecisões e limites. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp.> Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases de uma nova política pública de qualificação**. Disponível em:< http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf.> Acesso em: 31 out. 2011.

BRISOLA, Elisa M. A. et al. Perfil do metalúrgico desempregado e o processo de reestruturação produtiva. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 1, n.3, p. 44-69, set./dez. 2005.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio 2006.

BUARQUE, Cristóvam. **Praticar Economia Solidária é um ato subversivo**. Brasília: 2010. Disponível em:<http://sites.marista.edu.br/ims/2010/06/16/praticar-economia-solidaria-e-um-ato-subversivo/.> Acesso em: 27 fev. 2012.

CÁRITAS. **Fundos solidários**: por uma politica de emancipação produtiva dos movimentos sociais – Mobilização em prol de uma política pública de apoio a fundos solidários. Disponível em:< http://caritas.org.br/novo/sobre/.> Acesso em: 21 nov. 2011.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA - UNIFOA. Curso de serviço social: VI Seminário do Trabalho Profissional. **Cadernos UniFOA Online**, 2008. Disponível em: <http://www.foa.org.br/cadernos/especiais/VI_seminario_trabalho_profissional%202008_servi%C3%A7o_social.pdf#page=77>. Acesso em: 24 fev. 2012.

CHAHAD, José Paulo Zaetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides (Coord.). **Manual de Introdução à Economia.** São Paulo: Saraiva, 1988. p. 381-405.

DIEESE. **Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2009**. Disponível em:< http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmspAnual2009.pdf.> Acesso em: 27 fev. 2012.

EIDELWEIN, Karen; MARASCHIN, Cleci. O operar de um coletivo na web. **Psicologia, ciência, profissão**, v. 23, n.4, p. 48-55, 2003.

FAPESP. Gilberto Dupas. Disponível em:< http://agencia.fapesp.br/10125.> Acesso em: 22 fev. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2004.

FREEMAN, Christopher. **A economia na inovação industrial.** Tradução André Luiz Sica de Campos e Janaina Oliveira Pamplona da Costa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/12>. Acesso em: 20 jun. 2011.

ITCP-USP. Disponível em:< http://www.itcp.usp.br/drupal/nobel/historia.> Acesso em: 26 fev. 2012.

ITCP-COPPE--UFRJ.Sistemas.Disponível em:< http://www.itcp.coppe.ufrj.br/sistemas.php.> Acesso em: 26 fev. 2012.

KEEGAN, Warren J. **Princípios de marketing global**. Tradução Sônia Wchwartz e Cecília C. Baralotti. São Paulo: Saraiva, 2000.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). (**Re) introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas:** a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão**:** imprecisões e limites**. Revista Rae,** São Paulo, v. 45, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em:<http://www.ims.org.br/?p=977.> Acesso em: 18 ago. 2010.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES Solange. **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho:** avanços e desafios. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010.

MARQUES, Luciana Rosa. A autonomia da escola nas representações sociais dos membros do conselho escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2003.

MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio**.** São Paulo: Veras, 1999.

_____. Os Métodos na Pesquisa: A Pesquisa Qualitativa. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS,** Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, n. 9, p. 117-129, jan./jun. 2005.

MARTINS, Moisés de Lemos. Espaço Público e Vida Privada. **Revista Filosófica de Coimbr**a, Coimbra, n. 27, p. 157-172, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção: Os pensadores).

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública,** São Paulo, n. 25, p. 341-349, 1991.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Teor. Evid. Econ**., Passo Fundo, ano 1, n.1, p.119-141, mar. 1993.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 44, jan. 2005.

OLIVEIRA, Kleber F.; JANNUZZI, Paulo de M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.2, p. 249-263, jul./dez. 2003.

ORTIZ ROCA, Hector. **Economia Solidária**: hacia uma nueva civilizacion. Lima: Grupo Red de Economia Solidária del Peru, 2001.

PEREIRA, Adriane Alice. Os benefícios do fomento. **Revista LOCUS**, p. 25, dez. 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylotismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular. 2007

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga de Morares Von. (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988. p. 14- 43.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. **Texto para discussão n° 1099** - Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil- 1991-2003. Rio de Janeiro: IPEA/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, jun. 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

RUMMERT, Sonia Maria. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 142**, s**et./out./nov./dez. 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C; COSTA, A. de O. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Carlos Alberto. CNPQ e SEBRAE assinam convênio técnico para estimular inovação. **Revista LOCUS**, p. 10, dez. 2010.

SEBRAE. **Desenvolvimento territorial**: economia solidária. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/economia-solidaria.> Acesso em: 18 ago. 2010.

SENADO FEDERAL. **Diploma Bertha Lutz**. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/berthalutz/default.shtml.> Acesso em: 13 out. 2011.

SILVA, Eduardo Pinto. As concepções de subjetividade em Gramsci e Lukács e a praxis educacional. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 90-102, maio/ago. 2008.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados Online**, São Paulo**,** v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. 2008.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-01420080001000 20&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 18 ago. 2010.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves; PEREIRA, Maria Arleth. **O sentido da autonomia no processo de globalização**. **Revista EDUCAÇÃO**, Santa Maria: Centro de Educação-Universidade Federal de Santa Maria-RS**,** v. 22, n. 2, 1998.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária**. Revista Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro, 6 (1), p. 107-122, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down_tauile/do_socialismo_de_mercado_a_ES.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas politicas públicas. **Revista FEE**, Porto Alegre/RS, v. 32, n. 1, p. 197-220, maio 2004.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Professores. Disponível em: < http://www.econ.fea.usp.br/chahad/.> Acesso em: 22 fev. 2012.

VINAGRE, Marlise. Ética, Direitos humanos e Projeto profissional Emancipatório. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Ética e Direitos: ensaios críticos**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010. (Coleção Nova, Serviço Social).

WACQUANT, Loic. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema é:

A Economia Solidária é um conjunto de ações que contribui para o desenvolvimento humano, geração de renda e trabalho?

A pesquisa se justifica:

Diante do desemprego estrutural gerado pela crise de acumulação capitalista desde os anos de 1970, a economia solidária surge no cenário como uma possibilidade de enfrentamento do desemprego, geração de renda e trabalho, ou seja, a economia solidária contribui para o desenvolvimento humano..

O objetivo desse projeto é:

Identificar em que medida as incubadoras de cooperativas populares contribuem para o Desenvolvimento Humano e a geração de trabalho e renda.

O(os) procedimento(s) de coleta de material será da seguinte forma:

A pesquisa será realizada junto as Incubadoras de Cooperativa Popular da região sudeste, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro/ RJ e São Paulo/SP. A pesquisa será do tipo qualitativa, mediante entrevista com aos gerentes das Incubadoras e participantes dos projetos , eu relato segundo o seu próprio interesse, é o narrador que qualifica a importância dos acontecimentos por ele vivenciados, de acordo com a sua experiência.

- DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOSO único desconforto que pode ocorrer é se o gerente da Incubadora e os participantes dos projetos não concederem a entrevista. Não existe risco para os sujeitos..

- FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA:
  - A forma com que será realizada a entrevista será pessoal e individual. Solicitaremos autorização para gravar.
- GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

- Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.
- O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

- CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:
  - A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

ANEXO B

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:

- Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.
- O(a) professor(a) orientador(a) _Elisa Maria Andrade Brisola e o(a) professor(a) co-orientador(a) _____certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.
- Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar o estudante Francisco Antonio Maciel Novaes e a professora Elisa Maria Andrade Brisola orientadora ou o(a) professor(a) co-orientador(a) _____no telefone (_12_8167-0194) ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____

Protocolo CEP/UNITAU nº 017/11 – registro aprovado pelo CEP.

ANEXO C

UNITAU

PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 044/11

Protocolo CEP/UNITAU nº 017/11 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Economia solidária como estrtégia para o desenvolvimento humano*

Pesquisador(a) Responsável: Francisco Antonio Maciel Novaes

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **11/02/2011,** e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado.**

Taubaté, 16 de fevereiro de 2011

Prof. Robison Baroni
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO D

MEMORIAL DESCRITIVO - Francisco Antonio Maciel Novaes

Sou de uma família com três filhos, eu, minha irmã e irmão. Meu pai, hoje aposentado, era funcionário da Engesa Engenheiros Especializados, não concretizou o 2º Grau e minha mãe, uma senhora do lar, não cursou o 2º Grau. Meus avós tanto maternos quanto paternos não cursaram a universidade. Nasci no ano de 1963 em Guaratinguetá/SP, localizada na região do Vale do Paraíba.

Minha família realizou diversas mudanças até se estabilizar em Taubaté/SP, Região do Vale do Paraíba. Quando nasci morávamos na residência de meus avós paternos e logo na sequência a residência foi desapropriada pela construção da nova rodovia Presidente Dutra e fomos residir em uma casa menor no bairro do Pedregulho em Guaratinguetá. Na sequência meu Pai foi trabalhar em Lorena/SP, cidade vizinha e mudamos para lá. Na sequência meu Pai teve outra oportunidadem em Guaratinguetá e mudamos novamente. Quando eu tinha aproximadamente três anos de idade mudamos para Pindamonhagaba/SP, cidade vizinha, passou-se 2 anos, mudamos para Guaratinguetá novamente. Quando eu tinha 6 anos mudamos para Taubaté/SP, cidade onde realizei os meus estudos em nível fundamental e 2º Grau, na época, colegial. Assim que concluí o colegial, alistei para o serviço militar, prestei concurso para escola militar, onde fui reprovado, mas fui aprovado no concurso para o Ministério da Fazenda. Iniciei a Graduação em Administração de Empresas. Exatamente por isso, fui dispensado do serviço militar e acabei por iniciar minha vida profissional na Santa Casa de Misericórida de Pindamonhagaba, como auxiliar de escritório, onde fiquei por 6 meses. Surgiu oportunidade de trabalhar em Taubaté na Revendedora Massey Ferguson, como auxiliar de escritório, onde fiquei por 12 meses. Surgiu a oportunidade de Gerenciar a Loja de um primo, Eletrisa materiais elétricos, onde fiquei por 3 meses. Surgiu a oportunidade de trabalhar na Fundação Projeto Rondon, bolsista responsável pela administração, fiquei por 12 meses. Fui chamado para trabalhar na Delegacia da Receita Federal de Taubaté, referente Concurso Público prestado para o Ministério da Fazenda. Realizei o estágio obrigatório na

própria repartição. Concluí a Graduação em Administração de Empresas e iniciei a Graduação em Ciências Contábeis. Na Delegacia da Receita Federal fiquei por 4 anos. Surgiu a oportunidade de trabalhar na Implantação de Custos em uma indústria química, época que inicia a utilização de micro computadores nas Empresas. Fiquei por 1 ano. Surgiu a oportunidade de trabalhar como Professor na área de Administração na Escola SENAC de Taubaté. Nesse período concluí a Graduação em Ciências Contábeis e iniciei a na primeira turma de pós-graduação em Admininstração Financeira da UNITAU. Assim que concluí a Pós-Gradução deixei o SENAC. Surgiu a oportunidade iniciar o próprio empreendimento juntamente com a família no segmento de Panificação, fiquei por 10 anos. Surgiu a oportunidade de trabalhar com treinamento e consultoria administrativa e financeira para pequena empresa onde atuo até hoje. Durante esse período de consultoria iniciei e concluí: curso de pós-graduação em gestão empresarial na UNITAU e Planejamento Estratégico na FACINTER/UNINTER; lecionei e coordenei cursos de Logística, Marketing e Recursos Hunamos na Universidade Anhanguera S.A., unidade de Pindamonhangaba, ministrei cursos de administração financeira na Associação Comercial de Taubaté e Pindamonhangaba; gerenciei por dois anos a Incubadora de Empresas de Pindamonhangaba, projeto PMP, SEBRAE/SP e ACIP e atualmente gerencio a Incubadora de Negócios de São José dos Campos/SP, projeto PMSCJ, SEBRAE/SP e CECOMPI, localizada na cidade vizinha de Taubaté.

Outro fato marcante de minha vida foi a construção de minha família. Conheci minha esposa em uma sala de aula no SENAC, em Taubaté> Iniciamos o namoro quando do término do curso, e acabamos casando 4 anos depois. Temos nossa única filha, hoje com 12 anos, nascida após 4 anos de casados.

Desde criança possuía sonhos de empresas, administrar empresas, comandar pessoas. Sempre dizia que, ao crescer, teria uma empresa. Hoje tenho certeza de que as meus sonhos estavam relacionados com a formação de empresas, o que, provavelmente, se devia aos comentários que na época ainda se faziam sobre o milagre brasileiro.

A universidade: sonho e compromisso

Para fazer o curso de Administração na Unitau, eu era obrigado trabalhar durante o dia e estudar a noite. Isso iniciou em 1981. Desde o início do curso, lecionava aos colegas do

grupo, no intervalo das 18h00 às 19h00h as disciplinas de Contabilidade e Matemática Financeira, e percebia a importância da Ciência Contábil para a empresa. Já percebia que essa ciência em sua essência não era utilizada pelas empresas, principalmente as micros e pequenas empresas. Assim que concluí Administração de Empresas, inciei a Graduação em Ciências Contábeis e assim que concluí inicie Pós-Graduação em Administração Financeira. Marco importante foi quando:

Iniciei o empreendimento próprio, principalmente com a família, onde foi possível vivenciar a aplicação da ciência Contábil e das ferramentas de administração em uma pequena empresa. Elaborei plano de negócio, planejamento estratégico e controles de produção, financiero e administrativo de forma simples e funcional.

O início na empresa de treinamento e consultoria administrativa e financeira, cujo nome é Soltcon Treinamento e Consultoria, me levou a:

- Realizar consultorias em pequenas empresas do comércio;
- Gereciar a Incubadora de Empresas de Pindamonhangaba;
- Lecionar e coordenar cursos de logística, marketing e recursos humanos na Universidade Anhanguera, unidade de Pindamonhangaba; e
- Gerenciar a Incubadora de Negócios de são José dos Campos, que possibilitou-me a estudar disciplinas isoladas no Instituto de Tecnologia Aeronáutica e ao Mestrado em Desenvolvimento Humano.

O objetivo da pesquisa é identificar e analisar os resultados obtidos pelos empreendedores que residem na Incubadora de Negócios de São José dos Campos. Nesse período vamos procurar apresentar as nossas conclusões em relação as diversas ações oferecidas ao empreendedor.

O sentimento de ser professor

O meu primeiro contrato de trabalho como professor durou quatro anos. Fui contratado para ministrar Análise das Demonstrações Financeiras, para alunos do 3º ano do

curso de Técnico em Ciências Contábeis no SENAC Taubaté. Nessa época já era formado e cursava Pós-Graduação em Administração Financiera. A experiência foi fantástica e segui lecionando Contabilidade de Custos, Administração, Contabilidade e Análise das Demonstrações em anos seguintes até iniciar as atividades na panificação.

Retornei a lecionar quando do início da empresa de treinamento e consultoria, quando lecionamos na Associação Comercial de Taubaté e Pindamonhangaba as técnicas de controle empresarial para pequenos empreendedores do município e quando lecionamos marketing, logística, formação de preço na Universidade Anhanguera.

A proposta para o mestrado

Tenho interesse em desenvolver meu mestrado, na linha de pesquisas "Políticas Sociais e Formação", cujo objetivo é compreender em que medida as cooperativas populares contribuem para o Desenvolvimento Humano e a geração de trabalho e renda.

O termo "compreender" é fundamental, pois pretendo, por meio de entrevista, compreender como os benefícios que os empreendedores alcançam participando da Incubadora de Cooperativas. Para isso, algumas etapas deverão ser desenvolvidas: a) ter um roteiro; b) agendar entrevista; c) identificar os benefícios percebidos pelos empreendores e em que a incubadora contriubiu para a vida dos participantes.

Minha hipótese é que os benefícios oferecidos como treinamento e consultoria técnica, de mercado, de comunicação e administrativa proporcionam maior desenvolvimento e geração de renda.

Como problema da pesquisa temos que: a Economia Solidária é um conjunto de ações que contribui para o desenvolvimento humano à medida que as mudanças operadas no mundo do trabalho nos anos 90 do século XX produziram o desemprego estrutural. Nesse contexto, as cooperativas populares surgem no cenário brasileiro como uma estratégia de sobrevivência de grupos de trabalhadores. Dessa forma, compreender como as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares respondem às demandas dos trabalhadores constitui o problema em questão.

Referências

PASQUALOTTI, Adriano. Disponível em:< http://usuarios.upf.br/~pasqualotti/memorial.htm>.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Física. Instituto de Química. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências. Disponível em:< http://vsites.unb.br/ppgec/selecao/memorial.pdf>.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR - Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – VRPPG - Centro de Ciências Humanas – CH - *Mestrado em Psicologia*. Disponível em:< - www.unifor.br/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/1174.doc>.